

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

SUZANA MARIA POZZER DA SILVEIRA

**A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO NO MST: ASSENTAMENTO ELDORADO DOS
CARAJÁS**

Florianópolis, março de 2007.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

SUZANA MARIA POZZER DA SILVEIRA

**A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO NO MST: ASSENTAMENTO ELDORADO DOS
CARAJÁS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, como exigência para obtenção do título de Mestre em Sociologia Política, sob a orientação da Professora Doutora Ilse Scherer-Warren.

Florianópolis, março de 2007.

DEDICATÓRIA

A minha família e ao meu namorado.

AGRADECIMENTOS

À Ilse Scherer-Warrer pela compreensão, paciência, amizade e carinho.

Aos amigos, em especial: Rita, Lizandra, Aline, Leonardo, Rudimar, Misiara, Júlio, Daniel, pelo apoio, amizade e confiança.

Aos colegas do Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais, em especial Viviane Teixeira e Carlos Gadea.

Aos colegas do mestrado, em especial Soraya e Gustavo.

Aos professores do Departamento de Sociologia e Política, em especial Paulo Freire Vieira e Bernadete Aued.

Ao Grupo de Pesquisas, Instituições, Políticas Públicas e Trabalho – IPPT/UDESC, em especial Prof. Maurício Aurélio dos Santos.

Aos funcionários do PPGSP: Fátima, Albertina e Otto.

À Câmara de Vereadores de Santa Maria pela licença concedida.

À CAPES pelo auxílio financeiro.

RESUMO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) surge em 1984 como, entre outros fatores, reação à exclusão social e econômica pela qual passavam os trabalhadores rurais. Desde sua criação tem se expandido no território nacional, assim como se tornou um dos maiores movimentos presentes no âmbito rural da América Latina. Nas análises/estudos desse movimento, em especial oriundas da sociologia, tem surgido diferentes olhares em relação à atuação, organização e bandeiras de luta do MST. Para certo grupo de autores, o MST não teria conseguido acabar, mesmo em relação aos seus membros, com as formas de tutela existentes no meio rural brasileiro, ou seja, estas teriam apenas mudado de forma, no sentido de que inexistia sujeito autônomo no movimento, devido a forte presença do centralismo democrático e dos mediadores, os quais falariam em nome do camponês. Para outro grupo de autores, o MST teria desenvolvido uma forma própria de educar e gestar sujeitos sociais, com autonomia e conscientes de suas ações, entendendo que a luta do movimento transcende a questão da terra. Face ao exposto, a pesquisa procura analisar como ocorre a construção do sujeito no movimento, na fase atual, levando em conta: as posições mais polarizadas em relação ao mesmo; os antecedentes históricos da luta pela terra e a posição do camponês na sociedade brasileira. Sendo assim, observa-se o integrante do MST verificando as mudanças ocorridas na sua vida, após fazer parte do movimento, assim como suas potencialidades, empoderamento, compreensão do significado das lutas pela terra e da atuação do MST, entre outros. Tendo em vista uma série de fatores (distância geográfica, tempo, aspectos financeiros) esta pesquisa limitou-se a um estudo de caso – Assentamento Eldorado dos Carajás –, na região de Lebon Régis em Santa Catarina. Dessa forma, esse estudo não poderá ser representativo do movimento como um todo, mas apenas consiste num esforço de procurar entender os aspectos supracitados a fim de contribuir para a discussão e o avanço das pesquisas relacionadas ao tema, em especial sobre a democratização no meio rural.

Palavras-chaves: sem-terra, sujeito, autonomia, democracia.

ABSTRACT

The Landless Worker's Movement of Brazil (MST) appears in 1984 as a reaction, among many factors, to social and economic exclusion peasants were undergoing at that time. Since its creation it has expanded nationwide, becoming one of the greatest social movements present in rural settings in Latin America. Regarding analyses and studies centered on this movement, especially those related to sociology, many perspectives have emerged as to the MST's action, organization and agenda. For a certain group of authors, the MST was not able to end existing forms of patronization present in Brazil's rural settings, even within the movement itself, i.e., they would have undergone a change in form only, in the sense that the autonomous subject is still inexistent among the movement's members, due to democratic centralism and the mediators who speak in the name of the peasant. For another group of authors, the MST would have developed a particular way of educating and generating social subjects, autonomous and conscious of their actions, who understood that the movement's struggle transcends the land ownership issue. In face of this, this research seeks to analyze the process of construction of the movement's subject nowadays, taking into account the polarized positions on the subject, the history of land struggles, and the situation of the peasant in Brazilian society. Thus, the MST member is observed and the changes in one's life after taking part in the movement are perceived, as well as one's potential, empowerment, understanding of the meaning of land struggles, and the MST's action, among others. Due to a series of limiting factors (geographical distance, time, financial aspects) this research has limited itself to a single case study - the Eldorado dos Carajás Settlement - in Lebon Régis, Santa Catarina. Thus, the study cannot be representative of the movement as a whole, but it consists nevertheless of an effort to understand aspects previously listed in order to contribute to discussion and research related to this topic, especially those concerning the democratization of rural settings.

Keywords: landless, subject, autonomy, democracy

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS

RESUMO

ABSTRACT

INTRODUÇÃO..... 10

CAPÍTULO I - MST: ORIGENS E TRAJETÓRIA 13

1-A organização e luta dos camponeses pela terra e direitos no Brasil..... 13

1.1-Principais fases da luta pela terra..... 14

1.2- Os movimentos e lutas camponesas..... 15

1.3 - Nascimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - MST..... 19

1.3.1- Desafios e continuidades, segundo a ótica do movimento..... 28

1.3.2- O MST em Santa Catarina..... 29

1.3.3 - Assentamento Eldorado dos Carajás – SC..... 33

CAPÍTULO II - MST: DIFERENTES ABORDAGENS 34

2) Primeira Abordagem..... 34

2.1) Segunda Abordagem..... 38

2.2) – Objetivos..... 43

2.3) Questões e Hipóteses:..... 44

CAPÍTULO III - REFERENCIAL TEÓRICO..... 46

3- O Conceito de sujeito em Touraine..... 47

3.1- O conceito/aquisição de autonomia em Castoriadis..... 53

3.2- A democracia no contexto sócio-histórico brasileiro: Pedro Demo..... 57

3.3- Redes: Origens e Desenvolvimento.....	59
3.3.1- Organização em Redes.....	63
3.3.2- Redes Sociais.....	64

CAPÍTULO IV – METODOLOGIA E ANÁLISE DOS DADOS..... 66

4-Coleta dos dados.....	68
4.1 – Análise dos dados.....	70
4.2- Primeiro Eixo: Sujeito.....	73
4.3- Segundo Eixo: Autonomia.....	83
4.4 Terceiro Eixo: Democracia.....	88

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

INTRODUÇÃO

Em razão de uma série de fatores, principalmente da concentração de terras¹ e da pobreza, em especial no meio rural brasileiro, surgiram os movimentos sociais rurais, tais como, por exemplo, as Ligas Camponesas, Canudos, Contestado, MST, entre outros. De certo modo, essas manifestações expressam uma resistência a naturalização da opressão e miséria em que vive grande parte da população brasileira, ou seja, reivindicam o direito de ser, em especial sujeito, com reconhecimento para participar da vida pública, assim como ter respeitado seus direitos e assegurar oportunidades iguais. Boff (2006) retrata, de modo emblemático, as sutilezas que engendram a naturalização dessa desigualdade:

‘Casa-Grande & Senzala’ (1933) de Gilberto Freyre representa mais que um dos textos fundadores da moderna interpretação do Brasil. Os dois termos dão corpo a um paradigma e a uma forma de habitar o mundo. Habitar na forma da Casa-Grande significa estabelecer uma relação patriarcal de dominação social, de criação de privilégios e hierarquias. Habitar na forma da Senzala é ser espoliado como ser humano, seja na forma do escravo negro, feito "peça" a ser vendida e comprada no mercado, seja do trabalhador, usado como "carvão a ser consumido" (Darcy Ribeiro) na máquina produtiva. Estas duas figuras sociais superadas historicamente, ainda perduram introjetadas nas mentes e nos hábitos, especialmente de nossas oligarquias e elites dominantes. [...] Ocorre que os da Senzala sempre resistiram, se revoltaram, criaram seus milhares de quilombos, se fundiram com os demais pobres e marginalizados e conseguiram, especialmente a partir de 1950, se organizar num sem-número de movimentos sociais populares.

Esses movimentos sociais que menciona o referido autor, principalmente no histórico das lutas pela terra, procuram com sua forma de atuação/organização desnaturalizar essa ordem social que tende a manter o marginalizado/excluído na sua condição de expropriado, alienado e, dessa forma, como sendo principal responsável por sua pobreza. Os movimentos sociais geralmente transgridem essa lógica, procurando criar novas relações, a fim de que os excluídos possam tornarem-se sujeitos autônomos.

¹ “De acordo com o IBGE, 1% dos produtores controla 45% da área de estabelecimentos da nação, enquanto próximo de 37% dos produtores possuem somente 1% dessa mesma área (IBGE, 1996)”. (CARTER, 2005, P. 6)

Contudo, por estarem inseridos nesse contexto, onde ainda persistem no imaginário as figuras da “Casa Grande & Senzala”, entre outros aspectos, muitas vezes, certas práticas de dominação tendem a se manifestar no âmbito dos próprios movimentos sociais, tais como: tutela, autoritarismo, vanguardismo, rígidas hierarquias, etc. Outrossim, em relação ao contexto atual, verifica-se que os movimentos sociais procuram criar novas relações tendo por mote a radicalização da democracia, com o lema de que “um outro mundo é possível”. Um exemplo emblemático é o Fórum Social Mundial em que não predominam hierarquias, pois consiste num evento que prima por estabelecer uma estrutura organizacional em rede, de forma horizontalizada e descentralizada. Dessa forma, é difícil ter alguém que fale em nome do Fórum, pois não há um representante, mas múltiplos (todos os seus participantes/diversos movimentos sociais).

Nesse contexto, essa pesquisa procura analisar o “sujeito” num dos principais movimentos sociais da atualidade: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST, levando em conta, principalmente, aspectos como autonomia e democracia. Para tanto, tem como ponto de partida os diferentes olhares sobre o movimento, em especial os mais polarizados. Além disso, para o desenvolvimento das principais questões, hipóteses, roteiro de entrevista, leva em consideração o contexto do meio rural brasileiro, assim como as principais formas de luta e de organização dos camponeses em movimentos sociais.

De acordo com os referidos propósitos, os capítulos foram estruturados da seguinte forma: no Capítulo I procura-se contextualizar as raízes históricas para o surgimento do MST, tais como: principais lutas camponesas; a posição do camponês na estrutura social; a forma como foi tratado, tanto pelas elites rurais, como urbanas. Também são destacados os principais aspectos da organização, histórico e formas de luta do movimento. No Capítulo II faz-se a apresentação das abordagens mais polarizadas a respeito do sujeito no MST, seguida das questões e hipóteses desse trabalho. No capítulo III encontra-se o referencial teórico para análise do sujeito, levando em conta questões como: O que é ser sujeito? O que é ser autônomo? O que se entende por relações democráticas, entre outros. No capítulo IV, através da metodologia é esclarecida a forma como foi realizada a pesquisa para coleta e análise dos dados. Delimitou-se o campo de análise para um assentamento do MST (Assentamento Eldorado dos Carajás), fazendo com que essa

pesquisa constitua-se como um estudo de caso. Posteriormente, faz-se a análise dos dados e as considerações finais.

Essa pesquisa visa, principalmente, contribuir para o fortalecimento da democracia, pois através da análise do sujeito, nos termos aqui propostos, será possível verificar se estão presentes, no assentamento, relações de tutela, autoritarismo, as quais ainda persistem no meio rural brasileiro, ou se o movimento conseguiu, realmente, romper com essa lógica e constituir-se como embrião de relações democráticas.

CAPÍTULO I

MST: ORIGENS E TRAJETÓRIA

1-A organização e luta dos camponeses pela terra e direitos no Brasil

A origem do termo camponês tem suas raízes em duas vertentes, segundo Queiroz (1973): 1.^a - Histórica, com os trabalhos do historiador Francês Marc Bloch sobre a história rural de seu país; 2.^o - Sócio-Antropológica, com os trabalhos de Robert Redfield. No Brasil, este termo foi usado de certa forma recentemente, pois os designativos ao homem do campo eram termos pejorativos, tais como caipira; caicara, tabaréu, caboclo, entre outros. Conforme a referida autora:

O termo “campesinato” é de origem recente em português, e vem sendo empregado principalmente no domínio das Ciências Sociais para significar o conjunto de camponeses; é um substantivo coletivo [...]. Deriva do adjetivo “campesino”, que é sinônimo de campestre, de rústico. Os substantivos correlatos são camponês e campônio, isto é, habitante do campo, aldeão, indivíduo rústico (QUEIROZ, 1973, p. 15).

A fim de entender as ações políticas dos camponeses faz-se necessário compreender a exclusão do camponês do pacto político. Martins (1983) esclarece que essa exclusão não é apenas política, mas econômica e social, que definem o lugar do camponês no processo histórico.

A ausência de um conceito, de uma categoria, que o localize socialmente e o defina de modo completo e uniforme constitui exatamente a clara expressão da forma como se tem dado a sua participação nesse processo – alguém que participa como se não fosse essencial, como se não estivesse participando. (MARTINS, 1983, p.25)

Esse modo de ver/tratar o homem do campo decorre, segundo o autor, de que sempre foram vistos como atrasados, ignorantes e incapazes de serem sujeitos de seus próprios destinos, tanto pelos mediadores que auxiliaram na organização da maioria dos movimentos rurais, quanto pela elite intelectual do meio urbano, assim como das elites agrárias (*Idem*, 1989). Essa descaracterização tem em comum o desprestígio ao camponês, visto como alguém incapaz de ser

sujeito. Um exemplo clássico no campo da esquerda é do marxismo, para o qual o camponês iria extinguir-se, permanecendo apenas duas classes: o proletariado e a burguesia, ou seja: “[...] *‘O campesinato é arcaico, tradicional e vai deixar de existir’*. E a história advoga contra, porque todos os movimentos revolucionários da América Latina foram camponeses. O proletariado nunca fez a revolução” (MITIDIEIRO, 2006).

1.1-Principais fases da luta pela terra

Pode-se dividir, de modo geral, a partir da Lei de Terras², a história dos movimentos sociais rurais em duas fases: **1.^a FASE** - “Messiânica” (1850/1940) – forte presença de líderes religiosos populares que pregavam ideologias milenaristas. Exemplo: Canudos (1870-1897) e Contestado (1912 -1916); **2.^a FASE** – “Lutas Radicais Localizadas” (1940 – 1955) – forte presença das demandas sociais, políticas e ausência do cunho messiânico. Exemplo: Ligas Camponesas (1954); Luta dos posseiros em Trombas e Formoso (1955); Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura/CONTAG (1963), entre outras. A Partir da década de 1950, a atuação dos partidos políticos e do movimento sindical passou a se intensificar no campo. De modo geral dois fatores contribuíram para a modificação da situação dos camponeses no meio rural: 1) abolição da escravatura; 2) Golpe de Estado.

No período escravista também havia o trabalhador rural que prestava serviços aos fazendeiros como agregado (relação de troca: de serviços, de produtos por favores). Dessa forma, os camponeses deviam submeter-se as decisões dos senhores, sendo reconhecidos como extensão dos direitos dos fazendeiros, através de sua concessão. Além do camponês agregado existiam os posseiros e sitiantes.

² As principais características dessa Lei, estabelecida em 1850, foram: limitou a comercialização da terra à usucapião (significa adquirir algo pelo uso); serviu para substituir o escravo na lavoura; instituiu um novo regime fundiário no lugar do regime de sesmarias; proibiu a aquisição de terras devolutas que não fosse pela compra; propiciou o advento de uma modalidade de trabalho livre. Essa Lei não alterou a estrutura agrária desigual da terra.

[...] a condição de posseiro dizia respeito à relação jurídica com a terra, quando o camponês tinha a posse, mas não tinha o domínio. O sitiante era o pequeno agricultor independente, dono de um sítio, um lugar na terra, e não de uma sesmaria. Agregados e moradores eram também, no entanto, tidos como sitiantes, já que sua área de roça no interior da fazenda também era definida como sítio, ou roçado (Martins, 1983, p. 39 – 40).

A forma de exclusão dos índios, mestiços, pobres, decorreu primeiramente do impedimento do acesso destes a terra³ e da exclusão política dos pobres (a Constituição de 1824 estabelecia uma quantia econômica para ser eleitor ou elegível). Esses critérios eleitorais se mantiveram até a Proclamação da República, em 1889.

No início da República surgiram as primeiras grandes lutas camponesas no Brasil. Dois fatos marcaram esse período: o fim da escravidão (maio de 1888) e a transferência das terras devolutas da União para os Estados. Os camponeses passaram a adquirir terra mediante oferta compulsória de trabalho aos grandes fazendeiros⁴. Também passaram a participar da vida pública, sendo-lhes permitido votar, com exceção dos analfabetos e mendigos. Contudo, predominou nesta época o coronelismo e o rígido controle dos chefes políticos sobre os votos dos eleitores (voto de cabresto) (*Ibidem*, 1983).

1.2 - Os movimentos e lutas camponesas

Em 1955 surgiram, no Nordeste, em especial Pernambuco e Paraíba, as Ligas Camponesas devido principalmente à crise política regional. O Partido Comunista Brasileiro (PCB) apoiava as Ligas no seu início, sendo posteriormente por ele combatidas. Além do PCB outros mediadores passaram a estimular a organização dos camponeses, tais como a Igreja Católica e o trabalhismo. No entanto, cada um desses mediadores tinha uma forma de ver o camponês e a partir disso procurava organizá-lo.

³ No período colonial só recebia terra de herança quem era de “sangue limpo”, não fosse bastardo e mestiço de branco e índia. (*Ibidem*, 1983)

⁴ “Os camponeses não-proprietários, os que chegassem depois da Lei de Terras ou aqueles que não tiveram suas posses legitimadas em 1850, sujeitavam-se, pois como assinalaria na época da abolição da escravatura um grande fazendeiro de café e empresário, a trabalhar para a grande fazenda, acumulando pecúlio, com o qual pudessem mais tarde comprar terras, até do próprio fazendeiro” (*Ibidem*, 1983, p. 42).

A Igreja Católica (setores progressistas) apoiava a organização dos camponeses, mas defendia o direito da propriedade, insistindo na importância da sua função social. Tentava evitar que a pressão pela reforma agrária se constituísse num atentado contra a propriedade rural (*Ibidem*, 1983). Além disso, a questão da propriedade da terra para a Igreja era mediação para outras questões como ética, sociais e políticas, ou seja, a preocupação da Igreja era com o “problema da humanidade do homem”. Dessa forma, os documentos episcopais passam a registrar e denunciar, por volta dos anos 1950, as relações de trabalho no meio rural, a exploração, os maus tratos ao homem do campo. A Igreja lutava contra o clientelismo, a relação “patrão-dependente” e as formas de sujeição pessoal, enfim pretendia defender os direitos dos trabalhadores já existentes em Leis, mas que não eram cumpridos. Já o setor mais conservador dessa mesma Igreja foi crítico às Ligas Camponesas, as quais na sua perspectiva, estariam querendo instituir o comunismo no Brasil.

Não rejeitamos o comunismo somente porque se declara irredutivelmente materialista e ateu. A doutrina marxista nega também outros direitos inalienáveis da pessoa humana, como a autonomia individual, a liberdade, toda a ordem jurídica independente do Estado, a propriedade particular dos meios de produção e emprega métodos de ação incompatíveis com a filosofia Cristã da vida, como a luta de classes por quaisquer meios (SCHERER, 1969, p. 51).

A Igreja condena a situação de miséria em que vivem os camponeses, no entanto, não compartilha das teses comunistas para resolver essas questões. A reforma agrária mais urgente, na concepção da Igreja, era de primeiramente propiciar condições dignas à maioria dos agricultores, que mesmo possuindo terra, não possuíam assistência técnica, assim como a proteção necessária para o trabalho no campo. Defende que o Estado deve proteger os trabalhadores por meio de legislação, fazendo com que os proprietários agrícolas sejam obrigados a criar condições dignas de vida a seus subalternos/dependentes.

Diferente da perspectiva da Igreja Católica, o PCB ao organizar os camponeses, principalmente apoiando as Ligas Camponesas, não pretendia tal qual a Igreja promover uma entrada dos agricultores no moderno mundo capitalista, mas organizá-los para revolucionar o capitalismo. Na

visão do PCB a reforma agrária era mais uma etapa da revolução democrática, em que os últimos restos feudais deveriam ser eliminados. Posteriormente o PCB, entendeu que para fazer a revolução seria necessário uma ampla Frente Democrática de Libertação Nacional. Sendo assim, ampliou o leque de alianças (inclusive com a burguesia nacional), a fim de efetivar uma revolução democrática no Brasil. *“O partido entendia que um governo nacionalista e democrático pode ser conquistado nos quadros do regime então vigente. Seria o caminho pacífico para a revolução antiimperialista e antifeudal.”* (MARTINS, *op.cit.*, p. 85). O PCB afastou-se das Ligas Camponesas e passou a disputar com a Igreja a organização dos sindicatos de trabalhadores rurais. Em seguida, através de um acordo entre ambos, foi criada a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), em 1963.

As Ligas Camponesas recusaram a política de frente única acordada entre Partido, Igreja e Governo Goulart. Entendiam que a reforma agrária servia para questionar a dominação tradicional, o poder privado e todas as formas de tutelas pelas quais os camponeses estavam submetidos. Aqui as Ligas tornam-se autônomas em relação aos mediadores, conforme esclarece Martins:

Já em 1960, para o Partido a reforma agrária radical seria alcançada por etapas, através de reformas parciais. Para as Ligas, ao contrário, a reforma somente seria radical se alcançasse no seu conjunto o direito de propriedade da terra, se acabasse com o monopólio de classe sobre a terra e desse lugar à propriedade camponesa, inclusive à estatização da propriedade [...]. De qualquer modo, o golpe de 64 encarregou-se de por fim ao projeto das Ligas que era um projeto de revolução camponesa (*Ibidem*, p. 89).

Na defesa dos direitos dos agricultores, a Igreja Católica, principalmente sob influência de setores progressistas, através da CNBB, criou em 1975 a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a fim de integrar o trabalho de diferentes pastorais em âmbito nacional, evitando a fragmentação e dispersão.

Com o golpe de 64 os movimentos de luta pela terra foram brutalmente reprimidos, pois para a ordem vigente representavam uma ameaça comunista. Foi criado o Estatuto da Terra, a fim de controlar a agitação no campo.

A ditadura militar, desejando enfrentar as tensões agrárias de forma controlada, emitiu, em 1965, um Estatuto da Terra que reconhecia, de acordo com a Doutrina Social da Igreja Católica, a função social da propriedade privada e permitia a desapropriação para fins de assentamento agrário em caso de tensão social, e, mais tarde, na chamada Emenda Constitucional n°.1, de 1969 (outorgada pela Junta Militar que assumiu o poder quando da incapacitação do presidente Arthur da Costa e Silva) à Constituição Brasileira de 1967, passou a admitir a desapropriação mediante pagamento em títulos de dívida pública. Esta legislação, muito embora tenha permanecido largamente inoperante durante a própria ditadura, daria o quadro legal para as tentativas de reforma agrária no pós-ditadura militar (MST, 2006).

As relações dos mediadores (Igreja, partidos políticos, sindicatos, etc), conforme exposto, com os camponeses, muitas vezes restabeleciam um novo tipo de patronagem, através da tutela e do paternalismo, em grande parte decorrente da disputa entre os diferentes mediadores pelo controle dos camponeses e também pela implantação do projeto político das partes envolvidas na disputa. Por exemplo, pode-se colocar que os camponeses possuem uma pluralidade de perspectivas, ações, e interesses, fazendo com que sejam estranhos às teorias de classes sociais, ou seja, “*na idéia da eficácia histórica de uma única classe social, a classe operária*” (Ibidem, 1983). A estratégia da visão das teorias das classes sociais era de tomar o poder do Estado, como principal objetivo da luta social, a fim de posteriormente implantar as mudanças necessárias para a consolidação do socialismo. No entanto, como ensina Michel Foucault há certa limitação nesta análise, pois segundo ele:

[...] para que o processo revolucionário não seja interrompido, uma das primeiras coisas a compreender é que o poder não está localizado no aparelho do Estado e que nada mudará na sociedade se os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo, ao lado dos aparelhos de Estado a um nível muito mais elementar, quotidiano não forem modificados (FOUCAULT, 1982, p.149-150).

Em outras palavras, não significa que o Estado seja pouco importante na análise do poder, apenas destaca-se que também existem outras formas de poder nas múltiplas relações sociais que

corroboram para manter a sociedade com uma estrutura caracterizada pela exclusão social, étnica, cultural, entre outros. Ou seja:

Incapaz de se concentrar, o poder ramifica-se, expande-se amplamente, constituindo, em cada espaço disponível, estruturas de micropoderes, gerando, por assim dizer, uma polimorfia, que implica a existência de redes de dispositivos⁵, dispersas na sociedade. Sem foco, sem coordenação centralizada, estas redes são configuradas em um sem número de instituições e numa multiplicidade de tecnologias [...] (ROSA, 1997, p. 237-238)

No entanto, retomando a análise dos mediadores com os camponeses, é preciso enfatizar que também tiveram sua importância, seja no sentido de auxiliar na organização dos camponeses, assim como mediar sua relação com as Instituições Públicas (Órgãos Governamentais, Judiciário, entre outros). Por exemplo, o PCB mantinha uma imprensa ativa⁶ que além da propaganda comunista (divulgação de Congressos Internacionais, bandeiras de luta, etc), divulgava notícias sobre a realidade do campo: conflitos, exploração, direitos dos camponeses (férias, repouso remunerado, salário mínimo, direito de organização) assim como era instrumento de convocação e mobilização dos trabalhadores. Conforme esclarece Medeiros: *“Se a mensagem veiculada ganhou adeptos e produziu efeitos é porque ela, de alguma forma, foi capaz de expressar as carências e tensões existentes no meio rural.”* (1998, p. 55).

1.3 - Nascimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem -Terra - MST

Somente no final do período ditatorial que houve maior re-emergência dos movimentos sociais no Brasil. O movimento sindical passou também a tornar-se mais dinâmico, sendo posteriormente vinculado a CUT (Central Única dos Trabalhadores). Em fim dos anos 70 e início dos anos 80, o MST começou a nascer na Região Sul do Brasil, tendo seu início no Rio Grande do Sul (RS). Vários fatores contribuíram para o nascimento do MST nesse Estado, entre eles: a história

⁵ Para Foucault (1984) este termo deve ser definido como “...um conjunto devidamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas.” (Microfísica do poder, p. 244).

⁶ Jornais: Voz Operária que em 1959 foi substituída por Novos Rumos. Imprensa Popular, Hoje, Notícias de Hoje, Terra Livre, etc

política; forte presença das comunidades rurais organizadas; presença da Igreja Católica, com marcante atuação no interior do Estado.

Segundo Zander Navarro (1996), os movimentos sociais na Região Sul (RS) são resultados de três fatores: *“a liberalização política do período, as mudanças estruturais na economia agrária do Estado e seus impactos sociais e a ação de setores ‘progressistas’ da Igreja Católica, fatores esses que exerceram influência bastante diferenciada no tempo e no espaço agrário”* (p.67).

Antes do MST, existia no referido Estado, o MASTER (Movimento dos Agricultores Sem-Terra), o qual era muito vinculado ao PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). Com o Golpe Militar este movimento foi derrotado e desestruturado. Dessa forma, segundo Stedile (1999), este movimento não originou o MST, mas sim o trabalho das Igrejas Católica e Luterana. Na ótica desse autor, a gênese do MST foi determinada por três fatores: socioeconômico, ideológico, e político, tendo as seguintes características:

Fator Socioeconômico – forte mecanização da lavoura que deixou fora da produção um grande número de pessoas, as quais primeiramente migraram para o Norte e Centro-Oeste do país. Outra parte foi para a cidade trabalhar na indústria. No entanto, os agricultores não tiveram êxito na migração para outras regiões, as quais não eram propícias para a agricultura familiar. Além disso, na época (década de 1980), a crise era aguda na indústria. Sendo assim os agricultores foram obrigados a permanecer e resistir no campo originando o MST.

Fator Ideológico – a CPT – Comissão Pastoral da Terra – foi um dos principais aportes ideológicos para a organização do movimento, principalmente da Pastoral Católica e Luterana. *“A CPT foi a aplicação da Teologia da Libertação na prática, o que trouxe uma contribuição importante para a luta dos camponeses pelo prisma ideológico”* (Ibidem, 1999). Devido o caráter ecumênico da Pastoral, o movimento foi desde suas origens unificado, o que evitou que surgissem vários movimentos camponeses em diferentes regiões.

Fator Político – esse fator refere-se ao movimento de democratização do país, com o qual o MST coincidiu. Um exemplo da importância desse contexto histórico foi o acampamento da Encruzilhada Natalino, o qual tinha aproximadamente seiscentas famílias. O governo federal interviu com forças militares, a fim de forçar a desistência dos colonos. Contudo, isso serviu para aumentar os apoios ao movimento, tanto político (deputados progressistas, entre outros), quanto econômico (auxílio de diversas entidades e associações). Aproximadamente trinta mil pessoas apoiaram este acampamento, sendo que na ausência desse apoio, provavelmente a construção do movimento teria sido adiada.

O MST nasce oficialmente em 1984 no encontro nacional ocorrido em Cascavel (PR) e, em 1985, no seu primeiro Congresso Nacional, expandiu-se pelas demais regiões do país, assim como definiu que sua principal “arma” seria a ocupação de terras, a fim de viabilizar a reforma agrária. Daí o Lema: “*ocupar é a única solução*”. O movimento estava consciente que a reforma agrária só avançaria por meio da ocupação, das lutas de massa e não via institucional. Diferentes Estados da Federação passaram a realizar Congressos, formação de núcleos, de lideranças, discussões dos problemas nacionais, entre outros. Com a posse do primeiro presidente civil após a ditadura militar, em meados da década de oitenta, o MST teve mais êxito na sua expansão, ou seja, teve maior visibilidade pública, pois suas lideranças viajavam à Brasília, participavam de debates, etc.

Da mesma forma que o movimento crescia no país, a reação conservadora também organizava seus quadros, como por exemplo a UDR (União Democrática Ruralista) que procurava desmoralizar o apoio da Igreja (progressista) e entidades ao movimento. Dessa forma, aumentava a violência no campo, tanto por parte do latifúndio, quanto por parte do governo, fazendo com que o movimento se desse por conta que a conquista da terra é apenas o início da luta. “*A cooperação apareceu então como a principal experiência dos assentados para resistir e manterem-se na terra*” (MITSUE, 2001, p.144). Sendo assim, o lema da luta passou a ser: “*Ocupar, resistir, produzir*”.

As principais características do movimento, desde sua origem, segundo Stedile (1999), são: o seu caráter popular, ou seja, não exclui ninguém de entrar no movimento (idoso, crianças, mulheres, homens, padre, estudante, técnico, etc), diferenciando-se do sindicato em que geralmente só participam os homens, e a capacidade de articular a luta pelos interesses corporativos com os interesses de classe.

Tivemos a compreensão de que a luta pela terra, pela reforma agrária, apesar de ter uma base social camponesa, somente seria levada adiante se fizesse parte da luta de classes. Desde o começo sabíamos que não estávamos lutando contra um grileiro. Estávamos lutando contra uma classe, a dos latifundiários. Que não estávamos lutando apenas para aplicar o Estatuto da Terra⁷, mas lutando contra um Estado burguês. Os nossos inimigos são os latifundiários e o Estado, que não democratiza as relações sociais no campo, não leva o desenvolvimento para o meio rural. Esse Estado está imbuído de interesses de classe. Acreditamos que o MST soube compreender e incorporar na sua ideologia, na sua doutrina, esse componente político.(STEDILE, Op.Cit, p. 35-36).

Esse elemento político do MST, segundo o autor, fez com que auxiliasse na fundação do PT (Partido dos Trabalhadores) em vários lugares, por “acreditar no caráter classista do PT”. No entanto, no discurso sempre proclamou autonomia em relação ao partido.

Em relação aos demais movimentos sociais de luta pela terra, O MST procura ter abertura no sentido de aprender com os erros e acertos dos outros, principalmente dos movimentos históricos de lutas passadas pelo acesso a terra. Fazem parte desse aprendizado: 1) direção coletiva – a fim de evitar a cooptação de um líder (presidente) ou o seu assassinato; 2) divisão de tarefas; 3) disciplina: *“E, estando na organização de livre vontade, tem que ajudar a fazer as regras e a respeitá-las, tem que ter disciplina, respeitar o coletivo. Senão a organização não cresce.”*(*Ibidem*, p.42); 4) importância do estudo; 5) formação de quadros (técnicos, políticos, organizativos, etc); 6) luta de massas: *“A nossa luta pela terra e pela reforma agrária – já havíamos descoberto por nós mesmos – só avançará se houver lutas de massas”* (*Ibidem*, p. 43). 7) vinculação com a base, a fim de garantir pressão popular e conscientização da população. *“O direito assegurado na lei não garante nenhuma conquista para o povo. Ele só é atendido quando*

⁷ Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964, promulgada pelo governo militar. Foi a primeira lei brasileira a tratar da questão da terra. Criou um organismo público para implementar a reforma agrária, o atual INCRA, e consolidou o instituto legal da desapropriação de latifúndios pelo poder público.

há pressão popular. Assim, a cooptação é a primeira arma que a burguesia utiliza contra a organização dos trabalhadores. Só depois ela utiliza a repressão.(Ibidem, p.44)''.

O que instiga o movimento a se expandir em todo o território nacional, assim como tornar-se um dos maiores (senão o maior) movimento social rural da América Latina é a gritante concentração de terra em posse de poucos fazendeiros, os quais tinham um poder quase ilimitado. Isso favorecia: a concentração do poder político, através do clientelismo, da impunidade e da exploração social, entre outros fatores que acabavam dificultando a democratização das relações no meio rural. Ou seja:

Com efeito, são notáveis as diferenças de apropriação privada da terra no Brasil, conforme indicam as estatísticas oficiais: enquanto 50% dos menores estabelecimentos agrícolas apropriavam-se, em 1970, de apenas 2,9% do total da área mantida privadamente (proporção que reduziu-se para 2,4% em 1980), os 5% dos maiores estabelecimentos apropriavam-se de 67% do total da área em 1970 (e elevando esta proporção para 69,7% em 1980) (NAVARRO, 1996, p.74).

Além disso, no Brasil há 850 milhões de hectares de terra, sendo que destes menos de 70 milhões produzem grãos, fazendo com que a terra não cumpra sua função social⁸, estando concentrada em poucas mãos (latifundiários, banqueiros, empresas estrangeiras, etc) (BOGO, 1999).

Dados do Atlas Fundiário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) de 1996 mostram que os latifúndios (2,8% dos imóveis rurais) ocupam 56,7% da área total, enquanto os minifúndios (62,2% dos imóveis) ocupam 7,9% da área total. Os altos índices de concentração fundiária guardam relação intrínseca com a forma como se dá a utilização das terras no Brasil. O Atlas Fundiário registra o desperdício das terras - 185 milhões de hectares, 40% da área aproveitável, têm proprietários, mas não são produtivos e quase toda essa terra é apropriada sob a forma de latifúndios (MOLINA, s/n, 2006).

⁸ “A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em Lei, aos seguintes requisitos: I – aproveitamento racional e adequado; II – utilização adequada dos recursos naturais; III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores”.(Constituição Brasileira Cap.III. Da política agrícola e fundiária e da reforma agrária. Art. 186, pág 78. In: BOGO, 1999)

Com isso, o simples fato da existência do movimento já tem contribuído para um avanço no processo de democratização no meio rural, assim como de alertar para o fato de que o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo. Por isso o lema do movimento, em meados de 1985, de que *“somente haveria democracia, se houvesse reforma agrária”*. Assim, fica claro que para o movimento a reforma agrária é vista como um processo de mudança social muito maior que a conquista da terra. Nesse sentido, passa a estimular a formação de novos valores⁹, que devem pautar as relações dos integrantes do movimento, tais como solidariedade, mística¹⁰, valorização da mulher (gênero), respeito as diferenças (étnico), entre outros.

Além disso, o movimento reivindica infra-estrutura para os assentamentos (escolas, luz elétrica, estradas, etc), a fim de fixar o homem no campo. Referente a sua expansão no território nacional e estrutura de organização verifica-se que:

O MST se organiza em 24 estados brasileiros. Sua estrutura organizacional se baseia em uma verticalidade iniciada nas brigadas (compostas por 50 famílias) e seguindo pelos núcleos (grupo de 200 famílias), direção regional, direção estadual e direção nacional. Paralelo a esta estrutura existe outra, a dos setores e coletivos, que buscam trabalhar cada uma das frentes necessárias para a reforma agrária verdadeira. São setores do MST: Saúde, Direitos Humanos, Gênero, Educação, Cultura, Comunicação, Formação, Projetos e Finanças, Produção, Cooperação e Meio Ambiente e Frente de Massa. São coletivos do MST: juventude e relações internacionais. Esses setores desenvolvem alternativas às políticas governamentais convencionais, buscando sempre a perspectiva camponesa (MST, 2006).

De cinco em cinco anos ocorre o Congresso Nacional do Movimento. Porém, os seus dirigentes (num total de 21 membros) são homologados em Encontro Nacional, que acontece a cada dois anos. A indicação dos nomes sempre ocorre, primeiramente, em cada Estado e, posteriormente, o nome escolhido por 50% dos votos mais um, é remetido para a coordenação nacional. (STEDILE, 1999). Em âmbito internacional o movimento está articulado a Via Campesina, a qual tem por um de seus objetivos principais organizar os camponeses em nível mundial.

⁹ Entendem que o capitalismo destruiu os valores humanos e “passou a ver as pessoas como objetos descartáveis que servem apenas para gerar lucros” (Ibidem, p. 117)

¹⁰ Ver o livro de Ademar Bogo: O vigor da mística. Caderno de cultura n.º 2 – MST, 2002.

Se no início do movimento o MST teve amplo apoio e parceria, principalmente, de setores progressistas da Igreja Católica (Teologia da Libertação)¹¹, posteriormente, no início dos anos 90 vai afastando-se da Igreja, marcando sua autonomia e orientando-se por uma ideologia “própria”, ou seja, tende a aproximar-se mais das idéias de cunho marxista-leninista (MST, 2001)¹². Neste período os partidos políticos de esquerda, em sua grande parte o Partido dos Trabalhadores/PT, passam a se fazer mais presentes no movimento. Dessa forma, simplificadamente, pode-se colocar que na trajetória do movimento existiram duas principais vertentes: uma de cunho mais religioso (início do movimento) e outra de cunho mais político, que tende a predominar até os dias atuais. Contudo, cabe frisar que sempre existiu uma mescla dessas duas vertentes, só que cada uma delas teve expressão maior em diferentes fases do movimento¹³.

O MST, no decorrer da sua trajetória, procura conquistar maior apoio da sociedade para a sua luta, esclarecendo que a reforma agrária não é apenas um problema dos sem-terra. Nesse sentido, criou o lema: “*reforma agrária é uma luta de todos*”. Com isso, passou a ampliar as ações com outros setores da sociedade, a fim de debater também um projeto popular alternativo, fazendo alianças com outros setores e movimentos do meio rural, pastorais, entre outros, assim como avançar na formação de militantes em âmbito nacional (MST, 2001).

A formação também deverá servir como uma ferramenta de correção dos erros e de superação das contradições que o processo possa trazer. Portanto, ela também deverá ser compreendida como um método de acompanhamento do assentamento, uma formação em movimento (*Ibidem*, 2001, p.92).

Ainda conforme a obra *Construindo o Caminho* (2001), a formação divide-se em massiva e de lideranças / militantes, segundo síntese a seguir:

¹¹ “A contribuição que a Teologia da Libertação trouxe foi a de ter abertura para várias idéias.[...] Em suma, incorporamos dela a disposição de estar abertos a todas as verdades e não somente a uma, porque esta única não pode ser verdadeira. Todos os que se abasteciam na Teologia da Libertação – o pessoal da CPT, os católicos, os luteranos – nos ensinaram a prática de estar abertos a todas as doutrinas em favor do povo.”(STEDILE, 1999)

¹² Entre os principais autores estão: Lênin, Marx, Engels, Rosa Luxemburgo, Florestan Fernandes, Celso Furtado, entre outros). Segundo STEDILE (1999), o movimento procura captar aspectos positivos desses autores, mas não de forma dogmática, ou seja, procura adequá-los a realidade histórica do presente.

¹³ Ver Caldart (2000) e Navarro (2002), os quais apontam diferentes fases do MST.

Quadro 1 – Formação dos Sem-Terra

MASSIVA	LIDERANÇAS E MILITANTES
<ul style="list-style-type: none"> - procura atingir todos os integrantes do assentamento. - principais cursos: formação de integrados na produção; jornadas de reforma agrária e brigadas de formação 	<ul style="list-style-type: none"> - a formação deve avançar rumo a consciência de classe; - principais cursos: brigadas de formação; - ter consciência das lutas gerais da sociedade, a fim de visualizar o conjunto da classe trabalhadora e sua exploração

Compilação própria: SILVEIRA, S. M. P.

Percebe-se que a luta deve transcender a questão da terra, do crédito, da moradia, enfim procuram passar aos integrantes do movimento que a luta é maior e mais complexa.

São as lutas políticas gerais da sociedade que nos permitem enxergar o conjunto da classe trabalhadora e sua exploração. Nos permitam compreender a natureza do enfrentamento, os inimigos de classe e a complexidade dessa luta. Assim, a participação nas lutas – não apenas econômicas, mas as lutas gerais da sociedade – são fundamentais no processo de qualificação da consciência das pessoas (*Ibidem*, 2001, p.106).

O movimento incentiva e apóia a formação permanente de seus militantes, uma vez que o inimigo não é apenas o latifúndio, mas, conforme seu entendimento, a estrutura de poder que mantém a sociedade dividida em classes. Nesse sentido, confere importância a relação entre as lutas locais e lutas mais amplas, visando elevar “*a consciência social para a consciência política*”. Assim como, segundo BOGO (1999), o movimento deve ter claro que o seu objetivo estratégico será atingido a longo prazo (sociedade mais justa/socialista). Para tanto, procura criar uma unidade entre as diferentes forças democráticas que também lutam por objetivos semelhantes.

A capacitação e qualificação devem atingir os militantes de maneira geral, desenvolvendo os diferentes aspectos da pessoa humana, contribuindo para a construção de uma nova ética – uma ética revolucionária – que oriente o comportamento dos militantes, baseado na vivência de valores como solidariedade, amor à causa do povo, o companheirismo, à disciplina consciente, a honestidade, a responsabilidade, crítica e autocrítica, que vão

dando forma ao novo homem e a nova mulher que almejamos alcançar eliminando os vícios e mazelas que foram introjetados pelo capitalismo na consciência das pessoas (*Ibidem*, 2001, p.111).

Os meios de comunicação do movimento (Jornal Sem-Terra – JST; rádios do MST; Revista Sem-Terra – RST; Internet – página na rede mundial de computadores) servem para auxiliar na organização do povo, das ocupações, favorecer a unidade em torno da estratégia política, assim como a firmeza ideológica.

Face o exposto pode-se sintetizar os principais objetivos do movimento, conforme segue:

Quadro 2 – Objetivos do MST

<p style="text-align: center;">Os objetivos do MST</p> <p style="text-align: center;">Somos um movimento de massas de caráter sindical, popular e político.</p> <p style="text-align: center;">Lutamos por terra, reforma agrária e mudanças na sociedade</p>	
<p>Objetivos gerais</p> <p>1-Construir uma sociedade sem exploradores e onde o trabalho tem supremacia sobre o capital.</p> <p>2-A terra é um bem de todos. E deve estar a serviço de toda a sociedade.</p> <p>3-Garantir trabalho a todos, com justa distribuição da terra, da renda e das riquezas.</p> <p>4-Buscar permanentemente a justiça social e a igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais.</p> <p>5-Difundir os valores humanistas e socialistas nas relações sociais.</p> <p>6-Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher.</p>	<p>Programa de reforma agrária</p> <p>1-modificar a estrutura da propriedade da terra.</p> <p>2-Subordinar a propriedade da terra à justiça social, às necessidades do povo e aos objetivos da sociedade.</p> <p>3-Garantir que a produção da agropecuária esteja voltada para a segurança alimentar, a eliminação da fome e ao desenvolvimento econômico e social dos trabalhadores.</p> <p>4-Apoiar a produção familiar e cooperativada</p> <p>5-Levar a agroindústria e a industrialização ao interior do país, buscando o desenvolvimento harmônico das regiões e garantindo geração de empregos, especialmente para a juventude.</p> <p>6-Aplicar um programa especial de desenvolvimento para a região do semi-árido.</p> <p>7- Desenvolver tecnologias adequadas à realidade, preservando e recuperando os recursos naturais, com um modelo de desenvolvimento agrícola auto-sustentável.</p> <p>8- Buscar um desenvolvimento rural que garanta melhores condições de vida, educação, cultura e lazer para todos.</p>

	Brasília, 1995
--	----------------

Fonte: MORISSAWA, 2001, p. 153.

1.3.1- Desafios e continuidades, segundo a ótica do movimento

A partir de 1995 em diante tem surgido muitos movimentos rurais isolados, apresentando características corporativas, como por exemplo no Pontal do Paranapanema. O problema de muitos desses movimentos, na perspectiva do MST, é que não geram consciência política e social, ou seja, de que os problemas da pobreza não são decorrentes apenas da falta de terra, mas de toda uma lógica social maior que *“cria os pobres e os impede de ter uma vida digna”*. Nesse sentido, o MST destaca a importância da conscientização que faz-se necessária para mudar a sociedade, assim como o Estado.

O oportunismo de direita ocorre nesses movimentos localizados que estão acontecendo mais em São Paulo, onde o liderzinho resolve tirar proveito de seu rebanho. O cara só quer benefícios próprios ao se autodenominar líder de 50 famílias. O mesmo vale para o vereador ou prefeito que sonha em ter um curral eleitoral (STEDILE, 1999, p. 119).

Em relação aos assentamentos, o referido autor enfatiza que devem ser um cartão de visitas para a sociedade, a fim de que *“os visitantes se sintam bem, felizes e orgulhosos do resultado da luta pela terra”*. Outro desafio é o *“exercício intensivo da solidariedade com a sociedade”*, em termos práticos: doar sangue em hospitais, auxiliar em casos de enchentes, secas, etc, desenvolver lavouras comunitárias de outro tipo, a fim de realizar doações a creches, hospitais, asilos, entre outros, melhorar a merenda oferecida aos alunos.

Vamos ter que construir esse desenvolvimento que sonhamos em nossos espaços, para provar que é viável. O desenvolvimento rural, como é mais amplo, não basta apenas fazê-lo num único assentamento, tem que afetar uma região inteira, tem que ser regional. Isso é mais demorado, envolve toda a sociedade. É um grande desafio à frente (*Ibidem*, 1999, p.125).

Ainda segundo Stedile, outra frente de luta é de trabalhar o meio rural como alternativa à cidade, assim como *“alternativa ao desenvolvimento geral da sociedade”*. Ou seja, entende que para

resolver o problema dos excluídos dos países do sul, deve-se levar o progresso para o campo. E por fim, o principal desafio do MST é realmente tirar a reforma agrária do papel, uma vez que o assentamento de famílias sem-terra não é sinônimo de reforma agrária.

[...] reforma agrária é sinônimo de desconcentração da propriedade da terra. Ora, fazer assentamentos de algumas famílias, que podem ser milhares, não significa que se está afetando toda a estrutura da propriedade da terra, se ela não for massiva e rápida. Assim, o que existe no Brasil atualmente é uma política de assentamentos sociais, em que o governo federal e às vezes até governos estaduais, premidos pelos movimentos sociais, e para evitar que os conflitos de terra se transformem em conflitos políticos, resolvem conseguir algumas áreas, seja de terras públicas, seja negociadas, seja desapropriadas, e assentar as famílias. (*Ibidem*, 1999, p. 159).

Mesmo tendo sido assentadas mais de 300 mil famílias, ainda existem muitas famílias sem-terra. A fim de resolver esse problema, o MST, CONTAG e outras entidades propõem: *“realizar um amplo programa de desapropriações de terra, de forma rápida, regionalizada, e distribuí-la a todas as famílias sem-terra, que são 4,5 milhões em todo o Brasil”* (*Ibidem*, 1999, p.160).

Esclarece que, mesmo não havendo reforma agrária, a política de assentamentos só tem sido posta em prática devido a mobilização e forte pressão dos trabalhadores, tendo várias chacinas, violências, acampamentos, marchas, caminhadas, entre outros, a fim de pressionar as autoridades públicas.

1.3.2- O MST em Santa Catarina

A organização e mobilização dos camponeses catarinenses teve em princípio suas origens no Contestado¹⁴. Posteriormente, em meados dos anos 1970, prosseguiu em razão da “peste suína Africana”, crise desencadeada para acabar com o sistema tradicional de criação de porcos.¹⁵ Na

¹⁴ “O movimento Contestado desenrolou-se entre as populações caboclas do interior de Santa Catarina (região serrana), com aparecimento de profetas e messias chamados ‘monges’. O movimento teve longa duração, uma ‘sucessão de movimentos’, às vezes com intervalo prolongado entre um e outro.” (VENDRAMINI, 1992, P.12)

¹⁵ Ver livro de MORISSAWA: A história da luta pela terra e o MST. São Paulo: Expressão Popular, 2001. (p. 129).

década seguinte, em 1980, um pequeno grupo de sem-terra ocupou um latifúndio improdutivo (Fazenda Burro Branco). Mesmo enfrentando dificuldades e conflitos com as forças policiais, conseguiram aglutinar para o local cerca de 350 famílias. A CPT, a Diocese de Chapecó e a Igreja Luterana solidarizaram-se com as famílias, apoiando com alimentos, remédios, juridicamente, entre outros (MITSUE, 2001). Estas Instituições religiosas procuravam organizar os trabalhadores para a conquista dos sindicatos de trabalhadores rurais, os quais seriam instrumentos para tratar dos graves problemas que envolviam os camponeses, tais como a questão da terra, do preço dos produtos, etc. A autoridade/prestígio da Igreja contribuiu para alavancar o movimento. Mas a ocupação na referida fazenda foi só o começo, pois

Podemos dizer que a onda de organização, planejamento e discussão começou com a ocupação da fazenda Burro Branco, em 1980, e atingiu seu ápice em 1985, com as ocupações em São Miguel do Oeste, Faxinal dos Guedes, Dionizio Cerqueira, São José do Cedro e Abelardo Luz (STRAPAZZON, 1997, P.42).

O movimento passou a fazer várias ocupações no Estado Catarinense, mas não apenas em fazendas, passou a ocupar Órgãos Públicos (prefeituras, INCRA, entre outros), assim como realizar manifestações, caminhadas e protestos. Essas ações propiciaram seu fortalecimento e com isso muitas famílias foram assentadas. Com o tempo, tal qual o movimento em âmbito nacional, o MST catarinense foi sentindo a necessidade de apoiar um partido político, a fim de melhor viabilizar o contato com as autoridades (Governo Federal, INCRA) e também politizar o discurso, pois conforme esclarece Grzybowski:

[...] A terra é sagrada. A Igreja empresta um caráter bíblico-político à luta pela terra como luta contra o 'negócio', não percebendo que tal luta, em si mesma, não é outra coisa que reintegração na estrutura e no 'negócio'. Falta-lhe incorporar as outras lutas, ver nelas um sentido histórico e uma pista para elaborar uma visão de uma sociedade com novas formas de integração social (1987, p.70-71, In: Strapazzon, 1997, p.57).

Temas como “*resistência ativa não violenta, solidariedade, união*” estavam muito presentes no discurso da CPT. No entanto, estas estratégias discursivas surtiam pouco efeito perante os problemas dos agricultores. Outro aspecto importante apontado por Strapazzon é do descompasso

“*entre moral do discurso religioso e a moral dos agricultores*”, conforme explícito no trecho a seguir:

Porque eu no início era assim. Tudo o que a Igreja falava era inquestionável....mas depois eu comecei a ter um problema que, enquanto eu achava que tava correto, eu era o cara perfeito. Quando comecei a caminhar com as próprias pernas, eu comecei a ser um cara complicado para a Igreja, para setores da Igreja, né. Por exemplo, a Igreja na época condenava as pessoas que ia pra diversão.[...] E aí, quando nós começamos a dizer o seguinte: ou nós vamos onde o povo está e respeitamos os costumes e os valores, as coisas que eles vão construir, que não prejudica diretamente o movimento, ou nós vamos fazer o movimento sozinho. Aí começou a dar problema. Fui...fui jogar bolão, coisa que eu nunca jogava, né, mas eu até as vezes ia, porque, dependendo de quem tava no bolão, eu achava interessante...eu tomava uma cachaça, apesar dela me fazer mal, mas às vezes eu tomava uma porque eu achava importante tomar uma cachaça, porque daí o cara vinha conversar comigo. E isso era condenado...Essas coisas pequenas foram muito condenadas pelo pessoal: não, agora o cara caiu fora do Reino de Deus (Agricultor, organizador do MST e da CPT no Oeste Catarinense) (POLI, 1995, In: STRAPAZZON, 1997, p.64-65).

Dessa forma, os agricultores iam aos poucos adquirindo sua autonomia, em relação a Igreja, e passaram a construir um outro discurso mais condizente com a realidade cotidiana, das dificuldades (crédito, plantio, enfrentamentos), da importância da negociação com diferentes Instituições e, principalmente, da necessidade de radicalizar a posição do movimento, segundo fala de um agricultor:

[...] Por exemplo, em 85, a orientação que nós tinha, né, a decisão que nós tinha era de não ir pro conflito, pro confronto, né. No caso, nem num despejo. Se vinha o pistoleiro lá, nós recuava, né, quer dizer, de 85 a 87, nós tivemos que mudar de estratégia, né. Quer dizer, se nós ia na onda de....ficar lá como cordeirinhos, né, vinha lá um pistoleiro e atropelava nós. E nós não ia avançar no processo, né. Se chegou a discussão e à necessidade de nós radicalizar, nesse campo, nesse lado. Os cara vêm, nós vamos ter que enfrentar. Senão nós não vamos conquistar a terra (*Ibidem*, 1997, p. 63).

O apoio da Igreja ao movimento era predominantemente vinculado a setores progressistas da Igreja Católica (Teologia da Libertação), os quais utilizavam-se de uma base formativa cristã e também sociológica marxista. Sendo assim, devido a incompatibilidade do discurso religioso, conforme referido, os agricultores, em especial as lideranças, passaram a se valer do discurso

marxista. Isso fica explícito na simbologia do movimento, pois já não é mais a cruz que se faz presente nas marchas, encontros, mas a bandeira do MST. Esse deslocamento, essa mudança de discurso de político religioso para político econômico ocorreu no movimento como um todo, ou seja, mesmo que cada local ou Estado tivesse suas peculiaridades e seu próprio processo de organização dos agricultores, as principais bandeiras de luta acabavam sendo unificadas nos Encontros e Congressos Nacionais.

A postura do movimento de apoiar um partido político da classe trabalhadora, assim como de apoiar uma central sindical de massa, acabou de certa forma num crescente afastamento da CPT e da Igreja, na segunda metade da década de 1980. Ainda segundo o autor, a organização interna do movimento foi alterada, pois com a presença da Igreja/CPT havia uma maior descentralização, na tomada de decisões, predominando uma estrutura em rede. Posteriormente, o movimento teria adquirido, com o novo discurso, uma verticalização, ou seja passou a estar mais próximo de uma estrutura piramidal. Neste segundo momento, ao invés da organização basista, ocorre que a direção passa a apontar o caminho. *“Esta visão pode ser definida por uma frase muito repetida na segunda década de 80, em várias reuniões de partidos e movimentos: Quem sabe, dirige”* (Ibidem, 1997, p.93).

Dessa forma, pode-se colocar que no referido contexto o discurso predominante foi o marxista-leninista, o qual foi reapropriado da matriz discursiva da Teologia da Libertação. Assim, do discurso político-religioso, passou-se para o discurso da utopia da sociedade sem classes, com novos valores e novas relações humanas. As influências do Partido dos Trabalhadores/PT e da Central Única dos Trabalhadores/CUT, entre outros, continuaram existindo no movimento, tendo mais destaque e influência, diferente da Igreja que também continuou participando, mas com menos força e influência, tal como tinha no início.

Além da matriz discursiva marxista-leninista, segundo autor supracitado, outros discursos passam a influenciar o movimento, tais como “desenvolvimento sustentável” que leva em conta aspecto como preservação do meio ambiente, agroecologia, entre outros, e o discurso produtivista como demanda dos próprios agricultores.

1.3.3 - Assentamento Eldorado dos Carajás – Santa Catarina

A organização dos trabalhadores para conquista da terra teve seu início no Oeste Catarinense. Posteriormente, avançou para a Região Meio Oeste do Estado. Neste local, em face da pressão do movimento, o INCRA desapropriou na Região do Município de Lebon Régis, parte (1/3) da propriedade da família Deboni (SANTOS *et al*, 2006). Neste local foram assentadas 252 famílias, em 7 assentamentos, sendo um deles o objeto desta pesquisa: Assentamento Eldorado dos Carajás, conforme tabela a seguir:

Tabela 1

Projeto Assentamento	Área (há)	Portaria e data	N.º de famílias
Rio Timbo	718,5432	287 – 01/04/87	44
Córrego Segredo I	228,3478	906 – 28/06/88	15
Córrego Segredo II	408,5846	1393 – 20/10/88	26
Rio dos Patos	844,9900	1551 – 30/11/88	49
Rio Água Azul	374,8160	Res.025 – 29/04/93	26
Conquista dos Palmares	416,1383	045 – 06/11/96	32
Eldorado dos Carajás	212,8968	03-17/02/2003	19
Sub-Total	3.204,3167		211

Fonte: INCRA/SC – s/d

CAPÍTULO I I

MST: DIFERENTES ABORDAGENS

As principais e mais polarizadas abordagens¹⁶ em relação ao MST são:

2) Primeira Abordagem: para essa análise o MST tem dificuldade de propiciar a formação de sujeitos autônomos¹⁷, tendo como consequência um nível baixo de democratização nas relações entre os integrantes do movimento, assim como em relação a outros movimentos sociais. No entanto, os autores dessa abordagem consideram a importância do movimento, no sentido de conseguir organizar as populações mais pobres do meio rural e contribuir para a formação de relações mais democráticas no âmbito da sociedade rural (entre fazendeiros e empregados, por exemplo). Os principais autores são: Zander Navarro e José de Souza Martins.

Segundo a análise de Navarro (2002) o MST nasceu como um movimento social, tendo capacidade de se “reinventar”, aglutinando setores mais pobres do meio rural. Teve forte apoio e influência de setores progressistas, principalmente, da Igreja Católica, através da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Nesta fase, o movimento constituía-se democraticamente, sendo pouco hierarquizado, com participação da base nas decisões e ações. Posteriormente, devido vários fatores, o MST passou a ser uma organização¹⁸, ou seja, não mais com participação de todos os envolvidos (base), mas com forte centralização da tomada de decisões (mediadores, lideranças). Dessa fase em diante, a base do movimento passou a ser mobilizada por diversos aspectos, mas

¹⁶ Procurou-se sintetizar as principais idéias desses autores, de acordo com a interpretação obtida, segundo leitura cuidadosa. No entanto, recomenda-se a leitura dos textos originais, conforme referências bibliográficas.

¹⁷ Ver: Capítulo III

¹⁸ “[...] uma organização, tal como o MST optou por aderir, a partir de 1986, e os riscos maiores, entre tantos outros, são exatamente aqueles de todas as organizações formais não democráticas – e, em especial, aquelas que se julgam portadoras do iluminismo político-ideológico. A referência obrigatória, nesse caso, é certamente a obra clássica de Roberto Michels, cuja ‘lei de ferro da oligarquização das organizações’ é conhecida, uma tese que indica uma tendência poderosa no desenvolvimento organizacional. Este autor advertia, já em 1911: ‘A democracia é inconcebível sem organização [que é] [...] a arma dos fracos em suas lutas contra os mais fortes [...] de meio, a organização passa a ser um fim [...] quem diz organização, diz oligarquia’ (cf. Michels, Roberto. *Political Parties*, passim, citado em Jonathan Fox, 1990) (*Ibidem*, 2002, p. 204).

não pela sua “*adesão consciente e voluntária*”. Sendo assim, argumenta que o movimento não contribui para a real emancipação dos pobres no campo, a qual tem por significado:

[...] às chances de as classes subalternas e os grupos sociais mais pobres, a partir de diferentes identidades, construírem, de forma autônoma, suas diversas formas de associação e representação de interesse e, mais relevante, adentrarem o campo das disputas políticas e aí exercerem seu direito legítimo de defender reivindicações próprias e buscar materializar suas demandas, sem o risco de eliminação ou constrangimentos politicamente ilegítimos materializados por grupos sociais adversários (NAVARRO, 2002, p. 196 -197).

Desse modo, destaca que um dos principais desafios do movimento é a democracia, não somente interna ao movimento, mas também em relações a outros movimentos sociais, os quais o MST procura ter “controle” ou “fagocitá-los”. As lideranças e mediadores, segundo o autor, vêm nas ocupações de terra potenciais de rupturas e transformações políticas, as quais não existem na percepção das famílias humildes do meio rural, que lutam pela conquista da terra, dignidade, entre outros, e pouco entendem, por exemplo, do que seja: socialismo, imperialismo, revolução, luta de classes, etc. Além disso, enfatiza que procuram inculcar no seio dos trabalhadores rurais uma perspectiva polarizada do mundo, reducionista, entre o bem e o mal, como se a realidade social, com todas as suas complexidades, pudesse ser simplesmente reduzida entre os bons e os maus. Um dos principais fatores que propicia essa visão aos grupos de lideranças do MST é a “*ortodoxa preferência leninista de sua direção principal*”, conforme o autor. Dessa forma, os militantes não conseguem obter uma consciência política de forma livre, mas apenas tendem a repetir os discursos dos líderes principais, enfim perde-se a múltiplas possibilidades de compreensão da realidade rural/social, de forma autônoma, livre, pela “adesão” a uma “camisa-de-força” do discurso “politicamente correto”.

Por outro lado, o referido autor, também destaca os aspectos positivos do movimento, tais como: importante ator político presente na política nacional; resultados expressivos alcançados pelo MST, tais como os seus inúmeros assentamentos em todo o país; capacidade de renovação política dos “rincões rurais”, democratizando-os e produzindo novas práticas sociais; melhoria das condições de vida das famílias rurais, entre outros.

Contudo, esclarece que a visão anti-sistêmica, de enfrentamentos e de deslegitimação do Estado, mesmo sendo deste que o movimento extrai seus principais recursos, não “combina” com o contexto sócio-histórico atual, ou seja, até na época da ditadura fazia sentido, mas não neste momento em que o regime político se democratiza/institucionaliza. Dessa forma questiona: “*Porque não apostar na democracia?*”. O desprezo, segundo o autor, pela democracia está na avaliação de que a esfera pública é uma herança burguesa. No entanto, esclarece, que essas lideranças não são capazes de perceber que o contexto atual é outro, devido a uma série de mudanças¹⁹, entre elas a “*crise da política*” e suas instituições, que tem animado a reconstrução do próprio significado da democracia, assim como suas potencialidades transformadoras, ou seja, “*parecem desconhecer o esforço teórico de reconstruir a base democrática do socialismo*” . Conforme suas palavras:

A noção de democracia deste novo século, muito provavelmente, ainda sofrerá outras sensíveis e rápidas mudanças, inclusive (ou principalmente) pela ação virtuosa de diversas práticas sociais e formas de luta política de organizações populares. Uma dessas tantas características, que rompe com a feição normativa e procedimentalista da noção de democracia herdada da modernidade, refere-se exatamente a incorporação do conflito como elemento constitutivo da política, deixando de ser uma anomalia a ser naturalmente combatida. As ocupações de terra, por exemplo, nesta nova concepção democrática, mesmo que se mantendo eventualmente ilegais, passariam a ser politicamente recebidas como legítimas formas de pressão de grupos sociais desigualmente situados na estrutura social. Ou seja, em sociedade desiguais, as armas de luta social passariam a ser incorporadas, sob uma perspectiva revisada da democracia, como formas de pressão legítimas usadas para combater a desigualdade social e as formas de exclusão política. [...] A democracia, não como uma estruturação sociopolítica derivada meramente de um receituário procedimentalista, como apregoado pela ciência política liberal, mas reconceituada, elevando-a à forma política transformadora e de real significação emancipatória, esta sim parece ser a aposta de um novo mundo, na qual prevaleçam os valores maiores da convivência humana (*Ibidem*, 2002, p. 280).

Enfatiza, que hoje, em tempo médio previsível, não é possível uma ruptura sóciopolítica e grandes transformações da sociedade atual. Mas que a possibilidade de real emancipação e

¹⁹ Entre as principais mudanças estão: competitividade dos agricultores com outros produtos – abertura comercial: Mercosul; desenvolvimento no meio-rural de muitas atividades não agrícolas; enfraquecimento das organizações tradicionais de proprietários de terras, como UDR, assim como de pequenos proprietários, como sindicatos rurais; descentralização política, conforme Constituição Federal de 1988, com transferência para os municípios de parte de responsabilidades na administração dos recursos (NAVARRO, 2002).

transformação continuada da sociedade passa pela radicalização da democracia e não pela política do “conflito pelo conflito”, tal qual a postura do movimento em 1996, por exemplo, ao não aceitar negociar com o governo federal, mesmo tendo esse propiciado oportunidade de ampliar o programa de reforma agrária. Dessa forma pergunta:

[...] quando a organização permitirá, em “seus” assentamentos, que os próprios assentados decidam suas formas de cooperação (se não preferirem a ocupação familiar de suas parcelas específicas), como melhor entenderem (ou seja, respeitando-se sua autonomia) e, em particular, quando deixará de utilizar fundos públicos para exercer diferentes formas de controle social sobre as famílias instaladas nestas novas áreas? (*Ibidem*, 2002, p. 277).

Martins (2003) esclarece que os camponeses não são, fundamentalmente, os protagonistas políticos da luta pela terra, uma vez que não possuem consciência política explícita, ou seja, para o autor a luta dos camponeses é “*imediate pelo instrumento de trabalho necessário à sobrevivência*”. Conforme suas palavras:

A dimensão propriamente política da questão agrária está no discurso e nas ações do que se pode chamar de agentes de mediação das lutas camponesas. São os grupos propriamente políticos, inspirados por doutrinas e ideologias partidárias, que interpretam a luta pela terra como luta pela reforma agrária. E não primariamente os trabalhadores rurais. Isto é, como luta política e luta de classes por uma revisão radical da estrutura fundiária do país, não raro em nome do socialismo. No geral, esses grupos de mediação são grupos de classe média, intelectuais, agentes religiosos e agentes partidários, educadores, ainda que dentre eles muitos tenham origem próxima ou remota em famílias camponesas, especialmente do Sul. É o caso de muitos dirigentes do MST e de muitos agentes da CPT (*Ibidem*, 2003, p.222 – 223).

Dessa forma, destaca que as lutas pela reforma agrária acabam não correspondendo aos anseios dos camponeses e as suas possibilidades de se auto-organizarem. Ou seja, os objetivos não são dos pobres, camponeses, mas da “*classe média militante*”. Frisa que primeiramente, havia certo desprezo em relação ao homem do campo, como sendo alguém rude, ignorante, que está longe, distante do progresso. Posteriormente, da visão de desprezo passou-se a visão de tutela, ou seja, passam a ver o camponês como impossibilitado de ter voz, falar por si, que precisa de alguém que fale em seu nome. Destaca que esses mediadores, na maioria das vezes, procuram situar a questão da terra no âmbito da luta de classes e da luta antiimperialista, sendo que a maioria dos

camponeses tem pouca compreensão do que seja esquerda e direita, comunismo, imperialismo, entre outros. Em síntese, enfatiza que os mediadores reproduzem uma “luta maniqueísta entre o bem e o mal” (*Ibidem*, 2003).

2.1) Segunda Abordagem: para essa análise o MST é um dos principais movimentos sociais do meio rural que mais consegue transformar indivíduos excluídos em sujeitos autônomos, com capacidade de esclarecimento e autodeterminação própria. Dessa forma, além de ser um movimento democrático, também contribui para avançar a radicalização da democracia na sociedade em geral.

Roseli Caldart (2001) destaca certas características do MST que o distinguem de outros movimentos sociais, tais como a sua capacidade de fazer com que pessoas excluídas da sociedade passem a ser lutadoras, se envolvam num processo de construção de novos significados para a sua realidade, assim como construtoras de novas relações sociais, em que prevaleça a solidariedade, o respeito às diferenças, o companheirismo, entre outros. Outro aspecto peculiar ao movimento, destacado pela autora, refere-se a radicalidade da forma de luta desenvolvida, no sentido de ocupar terras improdutivas e nelas construir acampamentos, envolvendo a família inteira, ou seja, a luta passa a ser de todos: homens, mulheres, jovens, crianças e, muitas vezes, até idosos. Essas características, segundo a autora, fazem com que as demais pessoas externas ao movimento geralmente não fiquem indiferentes, ou seja, são contra ou a favor.

Enfatiza que o eixo central da luta do MST é pela terra, mas que o movimento também desenvolve diferentes lutas paralelas no decorrer de sua trajetória.

Estas lutas, bem como o trabalho cotidiano em torno do que são suas metas, e que envolvem questões relacionadas à produção, à educação, à saúde, à cultura, aos direitos humanos..., se ampliam à medida que se aprofunda o próprio processo de humanização de seus sujeitos, que se reconhecem cada vez mais como sujeitos de direitos, direitos de uma humanidade plena (*Ibidem*, p. 208).

Em relação à organização interna do movimento, ressalta que possui uma forma organizativa própria que, ao mesmo tempo, é flexível e permanente. Além disso, tem capacidade de envolver

diferentes pessoas da sociedade, em geral, na luta por suas reivindicações. Consegue articular os excluídos, organizando-os, ou seja, “não aceita a exclusão como um dado inevitável”. Questiona a lógica, o modo de ser da sociedade presente, pela sua própria forma de ser e aparecer, em marchas, acampamentos, fazendo do impossível o possível (permanecer famílias inteiras sob uma lona, durante meses, anos) e não pelas idéias revolucionárias, enfim é uma luta que pode ser sintetizada nas palavras de um sem terra: “*Quando ocupamos aquela terra, paramos de morrer...*”²⁰. Dessa forma, a autora esclarece que:

O fato é que há no Brasil, hoje, um novo sujeito social que participa ativamente da luta de classes, com sua identidade e seu próprio nome: *Sem Terra*. Nesse sentido, Sem Terra é mais do que *sem-terra*, exatamente porque é mais que uma categoria social de trabalhadores que não têm terra; é um nome que revela uma identidade, uma herança trazida e que já pode ser deixada aos seus descendentes, e que tem a ver com uma memória histórica, e uma cultura de luta e de contestação social. Há um processo de construção desse sujeito, que é a história da formação do *sem-terra brasileiro*, em um recorte político e cultural diferenciado, algo que certamente requer estudos mais aprofundados (*Ibidem*, p.211).

O MST foi gestado a partir das diferentes lutas no campo brasileiro, ou seja, passa a ser um herdeiro das Ligas Camponesas, Contestado, Canudos, entre outros, ou seja, não se constitui como sujeito pronto, mas vai construindo, nas diferentes fases de sua história, uma identidade Sem-Terra. “*Essa identidade fica mais forte à medida que se materializa em um modo de vida, ou seja, que se constitui como cultura, e que projeta transformações no jeito de ser da sociedade atual e nos valores (ou anti-valores) que a sustentam*” (*Ibidem*, p. 212).

A referida autora entende que o processo de estar em movimento constitui-se como um processo de formação humana, cuja “*matriz é o próprio movimento como sujeito e princípio educativo*”. Ou seja, nas ações do movimento os indivíduos se constituem como sujeitos sociais, assim como demonstram aos demais, que estão excluídos da sociedade, que as coisas podem ser mudadas, podem ser diferentes. Para a autora: “*quanto mais inconformada com o atual estado de coisas,*

²⁰ (Domício, Sem - Terra do Assentamento Ireno Alves, MST, antiga Fazenda Giacometti, Paraná, Brasil). In: CALDART, 2001.

mais humana é a pessoa”. Sendo assim, a participação no movimento cria “*a possibilidade de fazer-se e refazer-se a si próprio*”.

[...] participar do movimento da luta vai educando um jeito específico de *ser humano*, que potencializa o principal traço da humanidade: a possibilidade de fazer-se e refazer-se a si próprio, enquanto contesta a ordem estabelecida, problematiza e propõe valores, transforma a realidade e se reproduz como sujeito da história. As lutas sociais produzem as transformações históricas, e o fazem à medida que conseguem conformar os sujeitos capazes de operá-las e, ainda mais, de consolidar os novos parâmetros de vida em sociedade que vão criando neste movimento (*Ibidem*, p. 214).

Nesse sentido, no movimento e no processo de luta, os sem-terra vão entendendo que não basta apenas a terra, mas que a luta é muito mais ampla e que envolve uma série de fatores: sócio-históricos, econômico, entre outros. Face a isso, o debate desses temas com os mediadores/lideranças tende a propiciar uma melhor compreensão do contexto social, com suas particularidades, características, etc. Para tanto, além do apoio dos mediadores, a autora aponta a importância da educação para o “*desenvolvimento de sujeitos políticos*” que passam a compreender as lutas históricas dos trabalhadores por direitos. Explica que ao “*transcender a questão da terra, a luta torna-se maior que ela mesma*”.

Afirmar que uma luta social produz e reproduz um movimento sócio-cultural, maior do que ela mesma, significa dizer que sua dinâmica encarna, exige e projeta dimensões relacionadas ao modo de vida das pessoas em uma sociedade: mexe com valores, posturas, visão de mundo, tradições, costumes..., enfim, provoca a reflexão da sociedade sobre si mesma. Por isto as ações de seus sujeitos acabam tendo um sentido histórico e uma influência política que extrapola o seu conteúdo específico, os interesses sociais imediatos e a consciência política que produziu não somente as ações, mas seus próprios sujeitos (*Ibidem*, p. 215).

Enfatiza que mais importante que a Escola como educador dos sem-terra é o próprio movimento que propicia uma nova relação com a terra, com o trabalho, com a cultura, a história e a própria luta.

Segundo a análise de Carvalho (2002), o MST constitui-se como um dos maiores movimentos sociais de massa do Brasil e também da América Latina, algo que dificilmente seus fundadores,

em 1984, vislumbrariam. Destaca que mesmo tendo diferentes forças na sociedade contrárias a sua ação, tais como polícias militares; forças paramilitares (jagunços, pistoleiros); classes dominantes (capital agrário, comercial, industrial e bancário); grande parte dos meios de comunicação de massa, entre outros, o movimento consegue mobilizar milhões de agricultores sem-terra, obrigando o Estado e as classes dominantes a colocarem a reforma agrária como uma das prioridades nacionais.

Para entender como o MST, com tamanhas dificuldades consegue êxito na sua luta, em função de seu crescimento e atuação em diferentes regiões do país, o autor enfatiza que é necessário compreender os “*segredos íntimos*” do movimento, os quais propiciam a emancipação das “*classes subalternas do campo*” de diferentes formas de tutela, assim como a sua própria emancipação em relação a diferentes mediadores (Igreja, Sindicatos, Partidos, etc). A emancipação social referida, significa um processo continuado, ou seja, algo que está em movimento permanente, uma vez que as relações de tutela não se acabam radicalmente, ou, se terminam umas, outras se apresentam e assim sucessivamente.

Segundo o autor, a “*emancipação social continuada*” não necessariamente exige a presença dos mediadores, pois os próprios integrantes do movimento, através de sua ação, mobilização pelos propósitos objetivos e subjetivos, acabam se emancipando nesse processo. O MST foi capaz de propiciar um novo sentido a essa emancipação, reafirmando a identidade dos sem-terra, a sua conquista de dignidade, fatores estes que contribuíram para a aquisição da cidadania. Além disso, também foram importantes para o empoderamento desses sujeitos as ações diretas, ocupações, pedagogia própria, mística, formação de novas relações, tanto internamente (solidariedade, companheirismo, disciplina, estudo) como externamente (autônomas e não cooptadas) em relação a outros movimentos sociais, Estado, etc.

[...] a afirmação cidadã dessas parcelas das classes subalternas que lutam pela terra, pela reforma agrária e pela mudança no modelo econômico vigente ocorre nos espaços sociais criados por eles próprios, em uma tensão dialética entre espaços sociais emancipados socialmente e a tentativa também continuada de tutela desses espaços pelas classes dominantes (CARVALHO, 2002, p. 240 – 241).

Principalmente em seus primórdios, o movimento teve apoio da Igreja Católica e Luterana, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e de alguns Partidos Políticos, mas com o tempo foi se emancipando desses atores. No entanto, muitos desses mediadores ainda participam do movimento, principalmente a CPT, sendo solidária as ações do MST.

Segundo o autor, os principais “*segredos íntimos*” do movimento são:

[...] a ação de massas, a forma de luta ação direta expressa na ocupação de terras, os valores, a mística, a direção coletiva, a formação dos militantes, a autonomia própria do movimento e a sua capacidade de, involuntariamente, constituir-se como um tipo de sociedade em rede com identidade social de projeto (Castells, 1999:28. In: *Ibidem*, p.244).

Esclarece que a luta do movimento não é apenas contra o latifúndio, mas constitui-se como “*luta de classes contra o capital*”, uma vez que os proprietários de terra sempre estiveram integrados a burguesia urbana (comercial, industrial e bancária), sendo que a partir da década de 1970, grande parte dos maiores imóveis rurais passaram a estar concentrados no domínio do capital financeiro e comercial. Dessa forma, o MST acabou defrontando-se com o grande capital, pois entendeu que não poderia esperar pelo Estado, o qual apresenta “[...] *caráter tutelador sobre as classes subalternas do campo (e da cidade), pelas ações de coerção e de formação de consenso na garantia da hegemonia das classes dirigentes sobre as demais classes sociais do país [...]*” (*Ibidem*, p. 246).”

Além dos aspectos referidos, destaca que o movimento possui uma dinâmica própria, que impede a formação de uma organização burocrática e centralizada, ou seja, para uma ocupação é necessária a mobilização de muitas pessoas, as quais conferem unidade interna ao movimento por meio da “*identidade social de resistência*”²¹ que, posteriormente, vai sendo superada pela

²¹ Identidade de resistência: criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação. Construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos [...] (Castells, 1999:24. In: Carvalho, 2002, p. 248).

“identidade social de projeto”²². Esta segunda forma de identidade expressa que os anseios do movimento não são apenas pela terra, mas que se faz necessário outras conquistas (saúde, educação, lazer, etc), assim como compreender que é importante à criação de uma identidade social mais ampla, que envolva os demais setores subalternos da sociedade e não apenas do meio rural, a fim de lutar contra o capital.

O movimento também utiliza diferentes estratégias para se manter nos momentos mais difíceis, de maior repressão, tais como cooperativas de produção agropecuária, como “ensaio de superação do individualismo econômico” e as marchas como meio de sair do isolamento.

As marchas foram transformadas não apenas em ação política, mas também educativa quando os caminhantes, passando pelas cidades, localizavam as lideranças populares locais, faziam reuniões nas escolas, paróquias, ofereciam alimentos produzidos nos assentamentos, etc. Nos dias em que os caminhantes permaneciam acampados junto às pequenas cidades a atenção era inteiramente voltada para eles e para as suas ações de animação política (*Ibidem*, p. 252).

Com todas essas práticas referidas, o MST consolidou-se, segundo o autor, como um movimento social de massa e não como uma organização social de massa, vindo a ter semelhança a uma sociedade em rede (Ver: Cap. III). Face ao exposto, esta pesquisa tem por objetivos, hipóteses e questões, o que ora segue:

2.2) – Objetivos

2.2.1 - Geral:

Entender o processo de formação do sujeito no MST, no momento atual, observando se houve mudança no perfil do sem-terra, ou seja, se ocorreu (como ocorreu, se está ocorrendo, se não ocorreu) a passagem do indivíduo ao sujeito²³.

²² Identidade de projeto ocorre: ‘quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social’ (Castells, 1999:24. In: Carvalho, 2002, p. 248).

²³ Ver significado de sujeito e indivíduo no capítulo III.

2.2.2 - Específicos:

- a) Verificar se a luta do integrante do movimento transcende a questão da terra;
- b) Averiguar o tipo predominante de relação entre os membros do movimento: piramidal (hierárquica) ou em rede (descentralizada);
- c) Observar se o sucesso mobilizador do MST pode ser explicado pela adesão consciente e voluntária de sua base social;
- d) Analisar as formas pelas quais os dirigentes são eleitos;
- e) Verificar quais são os mediadores presentes no movimento;
- f) Analisar a relação da base com os mediadores e lideranças;
- g) Avaliar como ocorre o desligamento dos sem-terra do MST, assim como a entrada de novos integrantes.

2.3) Questões e Hipóteses:

2.3.1) Mediadores

Questão: Quais são os mediadores presentes no movimento?

Hipótese: Existe uma mescla de diferentes mediadores: Igreja; partidos políticos; assentados, etc.

Questão: Quais são as relações entre lideranças, mediadores?

Hipótese: São relações pouco hierarquizadas, em que as lideranças e mediadores decidem as principais questões do assentamento, considerando, em parte, a opinião da maioria (base).

2.3.2) Subjetividade

Questão: O processo de subjetivação (transformação parcial do indivíduo em sujeito) ocorreu de forma significativa no movimento?

Hipótese: A subjetivação está, em parte, presente, mas ainda é um processo em construção.

2.3.3) Estrutura

Questão: Qual estrutura organizacional predomina no movimento, assim como qual sua consequência?

Hipótese: predomina uma junção da estrutura piramidal (relações hierárquicas) e da estrutura em rede (relações descentralizadas e horizontalizadas), tendo por consequência um nível médio de democracia interna.

2.3.4) Empoderamento²⁴

2.3.4.1) Informação

Questão: Qual o nível de informação sobre política, reforma agrária e sobre o movimento em si, que possuem os sem-terra, a fim de facilitar sua participação no movimento?

Hipótese 1: O nível de informação é de médio para baixo, ou seja, pouco se compreende sobre os aspectos levantados nesta questão.

Hipótese 2: Através da participação em comissões, núcleos, os assentados tendem a adquirir maior informação sobre os referidos temas. Dessa forma vão aprendendo a *práxis* de uma democracia real: de defender uma posição, de ouvir os outros, de decidir em conjunto e de traçar objetivos comuns.

2.3.5) Pertencimento

Questão: A participação no movimento propiciou aos sem-terra um sentido de pertencimento, ou seja, de inclusão social, política e econômica?

Hipótese: Em certo sentido sim, mas também está presente, em muitos casos, o sonho da pequena propriedade, da vida rural, sem o intermédio do movimento, em função das “responsabilidades” que demandam em ser do MST, tais como participar de manifestações, auxiliar em ocupações, entre outros.

²⁴ “Empoderamento significa em geral a ação coletiva desenvolvida pelos indivíduos quando participam de espaços privilegiados de decisões, de consciência social dos direitos sociais. Essa consciência ultrapassa a tomada de iniciativa individual de conhecimento e superação de uma situação particular (realidade) em que se encontra, até atingir a compreensão de teias complexas de relações sociais que informam contextos econômicos e políticos mais abrangentes. O empoderamento possibilita tanto a aquisição da emancipação individual, quanto à consciência coletiva necessária para a superação da “dependência social e dominação política”. Enfim, superação da condição de desempoderamento das populações pobres, as quais segundo Nyerere (1979), não podem se desenvolver se não tiverem poder” (PEREIRA, 2007, s/p).

CAPÍTULO III

REFERENCIAL TEÓRICO

Conforme exposto, o propósito central dessa pesquisa é entender, neste momento/contexto, como ocorre a construção do sujeito no MST. Como aspecto principal e complementar a análise do sujeito, elegeu-se a temática da autonomia, destacando que ambos (sujeito – autonomia), quando presentes num grupo social, tendem a favorecer o surgimento de relações democráticas (emancipadas). Nesse sentido, será sucintamente delineado o que se compreende por relações democráticas²⁵, levando em conta a realidade sócio-histórica brasileira.

Os principais autores para análise de tal proposta são: Alain Touraine que analisa a temática do sujeito, Conelius Castoriadis que aborda a questão da autonomia e Pedro Demo que trata do significado da democracia no contexto sócio-histórico brasileiro.

Posteriormente, a fim de propiciar uma melhor compreensão da terminologia de redes, procura-se destacar alguns aspectos do que se entende por rede, tais como:

- Origens e desenvolvimento das redes;
- Organização em rede;
- Redes sociais (ênfase nos movimentos sociais)

Os principais autores selecionados para abordar o tema rede são: Manuel Castells; Francisco Whitaker e Ilse Scherer-Warren.

²⁵ Procura-se demonstrar o que se compreende por relações democráticas, levando em consideração aspectos relativos ao sujeito e autonomia. Para tanto, entende-se que não cabe uma digressão aos clássicos da teoria democrática, visto não ser propósito desse trabalho discorrer e aprofundar essa questão. Sendo assim, dentre tantos autores que trabalham essa temática, optou-se pela análise de Demo, em razão da ênfase que este confere ao sujeito e a autonomia para a construção de relações democráticas.

3- O Conceito de sujeito em Touraine

De acordo com Alain Touraine (1994), o sujeito emerge como liberdade e criação na modernidade e constitui-se pela racionalização e a subjetivação, no sentido de que ele faz parte da natureza, do conhecimento objetivo, mas também é sujeito e subjetividade.²⁶

Aqueles que querem identificar a modernidade unicamente com a racionalização não falam do Sujeito a não ser para reduzi-lo à própria razão e para impor a despersonalização, o sacrifício de si e a identificação com a ordem impessoal da natureza ou da história. O mundo moderno é ao contrário, cada vez mais ocupado pela referência a um Sujeito que está libertado, isto é, que coloca como princípio do bem o controle que o indivíduo exerce sobre suas ações e sua situação e que lhe permite conceber e sentir seus comportamentos como componentes da sua história pessoal de vida, conceber a si mesmo como ator. O Sujeito é a vontade de um indivíduo de agir e de ser reconhecido como ator (TOURAINÉ, 1994, p. 219-220).

A subjetivação exprime a “libertação” do ser humano a toda forma de dependência, seja a Deus, a natureza, enfim a valores transcendentais, ou seja, é a “*penetração do sujeito no indivíduo*”, sendo que este só é sujeito pela autonomia (domínio de suas obras), que possibilita a força da criação, a multiplicidade de posições, propiciando riqueza à vida pessoal e social, diferente do caso em que os papéis sociais são impostos, onde o indivíduo está submetido a padrões estabelecidos. O sujeito passou a ser o princípio central de resistência ao poder autoritário, na sociedade moderna, principalmente pelas experiências totalitárias ocorridas, ou burocráticas que falavam em nome da sociedade.

O que caracteriza o não sujeito é o “Si-mesmo” (indivíduo), ou seja, o ator tal qual ele é definido pelas expectativas dos outros e controlado por normas institucionais. Diferente disso, o sujeito se

²⁶ Nas palavras do autor: “Não existe modernidade a não ser pela interação crescente entre o sujeito e a razão, entre a consciência e a ciência, por isso quiseram nos impor a idéia de que era preciso renunciar à idéia de sujeito para que a ciência triunfasse, que era preciso sufocar o sentimento e a imaginação para libertar a razão, e que era necessário esmagar as categorias sociais identificadas com as paixões, mulheres, crianças, trabalhadores e colonizados, sob o jugo da elite capitalista identificada com a racionalidade” (Touraine, 1994, p.219).

opõe aos papéis sociais, à construção da vida social pelos centros de poder. “*O sujeito somente existe como movimento social, por seu caráter contestatório à lógica da ordem*”. Nas palavras do autor:

O indivíduo não é senão a unidade particular onde se misturam a vida e o pensamento, a experiência e a consciência. O sujeito é a passagem do Id ao Eu, o controle exercido sobre o vivido para que tenha um sentido pessoal, para que o indivíduo se transforme em ator que se insere nas relações sociais transformando-as, mas sem jamais identificar-se completamente com nenhum grupo, com nenhuma coletividade (....). O ator não é aquele que age em conformidade com o lugar que ocupa na organização social, mas aquele que modifica o meio ambiente material e sobretudo social no qual está colocado (*Ibidem*, p. 220)

O autor classifica o contexto social atual, como sendo de desmodernização, tendo seu início no final do século XIX com a formação em escala internacional da economia financeira e industrial, a qual provocou levante/protestos tanto em países centrais, como periféricos. Houve a ruptura entre o sistema e o ator, tendo dois pontos principais: desinstitucionalização (enfraquecimento das normas codificadas por mecanismos legais) e dessocialização (de um lado a economia globalizada, de outro uma moral social que atribui mais importância à sexualidade e a busca da comunidade).

Face ao exposto, constata: “*O universo da economia, dos mercados e das técnicas separa-se do universo das identidades individuais e coletivas; separados um do outro, cada um desses universos se degrada, ao mesmo tempo que desaparecem as mediações sociais e políticas que os combinavam*”(Idem, 2003, p.65)

Sendo assim, aqueles que se opõem não são mais um rei e um povo ou capitalistas e trabalhadores, mas uma informação globalizada e identidades comunitárias definidas, mais em termos culturais que econômicos e sociais. Nesse panorama, o sujeito passa a ser a procura do próprio indivíduo, no sentido de ser ator de sua vida, aderindo a “*coragem solitária*”, que protesta contra a ordem vigente e a “*força da ação coletiva*”, a qual tende a proteger os direitos dos indivíduos e, a partir disso, fortalecer o sujeito. Dessa forma, o sujeito está relacionado à

experiência vivida, a relação entre experiência pessoal e ação coletiva. O sujeito ou o grupo podem criar autonomia, no sentido de reconhecerem-se a si mesmo, pela combinação dos universos da instrumentalidade e da identidade, ou seja, tanto os instrumentos do mercado são importantes, a fim de coibir o enclausuramento comunitário, como também a identidade comunitária é importante, a fim de resistir a heteronomia do consumo, da cultura de massa, etc.

Conforme palavras do autor:

A desmodernização torna evidente aquilo que a modernização já nos tinha ensinado, a saber, que não existe resposta individual ou coletiva positiva que não seja a combinação de exigências contrárias, combinação que não pode chegar jamais à síntese e à superação desejada pelo pensamento dialético, pois ela é o trabalho incessante pelo qual o indivíduo se recompõe e se transforma em sujeito ao superar a abertura dos mercados e o enclausuramento de uma comunidade (*Ibid*, p.81).

Entre esses dois “pólos” (mercado – globalização) x (comunitarismo – identidade) a principal força capaz de fazer nascer o diálogo e a compreensão mútua é o sujeito. Sua presença ativa possibilita a visualização do que estava oculto, mesmo que para isso ele corra risco de exclusão por parte da comunidade, seja pela força do Estado (exército/polícia) ou pelo mercado (perda do emprego, etc).

Essa visão do sujeito distancia-se das filosofias da história, assim como das visões religiosas do mundo, o que evita o fechamento em identidades ou em autoritarismos político. Sendo assim, os movimentos sociais da atualidade reivindicam não mais a teleologia de uma sociedade futura, mas exigem a defesa da liberdade, da cidadania, enfim condições dignas de vida no momento atual, ou seja, esse “novo” sujeito não é mais o portador do modelo ideal de sociedade. Da mesma forma, não está subordinado as leis da natureza, a uma revelação divina, pois é através da ruína de todos os sistemas ordenadores que permitem que o sujeito “*encontre dentro de si mesmo a sua legitimidade e que o impede de se colocar a serviço de uma lei que estaria acima dele*”.

Por outro lado, cabe questionar se o sujeito ao libertar-se dos valores comunitários, assim como da utopia política (no sentido de sacrificar-se por uma causa incerta), não tende a inclinar-se para o individualismo e consumismo presentes nas sociedades contemporâneas. Segundo Touraine, é através da resistência do sujeito tanto à comunidade, quanto ao mercado, pela afirmação de sua individualidade e autonomia que consegue libertar-se desses obstáculos.

[...] O sujeito é vontade, resistência e luta, e não experiência imediata de si mesmo; [...] não há movimento social possível fora da libertação do sujeito. Uma ação coletiva que se define como agente de progresso histórico, de defesa de uma comunidade ou de uma crença, [...] não pode vir a ser um movimento social e se tornar logo um agente de opressão a serviço de um poder. (*Ibid*, p. 98)

Enquanto o sujeito centra-se em sua vontade de autonomia, o ator social se define pela relação com outros atores sociais, no sentido de propor a definição de normas, estatutos, etc.

Essa concepção de sujeito tem por intuito lutar contra a “*degradação da vida social em mercado*”, assim como “*contra a substituição do mundo da vivência por uma comunidade fechada sobre si mesma*”. Além disso, esta análise do autor, decorre do totalitarismo do século XX que pretendia criar um homem novo, uma sociedade nova, ou seja, nesta época o sujeito era visto como justificção para a ordem moral vigente. Assim, Touraine re-introduz a idéia de sujeito não tal qual nos primórdios da modernidade, mas situando-o “*entre o universo da instrumentalidade e o da identidade, como única força que poderia deter o seu desvio e a sua degradação, como um princípio de reconstrução da experiência social*” (*Ibid*, p.105), ou seja, da mesma forma que esse sujeito não aceita a redução da vida social ao mercado e a comunidade, entende que é impossível a dissociação total desses dois âmbitos.

A fim de evitar as extremas concorrências generalizadas nas sociedades de mercado, aponta como necessário à busca do individualismo, não no sentido da indiferença, do egoísmo, mas no sentido da busca de si mesmo para lutar contra a exclusão, as humilhações, as desigualdades, assim como resistir contra os autoritarismos e a falta de liberdade.

Esta forma de resistência traz dentro dela uma afirmação de si, não apenas como ator social mas como sujeito pessoal. A destruição da idéia de sociedade só pode nos salvar de uma catástrofe se levar à construção da idéia do sujeito, à busca de uma ação que não procure nem o lucro nem o poder nem a glória, mas que afirme a dignidade de cada ser humano e o respeito que ele merece (Id, 2006, p.102).

Destaca que em nome de direitos culturais se constroem comunitarismos que impõem leis, assim como em nome da identidade e de uma tradição emergem muitas vezes autoritarismos, imposição de princípios, negando a liberdade de consciência e as opções culturais (livre escolha).

Dessa forma, tendo em vista os fatores apontados acima como inibidores do sujeito, faz-se necessário à volta ao sujeito (bem), sem esquecer do anti-sujeito (o mal). O sujeito designa o bem, pois é descoberto em si mesmo e nos outros. O anti-sujeito são aqueles que lutam para acabar com o sujeito. Neste caso, podem-se citar como exemplo os massacres, campos de concentração, torturas, execuções, etc.

Tanto na sociedade globalizada, quanto nos neocomunitarismos, em que se busca moldar as atitudes do sujeito, tal qual a lógica dominante, ele tem como alternativa para continuar sendo sujeito a resistência, ou seja:

O sujeito é mais forte e mais consciente de si mesmo quando se defende contra ataques que ameaçam sua autonomia e sua capacidade de perceber-se como um sujeito integrado, ou pelo menos lutando para sê-lo, para reconhecer-se e ser reconhecido como tal. [...] O sujeito não é apenas aquele que diz eu, mas aquele que tem a consciência de seu direito de dizer eu (*Ibid*, p.112 - 113).

O sujeito não corresponde a uma identificação consigo, mas sim a uma rebeldia/resistência em relação às regras, aos poderes, ao mundo impessoal do consumo, da violência, os quais impedem de sê-lo ele mesmo, de ser livre. Nesse sentido, o sujeito se traduz em empoderamento, assim como referência para as Instituições que zelam pelas liberdades, enfim é a “capacidade de conhecer e transformar o mundo”.

Para aqueles que vêem a realidade social como pura dominação e os indivíduos (marginalizados, explorados) apenas vítimas desse contexto, no sentido de não serem capazes de tornarem-se atores de sua própria história, não aceitam a reflexão exposta sobre o sujeito, assim como, em nome disso, justificam muitas opressões e formas brutais de exercício do poder. Contudo, atualmente é quase impossível fechar-se nesta análise, tendo em vista as diferentes formas e atuações dos movimentos sociais. Segundo o autor:

Nada é mais inquietante do que a facilidade com que aqueles que se pretendem agentes de luta contra as dominações negam a possibilidade da ação criadora e libertadora. Estranha visão de mundo, que fala constantemente da dominação sofrida mas negligencia os pensamentos e os atos libertadores (*Ibid*, p.130).

Diferente das sociedades autoritárias, comunitárias, populistas, que procuram manter os indivíduos atrelados a uma identidade, nação, crença religiosa; as sociedades liberais primam pelos critérios universalistas de liberdade e responsabilidade de cada ator. Isso possibilitou o surgimento da idéia de sujeito, assim como a organização dos atores em movimentos sociais. Contudo, o aparecimento do sujeito pode surgir em qualquer momento, mesmo sendo os movimentos sociais locais mais propícios para isso. O nascer do sujeito pode ser através de simples questões, tais como: “sou feliz?” “Tem sentido a minha vida?” “Porque as coisas são como são?” Da mesma forma quando interroga o dirigente político, as lideranças do seu grupo, não confiando cegamente nas direções/lideranças. No entanto, essa nova maneira do sujeito portar-se é recente, pois até pouco tempo o sujeito era histórico (a sociedade industrial, o proletariado) e não social. Assim o sujeito é contrário a toda forma de determinismo que analisa as condutas dos atores sociais apenas como reflexo da ordem vigente de dominação, incapaz de autonomia para constituir-se como sujeito e lutar para manter-se como tal.

O indivíduo ao tornar-se sujeito dá sentido a sua vida, a sua existência, conquistando sua liberdade, responsabilidade e esperança. No entanto, o autor esclarece: “*Nenhum indivíduo, nenhum grupo é, em sua totalidade sujeito. Sempre é mais exato dizer: Existe algo de sujeito em tal conduta ou em tal indivíduo*” (*Ibid*, p.137). Para adquirir estima, construir-se como sujeito também é importante o reconhecimento do indivíduo por parte dos membros da comunidade em que faz parte. Ou seja, é importante receber imagens favoráveis dele mesmo proveniente dos seus

pares. Sendo assim, com o respeito e reconhecimento da singularidade de cada um é possível a existência de uma “democracia viva”, que não se reduz a proteção da igualdade, mas que prioriza a liberdade e a singularidade de cada ator.

3.1- O conceito/aquisição de autonomia em Castoriadis

A autonomia é o domínio do consciente (Ego) sobre o inconsciente (Id), ou seja, é a lei do sujeito oposta a regulação pelo inconsciente ou lei do outro. Quando está dominado pelo discurso do outro, o sujeito não fala por si, mas existe como parte do mundo de outro, de forma alienada, dominado por um “*imaginário autonomizado*” que define tanto a realidade quanto o desejo do sujeito. Sendo assim, para libertar-se desse jugo, o sujeito deve advir sobre o discurso do outro.

Um discurso que é meu é um discurso que negou o discurso do outro; que o negou, não necessariamente em seu conteúdo, mas enquanto discurso do outro; em outras palavras que, explicitando ao mesmo tempo a origem e o sentido desse discurso, negou-o ou afirmou-o com conhecimento de causa, relacionando seu sentido com o que se constitui como a verdade própria do sujeito – como minha própria verdade (CASTORIADIS, 1982, p.125).

No entanto, é muito difícil um indivíduo tornar-se apenas Ego, realizar um discurso exclusivamente seu, pois está imerso num meio social em que constantemente recebe informações, valores, etc, assim como possui seus próprios “fantasmas”. Entretanto, argumenta o autor, que a autonomia não é a eliminação total do discurso do outro, mas a instauração de outra relação entre o discurso do outro e o discurso do sujeito. “*Um sujeito autônomo é aquele que sabe ter boas razões para concluir: isso é bem verdadeiro, e: isso é bem meu desejo*” (Ibid, p.126).

Dessa forma, a autonomia deve ser concebida como um problema e uma relação social que está inserida num contexto social, o qual pode ser altamente alienante no sentido de limitar e tornar quase impossível a autonomia individual. Isso se manifesta na estrutura global das Instituições, mercado, poder, ideologia, entre outros. Desse modo a tendência para a autonomia deve enfrentar

todo o peso da sociedade instituída, que tende a reprimir tudo o que poderia manifestar-se como autonomia .

Em face disso, pensar em autonomia é necessariamente pensar em revolucionar as instituições, as quais sancionam uma divisão antagônica da sociedade, em explorados e exploradores. Da mesma forma, já exposta acima, da relação da autonomia do sujeito em que não é possível eliminar todo o inconsciente, também não é possível eliminar o fundamento em que repousa a sociedade, ou seja, as Instituições, mas sim é possível alterar as relações dos sujeitos com as Instituições.

Através da autonomia torna-se possível a conquista da autodeterminação o que implica no questionamento da situação opressiva, tanto para consigo, quanto para o público (atores sociais do movimento, assim como fora deste), a fim de impor limites aos poderes autoritários (SANTOS, 2003).

Para aquisição da autonomia, Castoriadis destaca como aspecto fundamental a *práxis* – fazer no qual o outro(s) é visado como ser autônomo e considerado o agente essencial de sua própria autonomia.

A práxis é, por certo, uma atividade consciente, só podendo existir na lucidez; mas ela é diferente da aplicação de um saber preliminar (não podendo justificar-se pela invocação de um tal saber – o que não significa que ela não possa justificar-se). Ela se apóia sobre um saber, mas esse é sempre fragmentário e provisório. É fragmentário, porque não pode haver teoria exaustiva do homem e da história; ele é provisório, porque a própria práxis faz surgir constantemente um novo saber, porque ela faz o mundo falar numa linguagem ao mesmo tempo singular e universal.(CASTORIADIS, op.cit, p.95)

Em decorrência da experiência de que faz parte, o sujeito está constantemente sendo transformado. Com isso, o sujeito não pode ser definido de uma vez por todas, pois está “aberto” em mudança freqüente.

Para Castoriadis (2006) uma sociedade é autônoma quando consegue de forma permanente se auto-instituir, no sentido de que o coletivo tem consciência que as instituições foram criadas por ele, podendo ser mudadas, transformadas, conforme os anseios da maioria. Para isso deve predominar a auto-organização e o autogoverno por parte do coletivo, o que implica a formação de novas relações da sociedade com as instituições, assim como o surgimento de novas instituições, em outras palavras, seria uma sociedade democrática. *“Una sociedad democrática, cualquiera sea su tamaño, está siempre formada por una pluralidad de individuos cuya totalidad participa en el poder en la medida en que cada uno tiene, tanto como los demás, la posibilidad efectiva de influir en lo que ocurre (Id, 2006, p. 179).”*

Segundo Adorno (1995) a emancipação é imprescindível para a democracia, uma vez que esta repousa na formação da vontade individual e se consolida nas Instituições. Para tanto, faz-se necessário que o indivíduo seja sujeito, capaz de se servir do seu próprio entendimento/esclarecimento. Para Kant, esclarecimento consiste:

“Esclarecimento” [*Aufklärung*] significa a saída do homem de sua menoridade [...]. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a sua causa não estiver na ausência de entendimento, mas na ausência de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem.[...] (KANT, 2003, p.115)

O esclarecimento é necessário para a emancipação e, só a partir desta, que a maioria se torna possível. Segundo Kant, o esclarecimento é dinâmico, *“como um vir-a-ser e não um ser”*, ou seja, está sendo construído. Destaca que qualquer forma de tutela sobre um indivíduo ou um povo é um crime contra a humanidade.

Uma época não pode se aliar e conjurar para colocar a seguinte em um estado em que para esta se torne impossível ampliar seus conhecimentos (sobretudo os mais imediatos), purificar-se dos erros e avançar mais no caminho do esclarecimento [*Aufklärung*]. Isso seria um crime contra a natureza humana, cuja determinação original consiste precisamente neste avanço (*Ibid*, p. 119).

No entanto, em razão da própria organização da sociedade, da pressão exercida sobre as pessoas, do controle exercido pela “indústria cultural”, Adorno questiona sobre a possibilidade do esclarecimento/emancipação neste contexto, esclarecendo que:

[...] a organização social em que vivemos continua sendo heterônoma, isto é, nenhuma pessoa pode existir na sociedade atual realmente conforme suas próprias determinações; enquanto isso ocorre, a sociedade forma as pessoas mediante inúmeros canais e instâncias mediadoras, de um modo tal que tudo absorvem e aceitam nos termos desta configuração heterônoma que se desviou de si mesma em sua consciência. É claro que isto chega até as instituições, até à discussão acerca da educação política e outras questões semelhantes. O problema propriamente dito da emancipação hoje é se e como a gente – e quem é a ‘gente’ –, eis uma grande questão a mais – pode enfrentá-lo (ADORNO, 1995, p.181-182).

Atualmente, os movimentos emancipatórios, tais como de mulheres (feminismo); negros, índios (étnicos); de agricultores (Via Campesina; MST) entre outros, contribuem no processo de democratização da sociedade, como demonstram vários estudos²⁷. Geralmente lutam contra várias formas de opressão e não possuem uma teoria determinada de mudança social, mas tendem a conceber o processo histórico como algo aberto, em constante construção. A maioria desses movimentos são anti-capitalistas, na medida em que questionam a estrutura da sociedade atual, tal qual aparece nas palavras de Castoriadis:

No queremos el cambio social por el cambio social. Queremos una transformación radical de la sociedad porque queremos una sociedad autónoma hecha por individuos autónomos; y la sociedad capitalista contemporánea, incluso en su forma seudodemocrática, es una sociedad dominada por una oligarquía (económica, política, estatal, cultural) que condena a la pasividad a los ciudadanos, que sólo tienen libertades negativas o defensivas. Es lo que llamo el proyecto de autonomía individual y social (*Ibid*, p.263).

Geralmente, esses movimentos são plurais e constituídos de “*sujeitos abertos*”. “*Un sujeto abierto es alguien que es capaz de determinarse y que permanece abierto a nuevas determinaciones que él mismo crea o que recibe de parte de los demás, ya sean sus amigos o sus adversarios (Ibid, p.312)*”.

²⁷ Entre eles: Coleção - “*Reinventar a Emancipação Social – Para Novos Manifestos*”. SANTOS, B.S [Org.]. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2003.

3.2- A democracia no contexto sócio-histórico brasileiro: Pedro Demo

Em relação à democracia²⁸, Demo (1990) esclarece que esse regime está longe de realmente se concretizar. Aponta duas formas principais de empecilhos a consolidação democrática: 1.º- pobreza sócio-econômica; 2.º- pobreza política. O primeiro caso ressalta que é mais fácil de ser diagnosticada através das técnicas estatísticas/números, enquanto que a segunda forma de pobreza é mais “camuflada”, pois envolve a conquista e organização da cidadania. Ambas as formas de pobreza dificultam a capacidade de a população gerir seus próprios destinos e, dessa forma, impossibilita a concretização da real democracia.

Outro agravante para esta segunda modalidade de pobreza é a conservação do pobre como objeto da política, ou seja, através de políticas assistencialistas que distribuem cestas básicas e insignificantes auxílios financeiros, geralmente fazendo a “*troca de comida pelo cabresto*”. Essa forma de política, ao invés de propiciar a cidadania, a autonomia do sujeito para conquista de direitos, acaba amordaçando-o, alienando-o. Assim como, funciona como forma estratégica do Estado em desmobilizar a população.

Ser pobre não é apenas não ter, mas ser coibido de ter. Pobreza é, em sua essência, repressão, ou seja, resultado da discriminação sobre o terreno das vantagens. (...) É politicamente pobre aquela sociedade tão debilmente organizada, que não passa de massa de manobra nas mãos do Estado e das oligarquias, e que, por isso, não consegue construir representatividade legítima satisfatória em seus processos eleitorais, com líderes excessivamente

²⁸ Segundo BOBBIO (1981) a teoria da democracia constitui-se de três tradições: 1) Teoria Clássica; 2) Teoria Medieval; 3) Teoria Moderna. Em relação à teoria moderna, ressalta que um dos principais expoentes é Rousseau com sua obra O Contrato Social. “[...] en el contrato social confluyen hasta fundirse la doctrina clásica de la soberanía popular, a quien compete, mediante la formación de una voluntad general inalienable, indivisible e infalible, el poder de hacer las leyes [...] basado en el consenso y en la participación de todos” (Ibidem, 1981, p. 499). Os dois grandes debates ao longo do século XIX sobre democracia são: de um lado o liberalismo e de outro o socialismo. No entanto, mesmo com a existência desses diferentes campos teóricos, com concepções diferenciadas de democracia, pode-se destacar que: “[...] por democracia se há entendido siempre um método o um conjunto de reglas procesales para la constitución del gobierno y para la formación de las decisiones políticas (es decir de las decisiones vinculantes para toda la comunidad) más que una determinada ideología (Ibidem, 1981, p.503).” Posteriormente, o debate prossegue sobre: “democracia y elitismo”; “tipologias de los regímenes democráticos”; “democracia formal y democracia sustancial”, entre outros.

carismáticos ou caudilhesco, com serviço público marcado pela burocratização, pelo privilégio e pela corrupção (*Ibid*, p.10 e p.20).

Dessa forma, a participação no fazer político, na conscientização dos problemas e busca de suas soluções, ou seja, não aceitar ser objeto (massa de manobra), ficar aquém das decisões, são importante para a possibilidade de tornar-se sujeito político. Assim como, entender que as desigualdades, as injustiças sociais não são algo dado e eterno, mas construído, sendo produto de tipos históricos de organização social.

A redução da desigualdade não cai do céu por descuido, mas será conquistada historicamente, não como produto definitivo, mas processual. Por isso, participação só pode ser conquistada. Aquela doada é presente de grego, porque vem do privilegiado, não do desigual. A redução da desigualdade que o desigual quer só pode ser aquela que ele mesmo constrói. E aí está sua competência (Bordenave, 1985; Dallari, 1984; Demo, 1982d:153-62 e 1986 *apud* DEMO, 1990, p.16).

Nesse sentido, a participação, a organização política, seja em associações, movimentos sociais, ONG's, partidos políticos é de fundamental importância, no processo de aprendizagem democrática. A qualidade do sistema democrático depende dessas organizações. Isso evidencia que a democracia não se restringe às instituições políticas, mas a toda e qualquer relação social em todos os âmbitos. Frequentemente, em pequenos grupos, ou em movimentos sociais surgem com muita força as lideranças, as vanguardas que, muitas vezes, acabam sufocando a iniciativa popular e organizacional. A fim de coibir essas práticas, faz-se necessário que em qualquer organização/comissão/movimento a luta e organização sejam autogeridas pelos seus integrantes/base (BRUNO, 1985).

Daí a importância da conscientização política da injustiça social, o que coloca a formação de um processo educativo de longo prazo, com perspectiva geracional. Descobrir-se ou surpreender-se vítima, entender a pobreza como injustiça, ver a fome como repressão, definir o desemprego ou subemprego como usurpação de um direito, para quem já tem a devida consciência parece óbvio. Mas não, é quando se vive imerso em séculos de opressão, ao mesmo tempo dura e engenhosa, que criou uma senzala que se sente normal e honrada à sombra da casa grande (DEMO, *op.cit*, p.32).

Diferente da pobreza material que aparece como violência física, a pobreza política é uma violência moral, pois impossibilita as condições para a autodeterminação, ou seja, não existe sujeito, mas sim objeto, escravo. A plena democracia, sua conquista por todos os cidadãos denota qualidade de vida, pois conforme explica Demo: *“Não é a conquista de uma mina de ouro que nos faria ricos, mas sobretudo a conquista de nossas potencialidades próprias, de nossa capacidade de autodeterminação, do espaço de criação. É o exercício da competência política”* (Ibid, p. 45).

Sendo assim, a reação contra a tutela, as diferentes formas de dominação (classe, gênero, étnicas) tende a favorecer o desenvolvimento de sujeitos autônomos e, dessa forma, a democracia/cidadania vão se consolidando.

A cidadania é aqui entendida como participação política nos negócios públicos, a fim de ratificar o que dizia Hannah Arendt que os homens não nascem iguais, mas tornam-se iguais por conquista política. Dessa forma, cidadania é uma construção histórica, a qual está relacionada às lutas por direitos, igualdade e respeito à pluralidade (VIEIRA, 2001).

3.3- Redes: Origens e Desenvolvimento

Nesse contexto, face às questões ora referidas (autonomia, sujeito, democracia, etc) insere-se a perspectiva de análise de redes, a qual procura entender a organização e atuação dos atores, em certo contexto, de modo relacional, ou seja, o interesse não está apenas nos atributos individuais dos atores (classe, gênero, etnia, etc), mas na sua atuação, nos seus contatos/relações estabelecidas dentro de um grupo/comunidade/sociedade (rede), tendo por fundamento que:

[...] cada pessoa não é o átomo isolado e indivisível do liberalismo anglo-saxão, mas um conjunto coerente de relações, tanto físicas quanto intelectuais, com a natureza, com os objetos e com outras pessoas; relações que a transformam continuamente. Assim, nenhum indivíduo é estritamente individual (VILLASANTE, 2002, p.91).

O termo rede foi utilizado desde a antiguidade até os dias atuais, tendo diferentes significados em cada contexto sócio-histórico. Primeiramente rede designou a técnica de tecelagem, com fios entrelaçados, tendo por função a captura de animais, geralmente pequenos. Posteriormente, a rede passou a ser associada ao corpo humano em sua totalidade, devido à conexão e interação dos diferentes órgãos do corpo, os quais fazem com que o todo funcione em harmonia (DIAS, 2005). Dessa forma, o organismo seria constituído de múltiplos e diferente nós, sendo que a desconexão (doença ou morte) de um desses nós afetaria o funcionamento do organismo total ou aos poucos o debilitaria. Dentro desta grande rede formada por todos os órgãos e sistemas, existem sub-redes, ou seja, nós mais conectados que outros devido às semelhanças de suas funções e “afinidades”. Nesse caso, cada sistema do organismo seria uma sub-rede conectada a rede “corpo humano”, integrado por nós centrais (principais órgãos) e nós periférico (órgãos secundários).

Em meados do século XVIII ocorreu uma ruptura com essa analogia das redes ao corpo, ou seja, as redes “*saíram do corpo humano*” e passaram a ser usadas, (principalmente por militares) como redes de comunicação, “*representando o território como um plano de linhas imaginárias ordenadas em rede*”, as quais passaram a ser interpretadas matematicamente e graficadas (mapas). Dessa forma, a rede passa a estar relacionada com a técnica (infra-estrutura rodoviária, estrada de ferro, telegrafia) que modifica a relação espaço – tempo (*Ibid*, 2005).

Posteriormente, em fins do século XIX, início do XX, começou a surgir, principalmente no campo da matemática, as teorias das redes, em especial nos trabalhos de Ëuler que criou o teorema da teoria dos grafos. “*Um grafo é uma representação de um conjunto de nós conectados por arestas que, em conjunto, formam uma rede*” (RECUERO, 2005). Em seguida, na área da Sociologia, na década de 1970, a teoria dos grafos passou a ser a base para o estudo das redes sociais, integrando a metodologia de Análise de Redes Sociais (ARS) ou Análise Estrutural.

No entendimento de Wellman (2005) a abordagem de redes constitui um novo paradigma de análise que procura entender mais as relações entre as partes, visando a análise do todo, diferente do cartesianismo que analisa a parte e a soma destas. O autor destaca as principais vertentes da ARS:

Segundo Wellman (1999 – 20-22), a Análise Estrutural foi construída através de três grandes tradições: à primeira, de origem britânica, deve-se o desenvolvimento antropológico do conceito de rede social. Nela, os teóricos britânicos realizaram, através de uma perspectiva estrutural-funcionalista, descrições da estrutura social, com um foco na maneira através da qual a cultura prescreve o comportamento considerado válido em grupos muito fechados. A segunda, mais centrada nos Estados Unidos, trabalha fundamentalmente na análise quantitativa e de escopo substantivo (sociometria, por exemplo). Wellman explica que o fundamento principal da teoria dos grafos vem da tradição, que buscou na matemática uma forma de analisar as redes sociais. A terceira foca na busca de explicações estruturais para os processos políticos. Os teóricos dessa tradição estão centrados no estudo de processos políticos como resultado de laços de troca e dependência entre nações e grupos de interesse (pg. 29). Temos, portanto, uma corrente de viés etnográfico (a primeira), uma de viés quantitativo (a segunda) e uma terceira de viés político. A partir delas, desenvolvem-se as abordagens que hoje são utilizadas no estudo das redes sociais. (*Apud*, RECUERO, 2005, p.02)

A ARS caracteriza-se pela análise relacional, no sentido de ir além do exame/entendimento dos atributos individuais, tais como gênero, idade, etnia, etc, e pela interdisciplinaridade. Enfim, busca focar em:

Relações (caracterizadas por conteúdo, direção e força), laços sociais (que conectam pares de atores através de uma ou mais relações), multiplexidade (quanto mais relações um laço social possui, maior a sua multiplexidade) e composição do laço social (derivada dos atributos individuais dos atores envolvidos) (*Ibid*, p.03).

Dessa forma, o principal foco de atenção da ARS é a interação, pois em qualquer rede social os atores são os nós e os vínculos/arestas são formados pelos laços sociais criados por meio da interação social. Nessa perspectiva a ênfase é colocada no dinamismo dos atores da rede, os quais estão sempre mudando.

Mais recentemente, com a explosão das redes de comunicação, em especial a internet, as redes passam a formar uma estrutura invisível de conexões em âmbito global, modificando a relação espaço-tempo, num nível de velocidade quase instantâneo. Castells (1999) caracteriza esse

contexto como sendo a era da informação, na qual as funções e principais processos estão organizados em forma de redes, ou seja, constituem uma nova morfologia da sociedade. Diferente de outras épocas, em que já existiam as redes, atualmente estas se intensificam e penetram em toda a estrutura social. O autor destaca que *“o poder dos fluxos é mais importante que os fluxos do poder”*, no sentido de que a presença das redes constitui uma nova engenharia dos processos de dominação e transformação da sociedade, *“caracterizada pela primazia da morfologia social sobre a ação social”*.

A revolução da tecnologia da informação e a reestruturação do capitalismo introduziram uma nova forma de sociedade, a sociedade em rede. Essa sociedade é caracterizada pela globalização das atividades econômicas decisivas do ponto de vista estratégico; por sua forma de organização em redes; pela flexibilidade e instabilidade do emprego e a individuação da mão-de-obra. Por uma cultura de virtualidade real construída a partir de um sistema de mídia onipresente, interligado e altamente diversificado. E pela transformação das bases materiais da vida – o tempo e o espaço – mediante a criação de um espaço de fluxos e de um tempo intemporal como expressões das atividades e elites dominantes. (CASTELLS, 1999, p.17)

Mesmo existindo uma multiplicidade de formas e tamanhos de redes, com diferentes atores, pode-se em termos gerais denominar que toda e qualquer rede é: *“um conjunto de nós interconectados. Nó é o ponto no qual uma curva se entrecorta. Concretamente, o que um nó é depende do tipo de redes concretas de que falamos”* (Ibid, p.497 – 498).

Os nós ou atores podem ser Estados, empresas, sistemas de televisão, enfim irão variar segundo os dados da análise. A capacidade de expansão das redes é ilimitada, sendo que os nós serão integrados apenas se compactuam com os mesmos códigos, ou identidades existentes na rede. Dessa forma, as redes são dinâmicas e modelam a economia capitalista que é *“globalizada, descentralizada e flexível”*, através das conexões que estabelecem, tendo poder de influência tanto na organização quanto na orientação das sociedades.

3.3.1- Organização em Redes

Segundo Whitaker (2006), as pessoas geralmente tendem a se organizar para a realização de qualquer atividade. A estrutura dessa organização tendeu, na maioria das vezes, a ser piramidal, ou seja, com predominância de relações hierárquicas, através do afunilamento da base ao topo da pirâmide, onde geralmente se encontra o chefe, ou coordenadores. Atualmente, principalmente em função da globalização, da revolução nas telecomunicações, das novas tecnologias de informação (TIC`s), está cada vez mais sendo experimentada a organização em rede, onde a descentralização e horizontalidade caracterizam a atuação/posição dos seus integrantes. Mesmo ainda existindo atores mais centrais, os fluxos de informação, assim como as decisões, ocorrem de forma mais rápida, pois não existindo rígidas hierarquias, a informação não permanece centralizada em certos atores, mas tende cada vez mais a se descentralizar. No caso das decisões, tende a ocorrer uma maior igualdade decisória, pois todos têm poder de decisão.

Nas palavras do autor:

Quanto mais a realização dos objetivos de uma organização depende da ação disciplinada de todos que a integram, mais se tende a organizá-la em pirâmide, com seus níveis superiores comandando e controlando a ação dos inferiores. Quando a realização de um objetivo depende menos da disciplina dos que dela participam do que do engajamento consciente de todos na ação, menos cabe comandar e controlar o que os outros fazem ou deixam de fazer: tem que se contar é com a lealdade de cada um para com todos, baseada na co-responsabilidade e na capacidade de iniciativa de cada um, e a organização pode ser feita numa estrutura em rede, horizontal. Um paralelo com a ação militar pode ser elucidativo: os exércitos convencionais são necessariamente e rigidamente piramidais; os corpos guerrilheiros tendem a se horizontalizar, em rede. (*Ibid*, p.02)

Dessa forma, na estrutura horizontal a representação é baixa, ou mínima, pois cada integrante da rede é autônomo em sua ação, tendo consciência que sua atitude deverá fluir em consonância para a realização dos objetivos do grupo.

No quadro abaixo, está sintetizado as principais diferenças entre a estrutura em rede e a estrutura piramidal. Contudo, cabe destacar que principalmente em relação à estrutura em rede, nem sempre ocorre uma total horizontalidade na tomada de decisões, ou seja, o poder acaba de uma forma ou de outra se centrando mais em alguns atores que outros. Isso decorre por vários fatores, tais como carisma, liderança, conhecimento, entre outros. Dessa forma, a classificação abaixo serve como tipo ideal²⁹ e não a real/concreta estruturação da maioria das redes.

Quadro 3 – Estruturas Organizacionais

ESTRUTURA EM REDE	ESTRUTURA PIRAMIDAL
Horizontalidade	Hierarquia
Poder descentralizado (todos têm poder)	Poder centralizado (luta e competição pelo poder)
Cultura do agir comum	Cultura do “guardar para si”, “levar vantagem”
Autonomia	Tutela
Sujeito (participação livre e consciente)	Indivíduo (participação manipulada e controlada)

Compilação própria: SILVEIRA, S. Pozzer (2006), com base em WHITAKER, Francisco.

3.3.2- Redes Sociais

Segundo Scherer-Warren (2006) a sociedade civil pode, de forma genérica, ser representada por três níveis, sendo dois mais institucionalizados e um terceiro sem registro formal. Entre os primeiros, pode-se destacar o associativismo civil (ONGs, terceiro setor) e formas de articulação inter-organizacionais (fóruns da sociedade civil; associações nacionais de ONGs e redes de redes). Essas organizações geralmente auxiliam protestos, manifestações sociais de maior abrangência que transcendem suas formas organizacionais, compondo assim o terceiro nível constituinte da sociedade civil. Exemplos ilustrativos são: Marcha Nacional pela Reforma Agrária (maio de 2005); Parada do Orgulho Gay, entre outros. Nesse nível, as organizações,

²⁹ Tipo ideal, segundo Max Weber, deve cumprir duas funções principais: primeiro a de selecionar explicitamente a dimensão do objeto que virá a ser analisado e, posteriormente, apresentar essa dimensão de uma maneira pura, sem suas sutilezas concretas (Weber, 2006).

movimentos sociais, fóruns, entidades tendem a atuar em rede, a fim de ampliar o campo de ação, assim como obter recursos e apoio para sua manifestação, visando obter visibilidade e produzir impacto na esfera pública.

Nesse contexto, a autora define rede de movimento social da seguinte forma:

Esta pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas. [...] A idéia de *rede de movimento social* é, portanto, um conceito de referência que busca apreender o porvir ou o rumo das ações de movimento, transcendendo as experiências empíricas, concretas, datadas, localizadas dos sujeitos/atores coletivos (Scherer-Warren, 2006, p.113)

Através das tecnologias de informação, essas redes transcendem a esfera nacional e passam a atuar em prol de questões de âmbito mundial, tendo por lema: “agir local e pensar global”. Por exemplo: a luta pela terra (reforma agrária) tem apoio e participação de atores internacionais, tais como a Via Campesina. Paralelo a luta pela terra, os atores envolvidos também reivindicam igualdade nas relações de gênero; lutam contra diferentes formas de preconceito (étnico, religioso); defendem a preservação do meio ambiente, etc. Nesse sentido, pode-se falar de pluralidade dos sujeitos envolvidos no processo, conforme esclarece a referida autora:

As redes, por serem multiformes, aproximam atores sociais diversificados – dos níveis locais aos mais globais, de diferentes tipos de organizações -, e possibilitam o diálogo da diversidade de interesses e valores. Ainda que esse diálogo não seja isento de conflitos, o encontro e o confronto das reivindicações e lutas referentes a diversos aspectos da cidadania vêm permitindo aos movimentos sociais passarem da defesa de um sujeito identitário único à defesa de um sujeito plural (*Ibid*, 2006, p.116).

CAPÍTULO IV

METODOLOGIA E ANÁLISE DOS DADOS

O desenvolvimento dessa pesquisa percorreu a seguinte trajetória: primeiramente, foi definido como objeto de estudo o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, principalmente devido sua atuação em âmbito nacional e, algumas vezes, internacional e por ser um dos maiores movimentos social rural da América Latina. No entanto, não estava claro, em princípio, qual aspecto do movimento iria ser pesquisado. Na fase exploratória de análise das pesquisas já realizadas sobre o movimento, na leitura de livros sobre o tema, chamou atenção a radical diferença nas visões sobre o MST, principalmente em relação ao sujeito sem-terra, como exposto no capítulo II desse trabalho. Sendo assim, tendo em vista que esse aspecto ainda não foi pesquisado no movimento, optou-se por trabalhar a temática da construção do sujeito, procurando entender o que realmente muda na trajetória de seus integrantes, antes e depois de entrar no MST, no sentido da construção da autonomia e de relações mais democráticas.

Através das questões referidas, pretendeu-se verificar a “sintonia” dos integrantes do assentamento analisado com as bandeiras maiores do movimento, a fim de averiguar se a base dos assentados constitui-se como sujeito, participante ativo do movimento ou, caso contrário, como um não sujeito, ou seja, um integrante que pouco sabe sobre as lutas no campo, a mudança social, a construção da cidadania, etc. Em outras palavras, verificar-se-á se os integrantes do assentamento fazem parte do movimento tendo por objetivo apenas a conquista da terra, ou se objetivam algo mais, como novas relações sociais (mais solidárias, mais igualitárias) assim como uma sociedade mais justa (socialista), tal qual os anseios do MST:

Socialismo, aqui quer dizer acabar com a exploração de uma classe sobre a outra e colocar os meios de produção (terra, fazendas, empresas agropecuárias, minas, indústrias, bancos) nas mãos da classe trabalhadora, através do Estado popular. Este lento aprendizado de que no sistema capitalista não há libertação para os trabalhadores, o Movimento Sem Terra o faz pelas lutas por uma Reforma Agrária controlada pelos que trabalham e vivem da terra. (MST, 1986, p.7)

Tendo definido os aspectos supracitados, a próxima fase foi a qualificação do projeto (primeiro semestre de 2006). Após, deu-se continuidade, de forma mais concreta ao trabalho de campo³⁰, tendo sido desenvolvido no segundo semestre de 2006, sendo que a fase exploratória (primeiro contato com o local - assentamentos da região de Lebon Régis - e conversa com os assentados) ocorreu no primeiro semestre do referido ano.

Muito oportuna seria investigar essa temática no movimento como um todo, ou pelo menos em um assentamento de cada região, em âmbito nacional. No entanto devido a vários fatores (econômicos, temporal, distância, etc), apenas foi viável realizar um estudo de caso³¹. O assentamento selecionado localiza-se na Região de Lebon Régis – *Assentamento Eldorado dos Carajás* -, no Estado de Santa Catarina. A seleção desse local, dentre os 131 existentes nesse Estado³², decorreu em função do estudo exploratório no conjunto de assentamentos na Região de Lebon Régis, conforme tabela 1 já mencionada. Optou-se por pesquisar este Assentamento pois se percebeu que nele havia maior coesão organizacional, tanto referente a infra-estrutura, quanto ao grau de participação dos assentados nas questões pertinentes ao assentamento. Isso talvez seja decorrente do fato de ser um dos últimos assentamentos da região, o que facilitou aos novos assentados no sentido de aprender com a experiência dos mais antigos, a fim de não repetir erros na organização e condução do assentamento, nos seus vários aspectos (decisão do que plantar, segundo a composição do solo; organização interna, etc). A região de Lebon Régis foi selecionada, entre as demais do Estado, devido a facilidade de contatos para entrar em campo, tanto em termos de conhecer pesquisadores que já trabalhavam nestes assentamentos ou em, próximos destes, quanto dos aspectos físicos (maior proximidade da residência).

³⁰ Por meio de agendamento com o coordenador do núcleo, tendo já o consentimento dos integrantes do assentamento, realizou-se a ida a campo para a coleta de dados.

³¹ Estudo de caso consiste em ser uma pesquisa empírica com as seguintes características: analisa um fenômeno contemporâneo, no seu contexto social; não há uma exata definição das fronteiras entre o fenômeno estudado e o contexto; diversas fontes de evidência são usadas. “Para Estudos de Casos explanatórios, uma valiosa abordagem é a consideração de proposições rivais e a análise de evidência em termos dessas proposições. [...] As diferentes visões teóricas sobre determinado fenômeno constituem a orientação para discussões sobre aceitação ou rejeição de perspectivas alternativas” (YIN, 2006).

³² Conforme mapa da Superintendência Regional do INCRA de Santa Catarina – SR/10/SC, Divisão Técnica – SR/10/SC/T – Mapa do Estado com plotagem dos assentamentos em 2006. (CELERON/MAPAPAS.DGN.Data: 23/10/00. Atualização:12/03/03)

4 - Coleta dos dados

Para coleta dos dados aplicou-se uma entrevista estruturada³³ de forma aleatória, ou seja, não foi estipulada uma amostra dos assentados, principalmente por se tratar de um assentamento pequeno. Por meio do campo social³⁴ foram colhidos dados referentes aos atores individualizados, tais como atributos e discurso. As entrevistas foram realizadas até terem sido esclarecidos os principais aspectos do seguinte roteiro:

- 1) **Sobre o Movimento dos Sem-Terra:** Como conheceram; o que representa para eles; o que entendem por MST; qual a percepção da estrutura organizativa do MST; quais símbolos do movimento que mais se identificam; se recebem materiais informativos do MST (Quais?); se participam de congressos, reuniões do movimento, em âmbito estadual e federal; qual o sentido/significado dessa participação em suas vidas.
- 2) **Sobre o assentamento:** origens; significado da denominação do assentamento (Eldorado dos Carajás); número de famílias; como é a organização interna; divisão de tarefas; comissões; núcleos; existem mediadores (em caso afirmativo, quais são?).
- 3) **Sobre o papel dos mediadores:** Igrejas, Sindicatos e partidos (Quais mediadores, ou quem?); como funciona a relação com os mediadores (reuniões, palestras, encontros); costumam interrogar os mediadores, discordar de suas opiniões; importância dos mediadores para o coletivo, para obter informações (política, econômica, lazer), encaminhar propostas, entender decisões.

³³ É realizada através de um conjunto estruturado de perguntas precisas.

³⁴ O conceito de campo é central na sociologia de P. Bourdieu e pode ser aproximado aos conceitos de rede e configuração em N. Elias [...]. Sua referência a campo social: “[...] um campo pode ser definido como uma rede, ou uma configuração de relações objetivas entre as posições”. Bourdieu (1992 *apud* MARTELETO, 2001, p. 81)

- 4) **Sobre a Construção da subjetividade (sujeito):** Como era a vida antes e depois de entrar no MST; quanto controle sente que têm na tomada de decisões que afetam suas vidas diárias; sentem que há direitos que lhes dão o poder de mudar o curso de suas vidas (Quais?); quanto de influência crêem possuir para fazer do assentamento um lugar melhor para viver; suas aspirações e expectativas em relação ao movimento; principais dificuldades; consideram –se felizes (mais agora, ou antes da entrada no movimento); porque as coisas (desigualdades sociais, dificuldade de reconhecimento, de acesso a cidadania e melhor qualidade de vida) são como são; sentem-se reconhecidos pelos membros do grupo; foi possível no movimento a conquista de novas potencialidades, assim como a capacidade de autodeterminação; entendem que o movimento constitui-se como resistência ao mundo impessoal do consumo e da violência, assim como contribui para a transformação da sociedade (de que forma isso ocorre?); entendem que possuem adversários (quem são?).
- 5) **Sobre a organização em rede:** capacidade de iniciativa; como funciona a entrada de novos membros, assim como o desligamento do assentamento; como são escolhidas as lideranças; como ocorre a distribuição de tarefas ou de funções políticas na organização; se já ocupou cargo ou foi responsável por atividades políticas (quais e como se sentiu?).
- 6) **Sobre questões políticas e de infra-estrutura:** Como funciona a questão política no assentamento - existem discussões, debates, todos participam; em relação à política, o assentamento tem diretrizes próprias ou segue as diretrizes nacionais do MST; se existem diferentes facções políticas no assentamento; como são decididos os projetos de infra-estrutura para o assentamento.
- 7) **Sobre a reforma agrária:** opinião sobre a reforma agrária existente e a proposta de reforma agrária do MST .

4.1 - Análise dos dados

Conforme já mencionado, neste trabalho, nos capítulos II (problema, hipóteses e objetivos) e na metodologia, procurar-se-á nessa parte analisar, a luz dessas questões levantadas e do referencial teórico, o material empírico da pesquisa coletado em campo. Antes de iniciar a referida análise, procura-se esboçar um mapa (representação do espaço) do Assentamento Eldorado dos Carajás³⁵, a fim de facilitar a compreensão da estrutura organizacional do local.

4.1.1 – O Assentamento

Nos primórdios do assentamento, as famílias constituíam-se em torno de um único núcleo, conforme fica melhor esclarecido na fala de um assentado:

Vieram setenta famílias para essa área, mas mesmo que ficassem todos não ia caber do mesmo jeito. Daí nós temos seis posseiros do lado de lá. Eles se criaram vivendo aqui, né. O pai deles cuidava da fazenda (que era dos Moraes). Aí quando o Juiz decretou a emissão de posse para o movimento, colocou mais essa cláusula embaixo em que o movimento era obrigado a assentar essas seis famílias. São seis irmãos que estão ali, né. Aí nós não podemos fazer nada, porque já estava decretado. Aí nós tivemos que escolher quem fica e quem sai, porque não dava terra pra todo mundo. O assentamento tem mais ou menos 280 e poucos hectares. Ficaram 12 hectares para cada um, em média, ou alguns de onze, dez, o menor é sete hectares, conforme o relevo, a geografia, né. Lá embaixo, perto do Serginho, temos uma área lá de 42 hectares que por Lei é reserva legal. Lá ninguém mexe. *E para onde foram as demais famílias?* Essas famílias foram para outros assentamentos. Aí nós fizemos uma discussão, a coordenação sentou e aí avaliamos a participação, o empenho no acampamento. Não teve lá o 100% de acerto, né. Tiveram uns dois ou três que não era o que a coordenação pensava na época, mas tudo bem, errar é humano, você não vai acertar todas (“Assentado B”).

O assentamento constituía-se de dezenove famílias, sendo treze do MST e seis posseiros, as quais se organizavam em torno de um único núcleo, ou seja, não havia divisões internas, em termos de

³⁵ Área (há): 212,8968, Portaria e data: 03-17/02/2003; n.º de famílias: 19. Fonte: INCRA/SC.

coordenação. No entanto, posteriormente, devido a uma série de fatores³⁶ o assentamento foi dividido em dois núcleos, conforme quadro abaixo:

Quadro 4 – Núcleos do Assentamento Eldorado dos Carajás

<p>NÚCLEO 1</p> <p>10 FAMÍLIAS DO MST</p> <p>2 COORDENADORES (HOMENS)</p>	<p>NÚCLEO 2</p> <p>6 FAMÍLIAS (POSSEIROS) + 3 FAMÍLIAS (MST)</p> <p>2 COORDENADORES (HOMEM – MST; MULHER – POSSEIRA)</p>
--	---

Compilação própria: SILVEIRA, S. Pozzer.

Agora, faz um mês mais ou menos, nós resolvemos montar um grupo. Aí nós montamos um núcleo para discutir as questões. Agora nós somos dois grupos. O grupo dos posseiros e o grupo dos assentados. Então eles estão lá no canto deles e nós estamos no nosso (“Assentado B”).

A análise dos dados refere-se, principalmente, a essa segunda fase, ou seja, a atual. No decorrer da fala dos assentados ficam mais explícitos os motivos, as divergências para a divisão do assentamento. O interesse deste trabalho é no Núcleo 1 que se constitui das famílias do MST. Em relação a origem dessas famílias, todas são do Estado de Santa Catarina.

São tudo do mesmo Estado, tem alguns do município de Lebon Régis e outros de Fraiburgo. Estavam juntos no mesmo acampamento (Faxinal na comunidade do Vinte e Seis) (“Assentado A”).

Nós ocupamos lá faz 3 anos, né. Na verdade nós não ocupamos aqui. A primeira ocupação que nós fizemos foi no Vinte e Seis que é uma Vila que tem

³⁶ Os fatores, causas, da divisão do assentamento em dois núcleos são amplos e complexos, pois envolve diferentes “categorias” do meio rural, tais como posseiros, pequenos agricultores, sitiantes. No caso, os integrantes do MST têm uma trajetória de luta (acampamento, protestos, marchas, etc) que os diferencia dos posseiros que já nasceram na terra, em que os pais trabalhavam. Sendo assim, percebe-se que procurar aprofundar o significado dessa divisão implica levar em conta esses aspectos, entre outros, o que amplia em muito a problemática dessa pesquisa, tornando-se inviável nesse momento.

logo aí na BR. Nós falamos 26, mas na verdade lá é Faxinal do São Pedro. Também fica na região de Lebon Régis. Aí ocupamos uma área ali que era do Japonês, né. Era área grande, se não me engano. Na época, cabíamos todos nós lá. Ficamos um ano lá acampado. E depois o movimento chegou lá uns dias antes, na verdade um meio de estratégia deles. Não falaram nada, só falaram: “tal dia vocês estejam tudo aqui reunidos que teremos uma reunião muito importante”. Aí o pessoal ficou todo mundo para esperar. De repente, o pensamento era que a área lá estava saindo, né. Aí os caras chegaram lá de manhã, por volta das 8h, e falaram para nós: “daqui uma hora ou trinta minutos está encostando uma camionete aí. Vocês vão carregar as coisas de vocês e vão para a terra prometida”. A terra não saiu aqui, daí já tava com o papel a emissão de posse dessa área aqui, né. Só que daí as coisas não funcionaram mais, como nós tudo pensava, porque a idéia era que todos os companheiros ficassem juntos. Na verdade, na época, quando chegamos lá, chegamos com 115 famílias, mas daí com o passar do tempo, uns vão pensando que vão ganhar amanhã. A maioria desiste, não agüenta, vai embora. Aí foi diminuindo, veio para cento e poucas. No final da história tava com uns oitenta e quando viemos para cá estava com setenta e poucas famílias. Os outros foram para outros acampamentos lá na região de Correia Pinto (“Assentado B”).

A maioria dos assentados é oriunda do mesmo acampamento, com exceção de duas famílias que permutaram o lote.

Aqui tem meu irmão que mora aqui, mora do lado aqui. Eu morava sozinho lá (no outro assentamento). Daí o cara que tava aqui tinha umas quatro ou cinco crianças que vão na escola. Daí pra ele ficava difícil, aí falou comigo: “tu não quer morar perto do teu irmão?” Aí eu vim (“Assentado C”).

A organização da produtividade no assentamento é individual, com exceção das negociações para aquisição de adubos, sementes, entre outros.

Aqui a gente pensa coletivo, embora a gente trabalha mais tipo mutirão, mas conta (finanças) em conjunto é tudo feito. Uma coisa que mudou, as negociações no Banco, qualquer Órgão assim a gente forma uma comissão e vai lá negociar. É escolhido quatro ou cinco famílias, pessoa por assentamento. Aí tira a proposta e leva lá (“Assentado A”).

Em relação ao nome do assentamento “Eldorado dos Carajás” foi em decorrência:

O nome do nosso assentamento foi em homenagem aos companheiros que foram mortos lá em Eldorado dos Carajás³⁷. O nome foi, nós estávamos acampado ali no Vinte e Seis, daí foi, que cada acampamento tem que ter um nome e depois do acampamento segue para o assentamento. Até foi um companheiro do movimento que ficou um tempo ali com nós acampado, daí ele disse para nós o que achava do nome, né. Daí colocamos para homenagear os companheiros (“Assentado D”).

Tendo sucintamente traçado um panorama geral do assentamento, passa-se para análise das questões (Capítulo II) levantadas nessa pesquisa, as quais se encontram agrupadas em três eixos de análise: 1º Eixo – Sujeito (subjetividade, empoderamento, pertencimento); 2º Eixo – Autonomia (Mediadores); 3º Eixo – Democracia (Estrutura). Essa divisão em diferentes eixos é de cunho mais didático, visto que se torna difícil na análise fazer uma nítida separação dos referidos temas, os quais estão imbricados/relacionados.

4.2 – Primeiro Eixo: sujeito

4.2.1 – Pertencimento

Inicialmente procura-se entender como conheceram, o que representa para eles o MST, assim como se participam de congressos do movimento, entre outros. A maioria dos assentados vê o MST como algo positivo, que os ajudou, conforme segue em fala representativa desse sentimento:

Nós morávamos no sítio, perto desse sítio tinha um assentamento. O cara desse assentamento passava em frente a nossa casa. Um dia soube que nós íamos sair do sítio, porque o cara iria vender o sítio, daí ele chegou lá e convidou para vir acampar. Só que eu no começo tinha muito medo, pois era a primeira vez que estava vindo, né, aí achava muito difícil, como foi difícil. Depois, através desse cara que a gente conheceu o que era o MST. Chegou lá em casa, fez uma reunião e explicou direitinho o que era, né. Não era o que eu pensava, que era um fim do mundo vim pra baixo de uma lona. [...] *O que entende por MST?* Eu entendo que hoje é uma forma de você conseguir as coisas, se organiza. Se você for depender só de você, não compra um pedaço de terra, levando em conta a quantidade de filhos que a gente tem, tem que trabalhar e pagar o aluguel. No

³⁷ Massacre de Sem Terras ocorrido no Pará, em 1995, tendo deixado “[...] 19 mortos, 69 feridos e pelo menos 7 desaparecidos. Segundo os laudos, 13 foram executados depois de rendidos” (MORISSAWA, 2001, p. 156).

Movimento Sem-Terra você consegue, né. Acho que é muito bom que as pessoas se organizam e, através disso, a gente consegue muito mais coisa. Não é só a terra, consegue respeito também que é o principal. *Já participaram de congressos, em âmbito estadual e federal?* Sim, lá você fica mais com vontade. Lá você libera suas energias. Por exemplo: nós não vamos lá de graça, uma coisa nós temos que trazer, levar para eles. Então, de repente, muitas coisas a gente consegue, não é tudo, né! (“Assentado B”).

Observou-se que há uma percepção do MST como “instrumento” para conseguir bens, tanto materiais (terreno, casa, sementes, etc) quanto simbólico/pedagógicos (aprendizado da importância da organização popular para ‘conseguir muito mais coisa’, valorização da identidade rural, etc). Dessa forma, o movimento e em consequência as ocupações, os acampamentos são formas de organização que são positivas para os assentados, pois através destes conquistaram um espaço, tanto físico (terreno, etc) quanto subjetivo (auto-estima). Através desta, conforme fala do “Assentado B”, se ‘conseguir respeito’, o qual é imprescindível para ser Sujeito, no sentido de ser reconhecido pelos demais, seja do seu grupo ou da sociedade em geral, ao invés de estar a mercê, seja desempregado ou submetido as relações de produção já estabelecidas. Sendo assim, observa-se que os assentados expressam-se como sujeitos, o qual segundo TOURAINE (1994) “*é a vontade de um indivíduo de agir e de ser reconhecido como ator*”(p.34).

Em relação ao primeiro contato dos assentados com o MST, verificou-se que geralmente envolve lideranças, familiares, amigos que já tiveram ou tem alguma relação com o movimento.

Como conheceu o MST? Foi através das lideranças. Na verdade, meus irmãos foram assentados antes, né. Eles foram assentados por primeiro, depois através das lideranças nós fomos. *O que representa para você o MST? O que entende?* Pra nós o movimento, se não fosse ele, nós não tínhamos conseguido terreno, nada, se temos o terreno hoje é graças ao movimento [...]. *Participam de congressos, reuniões do movimento?* Sim. *Qual o sentido dessa participação para você?* Pra nós o congresso é mais para pressionar, pois tem muitos companheiros que estão embaixo de lona. Pressionar para liberar o terreno para eles, para sair recurso também (“Assentado D”).

Para o “Assentado D” o poder do coletivo, expresso no MST, é fundamental para suas conquistas. Percebe o congresso como forma de pressionar, seja para adquirir melhores condições para o assentamento, quanto para auxiliar os demais integrantes do movimento que ainda estão

acampados. Sendo assim, verifica-se a questão do aprendizado da solidariedade, do agir em conjunto, ou seja, não basta apenas conseguir a terra, mas é preciso continuar a luta, a fim de conseguir recursos para o assentamento e também contribuir para que os demais acampados (integrantes do movimento) conquistem a terra. Dessa forma, fica explícito que a luta não é só pela aquisição da terra de forma individual, mas que envolve todo um novo contexto, ou seja, pensar diferente do individualismo, enxergar o movimento em sua maior amplitude e não apenas nas questões de sobrevivência mais imediatas e individuais.

Já o “Assentado G” expressa que o contato com o movimento ocorreu devido a popularidade do mesmo:

Olha o pessoal falava muito do Movimento Sem Terra, depois meu marido queria terreno, aí nós viemos. Sempre trabalhava na roça, em tudo que era lugar por dia e tudo. Era muito sofrido, a gente pagava água, luz e tudo que era despesa, não podia ter uma criação, nada. Por isso que nós viemos para o Movimento Sem-Terra. *Mas eram os vizinhos que falavam sobre o MST?* Eram os vizinhos. *O que representa o MST para você?* O MST pra nós representa um jeito da pessoa viver melhor, numa terra, trabalhando para sobreviver melhor. *Participa de congressos?* Fui agora, não lembro bem o mês, lá em Caçador. Participo tanto estadual, quanto federal, quando posso. *Qual o sentido dessa participação para sua vida?* Nós a gente, até que não mudou quase nada. Essa questão de Banco, nós estamos perecendo tudo o pessoal daqui. Porque lá saiu que tinha direito as mulheres dos seis mil para pegar e tudo. Mas até agora nada feito, não falaram mais nada e nada feito. E o tal de fundo perdido, para comprar um calcário, ou coisa assim, não temos nada e tá ferrado, estamos sofrendo aqui. *Como pessoa, o que muda participando desses congressos?* Senti uma coisa muito beleza, sabe. A reunião lá em Caçador foi muito boa, a explicação sobre o Movimento Sem Terra, assim foi muito boa. Só que chega aqui no Banco, nada feito. Mas chega ali dá tudo pra trás (“Assentado G”).

O “Assentado G” também percebe o MST como algo bom. Passou a ter mais qualidade de vida, tem sua própria terra para plantar, sem precisar ficar indo de um lugar para o outro a procura de trabalho e sobrevivência. Em relação a sua participação nos congressos do MST, percebe-se sua crítica, no sentido da diferença do discurso e da prática, ou seja, no congresso é tudo muito bom, bonito, mas chega na hora de conseguir as coisas surgem às dificuldades, os empecilhos. Ou seja, ao mesmo tempo em que sente-se muito bem, como pessoa, nos congressos, destaca que depois a realidade não condiz com as expectativas, permanecendo o duro cotidiano de não conseguir

subsídios para plantar, comprar sementes, adubos, etc. Pela fala do assentado vê-se que não há um planejamento estratégico, por parte do movimento, que propicie uma certa garantia aos assentados para gerirem suas necessidades básicas. Dessa forma, o discurso do movimento denota um caráter mais mobilizador, a fim de que os próprios assentados façam seu planejamento e reivindiquem as melhorias necessárias, de acordo com seu contexto e necessidades locais. Contudo, talvez essa seja a parte mais difícil, pois envolve mobilização, negociação com os Órgãos competentes, enfim uma série de fatores relacionados com tempo, burocracia, deslocamentos, enfrentamentos, etc. De outro modo, quiçá seja a parte mais importante, pois os assentados deverão ser atores de suas ações, através da atuação em conjunto para lutar por melhorias para o assentamento ou para seu próprio lote. Esta prática é fundamental, pois segundo Castoriadis (1982) é através da *práxis*, ou seja, do fazer no qual o outro é considerado o agente essencial de sua autonomia que o sujeito a adquire.

Conforme o exposto, a hipótese dessa pesquisa no tocante ao pertencimento³⁸ pode ser em parte refutada, pois o movimento propiciou aos assentados um sentido de pertencimento. Assim como, não percebem o movimento, suas formas de luta, como um empecilho (peso), pois adquiriram consciência que através da luta e organização torna-se possível a conquista de uma melhor qualidade de vida.

4.2.2 – Subjetividade e empoderamento

Analisando o cotidiano, a convivência, o trabalho no assentamento percebe-se que os assentados constroem uma subjetividade própria do meio rural, peculiar à realidade concreta em que vivem. Para ser possível confirmar e procurar “medir” o quanto esses agricultores são sujeitos hoje, faz-se necessário análise de como se constituem como sujeitos autônomos, assim como da aplicação de uma referência comparativa, do tipo: como era a vida antes e depois de entrar no MST; qual o potencial de empoderamento, de autodeterminação desses assentados; entre outros, conforme pode ser ilustrado pelos seus depoimentos abaixo:

³⁸ Pertencimento é aqui entendido como a possibilidade de sentir-se parte de um grupo, de uma comunidade, através da referência de um coletivo com propósitos, identidade e objetivos comuns. Com isso, ao invés de um ser deslocado, “sem lugar”, passa a pertencer a um coletivo, a um espaço social, físico que o integra e o acolhe.

Se eu te conto. Era uma vida sofrida, antes de vir pra cá dependia de morar no que é dos outros, pagando aluguel, dependia de tudo. Hoje não, graças a Deus não estamos mil maravilhas, né. Deu uma virada, pelo menos foi um giro de noventa graus. Porque não tenho nada contra a cidade, gosto de tudo, né. Nós morávamos na casa dos outros, alugada (Fraiburgo). Por exemplo: os filhos, a mulher tinha que manter que nem cachorrinho (preso). Era só aquele lotinho e nada mais. Hoje, não, temos a liberdade aqui. Lá não podia andar de qualquer jeito [...]. Eu acho que tenho mais liberdade agora, que por mais que tenha algumas cláusulas no contrato³⁹ que não posso fazer, né, mesmo assim eu acho que tenho minha liberdade. Porque, por exemplo se eu tivesse trabalhando fora como iria estar aqui agora para nós conversar, não é? (“Assentado B”).

Trabalhava em pomar de maçã, depois que entrei no MST mudou, não tem hora marcada, a hora que você pode vai, se sente mais livre e mais a vontade (“Assentado F”).

O grau de liberdade adquirido depois da conquista da terra é significativo, tanto em termos de decidir o que e como produzir (plantar) como em relação ao horário de trabalho. Além disso, o modo de portarem-se, de poder ‘andar de qualquer jeito’, conforme fala do “Assentado B”, das crianças terem espaço para brincar, sem muito cuidado, tal qual exigia em terreno pequeno na cidade, faz com que tenham uma grau maior de liberdade.

Para o “Assentado C” o movimento contribuiu em diversos aspectos, tanto no seu aprendizado como pessoa, quanto em relação aos demais integrantes do grupo, conforme segue:

Antes de entrar no MST era difícil. De ter terra pra plantar, né. Pra mim melhorou bastante por isso. Antes trabalhava de peão. Agora tendo a terra pra você trabalhar, você planta o que quer. Vai pra roça a hora que quer. De empregado, peão, assim é diferente. [...] Acho que no movimento você aprende um monte de coisa, é uma aula para a pessoa. Tu aprendes muita coisa, né. Eu para começar, porque aula eu quase não fui. Porque dali quando entramos no acampamento, porque ficava meio que de balde. Tinha gente que pegava e fazia aula. Eu não sabia, mal a pena assinar meu nome. Só nesse sentido você aprende, né. E não fui só eu, foi um monte de gente. Desde estas jornadas que fomos, não é sair para fazer turismo. Desde o começo acho que o movimento foi bom para mim. [...] Não é eu para mim e você para você. Se tu tens tu come, se não tem fica sem, né. É muito diferente. Então é uma sociedade que é tudo

³⁹ Cláusulas, no contrato com o INCRA, que estipulam que o assentado não poderá vender o terreno, assim como somente poderá fazer permuta (troca de terreno com outro assentado ou acampado) com uma justificativa.

junto. Nesse sentido, não é assim individualmente, é pelo conjunto. Se estou aqui, porque eles me ajudaram e não só eles, né, também a sociedade (“Assentado C”).

A liberdade, o maior espaço, a capacidade e possibilidade de decidir o que e como fazer na terra conquistada evidencia o grau de autonomia e subjetividade adquirido por esses assentados, principalmente em relação à vida que tinham antes, em que eram obrigados a vender sua força de trabalho e de submeterem-se as ordens do proprietário.

A fala do “Assentado C”: ‘Nesse sentido, não é assim individualmente, é pelo conjunto’, revela que no movimento aprendem a se relacionar com os demais de outra forma, em que o coletivo é mais importante que o individual. Desenvolvem a capacidade de ser solidários, de dividirem quando necessário para que todos tenham dignidade, de, por exemplo, não ficar um sem comida, enquanto o outro tem de sobra. Outro aspecto da fala do “Assentado C”: ‘no movimento você aprende um monte de coisa, é uma aula para a pessoa’, ou seja, há uma significativa valorização do conhecimento adquirido no MST, no sentido positivo, de empoderamento do sujeito e não como algo tutelador, imposto.

A percepção, por parte do “Assentado D”, do movimento como “um ser” solidário, que acolhe todos, segundo segue:

O movimento nunca virou as costas para ninguém, né. O assentado, se não fosse o movimento ele não conseguia. Porque não existe a pessoa entrar num terreno sem ter apoio de ninguém, né. Se tem o movimento eles vêm e conversam, tem tempo, mas sem o movimento os pistoleiros já tiram direto as pessoas do terreno ocupado, mal dá tempo para entrar. *A luta do movimento vai além da aquisição da terra?* Luta, o movimento não é só pelo terreno. Na verdade o movimento somos nós. Tem a liderança, né, mas quem faz o movimento somos nós, né. O movimento é para conseguir o terreno e lutar por melhores condições de vida do assentado. Até se puder ajudar uns que estão na cidade, também, sempre na idéia da solidariedade, do não querer só pra si. Se tem movimento, o objetivo do movimento é sempre o coletivo, né, não individual. Sempre recursos para cooperativa, linha de leite, enfim um monte de coisa. Porque se lutasse só pelo terreno para o assentado, se não tem recurso como vai sobreviver em cima do terreno? (“Assentado D”).

Conforme esclarece o “Assentado D” é uma quimera achar que os agricultores por si só, sem o suporte do movimento, irão conseguir êxito em suas lutas, assim como desenvolver-se autonomamente, principalmente, num meio social que não propicia isso, tal qual o meio rural brasileiro, em que a violência, os maus tratos são freqüentes ao trabalhador rural. Sem mencionar a questão da mídia, pela qual são estigmatizados. Dessa forma, vêem o movimento como um amparo, uma forma de se incluir socialmente e que os propicia tornarem-se ator capaz de ir construindo o movimento, ou reconstruindo-o, ou seja, como explica o referido assentado: ‘quem faz o movimento somos nós’.

O “Assentado G” esclarece a rotina daqueles que não têm um lugar definido, que não pertencem a uma comunidade, que não possuem um grupo social de referência, pois andam de um lugar para outro em busca da sobrevivência.

A gente aqui mudou a vida pra melhor. Temos criação, galinha, porco, mantimentos. Mesmo sem dinheiro colhemos para o gasto. Antes era sofrido. Nós somos do interior. Toda a vida capinava na roça, desde os 12 anos. *Porque foi para a cidade?* Daí nós fomos trabalhando na roça como agregado, como diziam, depois a vida não era fácil. Daí nós fomos indo procurar serviço na cidade, um pouco trabalhava na firma, um pouco de diarista, bóia-fria. Mas agora melhorou 100% do que nós morávamos na cidade. *Acha que no movimento foi possível a conquista de novas potencialidades?* Achei que foi uma coisa boa, pra nós foi uma coisa muito mais diferente, muito melhor. Eu achei que melhorou bastante a questão de falar, de ter mais coragem. *Se o movimento constitui como resistência ao mundo capitalista?* É que o movimento determina uma coisa que seria muito melhor a nossa vida, só que chega nos grandão, partidário, pra nós são os feras. Os cara do Banco do Brasil acham que a gente está estorvando. Na caixa, as pessoas da roça, do movimento sem-terra são pessoas muito sem valor para pessoas assim. Até que um dos meus filhos trabalha com um tal de “Baípe”, mas não querem nem saber dos sem-terra, querem ver morto os sem-terra (“Assentado G”).

Também foi possível verificar a consciência de que o movimento quer o melhor para os assentados, mas tem os ‘grandão, partidário’ que não gostam dos sem-terra, que os discriminam, atrapalham e dificultam sua luta. Ou seja, mesmo não caracterizando na linguagem culta o nome de fazendeiros/burguesia/elite, os assentados têm consciência que os ‘grandão’ não gostam dos sem-terra e sabem identificá-los na figura daqueles que tem poder partidário/político ou de

posses/bens. Enfim, falam a partir da experiência de vida, o que também é uma forma de conhecimento.

No aspecto do empoderamento, no sentido de não ser apenas um sem-terra, mas um Sem-Terra:

Por exemplo, você está lá no Banco, a gente tem uma pastinha verde que os assentado usam – vai bloco de nota e coisa – então você chega lá e os cara já te conhecem pelo caminhar. Mas se chegar lá tipo um Mello da vida, já é tratado de outra forma (“Assentado B”).

Ou seja, o movimento propicia empoderamento, pertencimento/inclusão aos assentados e, com isso, fortalece suas subjetividades, como fica explícito na fala do “Assentado B” – em que se sente mais forte, “mais sujeito”, pois já não é um qualquer (*‘um Mello da vida’*), mas um assentado do MST que sabe dos seus direitos, que faz parte de um dos maiores movimento do Brasil, que tem alcançado muitos êxitos, a ponto de lhe auxiliar, assim como tantas outras famílias, a conseguir terra, casa própria, trabalho e ter uma vida digna com seu familiares.

Também foi possível perceber que a ampla maioria dos assentados costuma participar das assembléias que ocorrem periodicamente, levando suas propostas, reivindicações, assim como debatem os projetos para o assentamento. Devido ainda não existir um local exclusivo para este tipo de atividade, são realizadas na residência de um dos assentados.

Em relação à proposta de reforma agrária do movimento e a existente hoje, os assentados têm consciência que ainda falta muito para o movimento conseguir efetivar a sua reforma agrária. Do mesmo modo, compreendem que é somente pela ação e pressão do coletivo organizado que a mesma será implementada.

Hoje ela está numa linha quase boa. O Lula tem a proposta de não só dar a terra, mas dar a terra e a infra-estrutura. Eu acho que está no caminho certo, mas falta muito ainda. Por isso que depende de nossas lutas, só que a gente não

pode ficar em casa aqui sentado esperando que eles vão trazer. Se nós não formos à luta, em busca, quem pressiona lá o presidente é que vai ter mais coisas. Se a UDR, os ricos, irem lá e fazerem mais projetos, o presidente vai ter que atender quem tiver mais (“Assentado A”).

É que o governo veja mais o lado dos agricultores, né. Que nem eu falei, só conseguir o terreno não adianta. Que nem entra lá um governo que não apóia o pequeno agricultor não tem volta, não vê crédito nenhum. O cara só vai fazendo financiamento no banco, vai se endividando (“Assentado D”).

Entendem que não basta a terra, mas que é necessário o apoio, incentivo do governo para aquisição de sementes, adubos, enfim, condições para produzir e, dessa forma, se manter no meio rural.

Para eles as desigualdades sociais, as dificuldades do acesso à cidadania, é fruto de uma sociedade desigual, onde impera o individualismo, e a lógica “de quem tem mais pode mais”.

Isso aí é ganância, né. A pessoa quanto mais tem, mais quer. E quem não tem cada vez fica lá embaixo, mais pior. Hoje se você pegar pagar um peão por dia o que vale, é difícil, né. Tu vai explorar, se você pode mais. A situação é isso aí. E eu já tenho experiência disso aí. Tu vê, hoje quem tem, tem bastante coisa porque explorou. Não acredito que a pessoa sobe de vereda. Tem alguma outra coisa. Não acredito que consiga se “levantar”/enriquecer no suor, no trabalho. Sempre tem alguma coisa (“Assentado C”).

Na fala do “Assentado C”, observa-se a consciência sobre a exploração e exclusão histórica, pela qual passam as pessoas que têm menos condições, assim como a compreensão de que ninguém consegue enriquecer apenas trabalhando, mas sim através da exploração do trabalho dos outros. O entendimento disto ocorre, principalmente, pela sua própria experiência: E eu já tenho experiência disso aí, ou seja, provavelmente não foi em análise de teóricos que discorrem sobre a temática, mas devido ter “sentido na pele” o que realmente é ser explorado. Tendo o entendimento que na sociedade predomina a exploração do trabalho alheio, compreende que, em função disso, o movimento não luta apenas pela terra, mas para transformar essa sociedade, segundo suas palavras:

Acreditas que o MST tem potencial para transformar essa sociedade? Olha, eu acho que tem, se não fosse o movimento a reforma agrária não sairia, se bem que a reforma agrária mesmo ainda não saiu, né. O que existe de acampamento nesse Brasil, Deus que me perdoe. Tem gente que faz cinco anos que está embaixo de lona. Até agora as desapropriações de terra estão meio paradas (“Assentado C”).

A consciência da situação crítica em que se encontram muitos acampados, os quais estão há anos sob a lona/acampados e da importância fundamental do movimento para alavancar a reforma agrária, pois sabem que:

[...] Os maiores querem engolir os mais pequenos. O quanto a pessoa sofre na roça, que nem a gente trabalha na roça desde criança. Não teve tempo nem pra estudar, pois os pais trabalhavam na roça (“Assentado G”).

Porque ninguém sabe dividir, aquele que tem mais sempre quer mais, nunca pensa no outro que tem menos. E quem tem menos é muito difícil de conseguir ter mais, pois a vida não está fácil e se outros ajudassem, mas quem tem mais só quer saber de ter mais e mais (“Assentado I”).

Dessa forma, visualizam o MST como resistência a essas formas de relações sociais em que o roubo é banalizado, a exploração naturalizada, assim como o enriquecimento de uma minoria ávida de cada vez ‘ter mais e mais’. Nos acampamentos, marchas vão construindo um novo modo de se relacionar com o outro. Passam a valorizar mais a união, a compreender a importância do coletivo para aquisição da terra, para negociações, etc. Assim como valores de solidariedade, de igualdade, de respeito às diferenças (mulheres, negros, índios) e a outros movimentos sociais, conforme falas dos Assentados “H” e “A”:

A nossa luta é também para mudar esse tipo de relação, pra ser tudo igual, não podia ser uns ter mais e outros não ter. Eu acho que o movimento batalha, vai além da reforma agrária. Que nem os filhos da gente estão estudando fora, eles procuram as pessoas que não tem condições de estudar, eles vêm atrás. Que nem o nosso piá, agora ele tá lá estudando pra trazer para nós. Ele está estudando para nós não sair da terra, para ficar em cima (“Assentado H”).

Achas que o movimento constitui-se como uma resistência à sociedade atual?
 Sim. Acho que tem que lutar por tudo, não adianta só tu ter a terra e continuar a ser explorado, não conseguir um estudo, um transporte. [...] Tem gente que já conseguiu a terra e acha que já conseguiu o que queria, mas estão enganados, aí que temos que lutar pra tudo: planejar a propriedade (“Assentado A”).

Conforme TOURAINE (1994) a subjetivação (que propicia a “libertação” do ser humano a toda a forma de dependência, assim como a transformação parcial do indivíduo em sujeito) e a autonomia (no sentido de decidir sobre sua vida, sem a imposição de papéis) fazem com que o indivíduo torne-se sujeito. Sendo assim, pode-se caracterizar os assentados como sujeitos em construção, os quais foram na trajetória de acampados, depois assentados, conquistando autonomia e, com isso, tornaram-se atores de suas próprias vidas. Dessa forma, o processo de fazer parte do movimento, assim como auxiliar a construí-lo propiciou um significativo empoderamento, tanto referente a subjetividade (auto-estima; identidade; solidariedade) quanto ao aprendizado em termos informacionais (entender o que é a reforma agrária, a origem, características e diretrizes do movimento, entre outros). A compreensão destas questões ocorre mais pela experiência vivida, pela interação coletiva em reuniões, encontros, marchas e congressos do MST e não tanto pelo estudo e formação individual. Nesse processo, os assentados vão interagindo e construindo-se como sujeitos.

Além disso, constata-se que os assentados têm seu discurso próprio, no sentido de entenderem o que é melhor para o assentamento, assim como os propósitos do movimento, a importância da reforma agrária e, dessa forma, possuem capacidade de, como diz Castoriadis, advir sobre o discurso do outro, não aceitar dominar-se pelo discurso do outro.

4.3 – Segundo Eixo – Autonomia

4.3.1 - Os mediadores e os Sem-Terra

Os principais mediadores citados nas entrevistas foram: Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Lebon Régis; Coordenadores do Núcleo; Instituto Nacional de Colonização e

Reforma Agrária - INCRA; Vereadores (Pavesc e Pena Branca); Coordenador⁴⁰ das 100 famílias e, das 500 famílias, Secretaria da Agricultura de Lebon Régis. Com exceção dos coordenadores do Núcleo, os demais mediadores não residem no assentamento. Costumam realizar visitas esporádicas, a fim de tratar de diferentes assuntos relacionados à infra-estrutura do assentamento, questões políticas, entre outros.

As relações dos assentados com os mediadores, diferente do que se esperava, segundo hipótese é de muita liberdade de discutir, discordar, fazendo com que os assentados tenham voz ativa nas assembléias, negociações, etc. Também costumam cobrar dos mediadores que exerçam suas funções (de levar e trazer informações, de encaminhar propostas aos órgãos competentes, etc). Caso contrário, de não conseguirem exercer suas tarefas, os mediadores são afastados ou perdem a credibilidade, conforme menciona o “Assentado B”.

Tem encontros mensais, depende deles lá, né (Pena Branca.....) se precisam de nós e tem algum informe eles tão vindo aí. *Os mediadores costumam impor suas idéias e propostas, as quais devem ser acatadas?* Não, não, Deus o livre se fosse assim, daí não é um mediador é um ditador, né. Ditador nós não queremos, né. Participamos, não tem discriminação. Não existe e nem pode existir. Por exemplo: tem lá a Nega Cutia (posseira – integrante do núcleo dois). Então quando nós chegamos aqui, ela queria meio que ditar as ordens. O pessoal recuou, não, não é assim como você pensa. Então, é um exemplo nosso mesmo. Não é qualquer um que vai chegar aqui e dizer o que temos de fazer, nem mesmo o Stedile. Se não serve não acatamos e o movimento não vai retaliar (“Assentado B”).

Na fala do “Assentado B” percebe-se, diferente da abordagem de NAVARRO (2002), que há participação dos assentados (base) nas decisões a serem tomadas, assim como se sentem em condições de discordar, caso seja necessário. Dessa forma, também não foi possível perceber o diagnóstico de MARTINS (2003) de que alguém fala em nome do camponês, sendo este impossibilitado de ter voz, mas ao contrário, conforme outros trechos acima referidos, o movimento propicia empoderamento aos camponeses, fazendo com que tenham mais voz. Por exemplo na fala do “Assentado G”: ‘Eu achei que melhorou bastante a questão de falar, de ter

⁴⁰ Coordenador das 500 famílias é responsável por coordenar uma região com vários assentamentos constituídos por 500 famílias. Neste caso, inclui a região de Lebon Régis e seus municípios próximos. Coordenador das 100 famílias é responsável somente pelos assentamentos de Lebon Régis.

mais coragem`, ou ainda segundo a fala de um sem-terra de outro assentamento, incluído na análise de CALDART (2001): *‘Quando ocupamos aquela terra, paramos de morrer...’*, ou seja, começaram a ter voz, a ser sujeito, a “parar de morrer” justamente quando começam a participar do movimento. Dessa forma, os mediadores no assentamento analisado servem mais como auxílio, em termos de organização e não como *“alguém que fala em nome dos camponeses”*. Sendo assim, os assentados vêm com bons olhos os mediadores, no sentido de que são eles os responsáveis para ir em busca de recursos, encaminharem projetos, entre outros. Enfim, para eles os mediadores são imprescindíveis. Segundo seus depoimentos:

São importantes, se não tivesse alguém pra ir buscar ajuda lá fora, ficava mais difícil, né. *Como são as relações com os mediadores?* Tem reunião, tem que discutir nas reuniões. Não tem isso de os líderes mandarem e os outros obedecerem (“Assentado F”).

A turma cobra bastante. Eles têm que passar informações para nós. *São importantes os mediadores?* É importante, senão você fica enrolado e não sabe o que ta acontecendo lá. Tem que ter a informação (“Assentado C”).

Quando eles não podem ir numa reunião, qualquer um de nós pode ir e depois repassar para o pessoal. *Como funcionam relações com mediadores?* Discordamos se necessário, porque, por exemplo, esse que era coordenador das 100 famílias, mas pra nós ele não representava nada, porque tinha reunião que passavam as coisas para ele e ele não ia, ou ia e não repassava as coisas para nós. Depois falava que ou ache outro que repasse ou vamos nós mesmos. Daí foi decidido de dividir, de nós fazer o nosso núcleo, que agora pra nós não tem coordenador das 100 famílias. Só tem o Miguel que é das 500 e nós pra ir numa reunião que tem, o Miguel liga para nós aqui, se o Sérgio, ou o Jandir não puder ir, qualquer de nós do nosso grupo vai. Porque aí é feito na hora um caixa, caso algum precisa, que nem eu tenho moto, tenho meu irmão que tem. Se algum de nós não pode ir sempre empresta a moto para outro, mas sempre vai às reuniões. *Importância dos mediadores para o coletivo?* Pra nós é importante, porque eles que participam de reuniões pra fora, tipo Florianópolis, com a coordenação do movimento, aí sempre repassam o que está acontecendo, o que não está. (“Assentado D”).

Na fala do “Assentado D”: *“Quando eles não podem ir numa reunião, qualquer um de nós pode ir e depois repassar para o pessoal”*, é possível perceber o grau de autonomia e reconhecimento adquirido dos demais membros do assentamento, no sentido de que todos têm condições

“intelectuais”, de formação política, entre outros, para se preciso for substituir o mediador do núcleo, tomar decisões com outros companheiros e entidades em reuniões fora do assentamento. Ou seja, percebe-se o alto grau de envolvimento dos assentados nas diferentes questões que envolvem seu cotidiano. Nesse sentido, constituem-se como sujeitos, que participam, interrogam, discordam e colaboram para a tomada de decisões que afetam suas vidas. Não são meros indivíduos, passivos, quase indiferentes à tomada de decisões pela direção, mas se sentem também direção. Não cabe mais a idéia de que o outro sabe mais, pode mais e, sendo assim, deve falar pelos assentados, mas sim que todos podem e que ninguém fala pelo outro, mas segundo o consentimento esclarecido do outro que o autorizou a falar. Dessa forma, verifica-se que as relações no interior do assentamento entre base e mediadores não são hierarquizadas, mas descentralizadas, muito próximas à estrutura em rede.

Os Mediadores são importantes. Agora quando eles começaram vir, faz meio ano para cá, o pessoal começou a ter uma visão melhor e começou a se organizar melhor. Primeiro estava tudo, tipo assim, meio esparramado, não se uniam para decidir as coisas. E agora que o pessoal veio de fora, sentou e ficou ali um dia, dois explicando bem como é, começou a melhorar as coisas (“Assentado H”).

Na fala do “Assentado H”, percebe-se a importância dos mediadores externos ao assentamento, no sentido de incentivar, estimular a organização interna dos assentados. *‘E agora que o pessoal veio de fora, sentou e ficou ali um dia, dois explicando bem como é’[..].* Aqui, surge a questão das trocas de conhecimento, pois nem sempre os assentados têm condições de acompanhar as mudanças, seja na legislação, conjuntura política, entre outros. Com isso, os mediadores auxiliam no processo informativo. No entanto, foi possível verificar na fala dos assentados que esses mediadores que esclarecem muitas coisas que eles não sabem não os impedem de irem se constituindo como sujeitos, de irem construindo uma relativa autonomia, pois não são as lideranças e mediadores que decidem as questões mais importantes do assentamento, mas sim o conjunto dos seus membros. Assim como, cabe frisar que aprender com os outros também é uma das formas de constituir-se como sujeito, no dizer de CASTORIADIS (2006) “*sujeitos abertos*”, que estão sempre aprendendo, estando aberto para tal, não apenas com os outros, mas também consigo, na medida em que cria novas determinações para si.

4.4) Terceiro Eixo – Democracia

4.4.1) A questão Política, a organização no assentamento e infra-estrutura.

As assembleias no assentamento são para tratar dos problemas diários, do próprio assentamento, sendo que as discussões políticas acontecem mais em períodos eleitorais. A maioria dos Assentados diz ser do Partido dos Trabalhadores (PT), sendo que há uma família do PMDB. Dizem-se do PT, em geral, ou seja, não são filiados a tendências políticas dentro do referido partido.

É tudo mais do PT, a maioria é do PT. [...] Seria o certo apoiar o Lula no caso, porque ele está mais próximo da reforma agrária (“Assentado F”).

O movimento tem que puxar pelo lado dos trabalhadores. Na minha opinião, apoiar um partido que está ao lado do movimento. Se ele está aqui assentado foi graças ao movimento, não foi outro. *O assentamento segue as diretrizes do MST na questão eleitoral?* Nem tudo né, mas acho que a maioria. *E esses que não seguem, tem alguma punição?* Não acontece nada (“Assentado C”).

Na fala do “Assentado C” o MST parece ser uma referência política, pedagógica e de apoio e não algo tutelador, pois caso fosse, os assentados teriam condições de identificar ou estaria implícito em suas falas. Da mesma forma que sabem identificar o patrão/fazendeiro como alguém que os explora e tutela, dificultando-os de serem sujeitos, também mencionariam os mediadores. Além disso, na fala dos assentados não se percebe a presença de um discurso ideologizado (politicamente correto), pois falam segundo suas experiências de vida, do sentir-se explorado, de não ter terra, enfim das dificuldades que passaram.

Em relação às diretrizes do MST em apoiar um candidato, não existe uma rigidez que todos devem seguir, mas geralmente ficam do lado do movimento, nas principais decisões, de âmbito mais amplo (nacional ou regional). Até porque, existe uma sintonia entre as decisões da coordenação do movimento e os assentados, conforme palavras do “Assentado A”:

Vocês seguem as diretrizes do MST? Isso aí é começado aqui, é discutido aqui e vai indo, pela regional e depois vai para a estadual. Não é de cima para baixo, é o contrário, de baixo para cima. Não é o MST, a executiva, que decide apoiar um candidato e os demais tem que acatar, mas é de baixo para cima, dos acampamentos e assentamentos.

Segundo menciona o referido assentado, percebe-se que a sustentabilidade do movimento parte das bases ou pelo menos tem significativa participação destas. Talvez esse seja um dos aspectos que explique a longevidade do MST, assim como sua capacidade de expandir-se com unidade em nível de país.

No tocante a organização no assentamento, no sentido de distribuição de tarefas, entrada de novos membros, ocupação de cargos, verificou-se principalmente em relação a este último, que se constitui como uma organização em rede, em que todos podem participar, ou seja, não existe restrição para ocupar um cargo, tal como coordenador de núcleo, entre outros. Apenas deve ser indicado em Assembléia e se caso o indicado não aceitar, em razões de falta de tempo, por exemplo, será indicado um outro membro, conforme esclarece o “Assentado A”:

As lideranças são escolhidas pela assembléia. São feitas as reuniões e são indicados nomes, aí as pessoas vêm se aceitam ou não trabalhar/ser líder. Dessas que tem nas comunidades, é feita na regional e daquelas ali é escolhida a pessoa para ser em âmbito nacional. A liderança é responsável por buscar a informação e repassar para os demais, aí o grupo escolhe as pessoas, tal fulano faz isso, o outro faz aquilo. Eu era presidente da associação, de uma cooperativa que nós temos lá no outro assentamento (Rio dos Patos). Daí vim pra cá, já entrei sendo indicado para coordenação, aí não quis assumir a coordenação das 100 famílias, porque eu era presidente da micro-bacia, aí atarefava muito (“Assentado A”).

Mesmo existindo atores mais centrais, os fluxos de informação não ficam centralizados nestes atores, pois caso isso aconteça, poderá ocorrer o afastamento do mediador do núcleo do assentamento. O mediador (coordenador do núcleo) deve repassar as informações aos demais. Da mesma forma, no tocante as decisões, ou seja, não é o mediador ou liderança que decide, mas o

conjunto de assentados em assembléia. Face a isto e segundo o já exposto, pode-se inferir que, diferente da hipótese desse trabalho, em relação à estrutura organizacional do assentamento, predomina a estrutura em rede, tendo por consequência um significativo nível de democracia interna. Em outras palavras, está presente o poder descentralizado, a cultura do agir comum, a horizontalidade na tomada de decisões, aspectos estes que facilitam a formação de relações autônomas e democráticas.

As tarefas (trabalho diário) geralmente são individuais, pois a estrutura produtiva do assentamento é individual. No entanto, quando é necessário a realização de uma tarefa coletiva, como por exemplo conseguir uma linha de ônibus para o assentamento, a maioria participa, seja das reuniões, auxílio financeiro para ir falar com autoridades, etc.

Nós discutimos, se tem uma audiência com o prefeito nós sentamos e vemos qual a possibilidade de um ir ou não, aí vai quem pode, sem excluir ninguém. Não tem problema se é de outro partido, a vida particular da pessoa lá fora não vai interferir aqui no nosso assentamento (“Assentado B”).

Na fala do “Assentado B” percebe-se que adquiriram autonomia em relação aos partidos políticos, não importando a vinculação partidária do assentado, desde que participe nas assembléias e contribua para o bom andamento das tarefas a serem realizadas no assentamento, tais como negociações com autoridades, entre outros, procurando ser unido e solidário com o coletivo.

Para a entrada de novos membros no assentamento, existem algumas regras, tais como: ser encaminhado para um acampamento do MST ou para lideranças do movimento em âmbito regional (Coordenador das 500 famílias, por exemplo).

As pessoas começam ver e enxergar, aí começam vir. Primeiro tem que ir para o acampamento, conhecer bem para depois conseguir ser assentado. Assim as comunidades que tem pequenos agricultores eles vem pedir apoio do tipo: como é que nós conseguimos essas casas e eles não conseguem. Vieram buscar

experiência, vem procurar. Aí falamos da importância da organização, aí eles vão conseguindo, mas vai lento (“Assentado A”).

Segundo a fala do “Assentado A”, pode-se verificar que o assentamento, as casas, a produção, enfim toda a infra-estrutura que os assentados vão construindo desperta o interesse de outros agricultores do meio rural, que procuram saber com os assentados quais os procedimentos para aquisição desses bens. Dessa forma, são orientados para a importância da união, de agirem em conjunto para lutarem por melhores condições de vida. Sendo assim, o movimento auxilia na democratização das relações entre fazendeiros/patrões e empregados no campo, pois demonstra através de suas ações que é possível a organização dos agricultores, sem patrões. Do mesmo modo, questiona a lógica da grande propriedade e, com isso, das desigualdades sociais, servindo de exemplo para outras famílias que vivem de empregados de grandes proprietários ou como pequenos agricultores, que passam a ver nas ações do movimento, nas suas conquistas uma alternativa para melhorarem de vida.

Caso o assentado queira sair do assentamento, ele não poderá vender sua casa, mas se desejar ir para outro assentamento, poderá fazer a permuta do lote com outro assentado.

Eles não permitem, né, porque não é nosso, a gente não tem título, nada. Se quisesse sair para morar na cidade teria que deixar o lote. O INCRA vem e coloca outra pessoa para morar (“Assentado E”).

Como funciona a entrada de novos membros? Primeiro encaminha para o acampamento, que a prioridade, para conseguir um terreno, é sempre para o acampado. E qualquer um de nós adquiriu um terreno, mas pela Lei não pode vender. A não ser que faça um acordo com um que esteja acampado para vender o terreno, esse tem direito. Se a pessoa quiser sair do assentamento, não pode vender, daí abandona ou permuta, sempre devendo apresentar um motivo (“Assentado D”).

Segundo exposto, é nítido na fala dos assentados, que em geral a vida melhorou muito, pois se sentem mais livres, mais independentes (do patrão, do emprego, etc). No entanto, ainda persistem problemas, principalmente em relação à infra-estrutura (luz, água), assim como de maiores

investimentos para a lavoura, entre outros, o que prejudica a qualidade de vida dos assentados, conforme explícito na fala do “Assentado B”:

Isso aqui tinha que ter mais investimento, mais verba e que fosse mais adiantada as coisas. Eu, esse ano, nem vou fazer custeio. A maioria do pessoal que tão fazendo custeio (faz um projeto – quero plantar três sacos de feijão – vou precisar de adubo....) O cara faz esse projeto, manda p/ o banco e aí começa as burocracias. Você vai às agropecuárias, e com trinta dias tem que pagar os caras, eles não vendem fiado. E como você vai plantar feijão e milho, sem adubo? Você se sente meio amarrado, não consegue fazer o que gostaria. Nessa época já era de estar plantando. [...] Eu acho que dependia mais do nosso governo, que olhasse mais para o Sem Terra. Pressão é feita, você vai lá, leva o papel cheio de reivindicações e não adianta. O problema maior é por parte do governo, Incra e não do MST. O movimento, em si, ele auxilia a chegar lá. (“Assentado B”).

Além disso, expõe sua crítica em relação ao governo, assim como destaca a importância do movimento para auxiliar a encaminhar as reivindicações. Compreende que devem fazer pressão, atuar no coletivo, a fim de fazer com que as Instituições atendam suas demandas. No entanto, nem sempre funciona, pois na prática as coisas não acontecem ou demoram para acontecer.

Outro aspecto que chamou atenção foi referente às dificuldades no cotidiano do assentamento, pois muitas casas ainda têm dificuldade do acesso à água, assim como da distância da escola, da falta de ônibus para ida à cidade, enfim são muitos problemas que preocupam os assentados. Dessa forma, as discussões com mediadores, autoridades são mais para tentar resolver esses problemas básicos. Entendem que nem sempre o movimento consegue ajudar de maneira eficiente e rápida, conforme a fala do “Assentado B”:

Eu no começo aqui achava que o pessoal do movimento ia chegar aqui e ia administrar. Mas na verdade eles te dão o primeiro empurrão e você tem que tocar, né. Muitas vezes você se perde. Achava que eles estariam mais perto. Muitas vezes esse pessoal do movimento são que nem nós, também tem seus afazeres. De vez em quando mandavam alguém meio cabeça de vento (é que nem político – promete um monte de coisa), aí você fica mais na expectativa e daqui a pouco não faz. As pessoas têm que serem realistas. Não adianta você chegar aqui e querer me conversar, não tem que fazer isso, aquilo. *Quais são as principais dificuldades?* Crédito, Incra, governo – não dá apoio, semente, você

não vai viver só de milho e feijão. Agora que nem nós que plantamos dois ou três sacos de feijão, não tem como passar o ano, então eu acharia assim tipo, hoje o pessoal está pensando numa linha de leite.

Os assentados também fazem críticas ao próprio movimento, em geral as lideranças, as quais, segundo “Assentado B”, deveriam estar mais próximas. Assim como, conferem importância aos resultados práticos, pois muitos mediadores prometem várias coisas, mas não conseguem colocá-las em prática.

Conforme exposto nos três eixos temáticos, pode-se apontar que predomina nas relações entre os integrantes do assentamento um processo de organização onde estão presentes a autonomia, a subjetividade e a democracia. Contudo, cabe frisar que esses aspectos não estão presentes de forma absoluta, pois na realidade ninguém é totalmente autônomo e democrático, tendo em vista a heteronomia da própria sociedade. Além disso, sempre uma vez ou outra, os interesses pessoais acabam prevalecendo em relação ao coletivo. Dessa forma, parece mais correto concluir que os assentados são indivíduos que ao participar do movimento vão constituindo-se como sujeitos autônomos através da prática de relações mais democráticas e, em consequência, diminuindo sua condição de tutelado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O camponês foi visto por muitos como um não-sujeito e como alguém incapaz de tornar-se sujeito, devido a uma série de fatores, como por exemplo estar distante do “progresso”, ser arcaico e dependente da tutela de um fazendeiro, dirigente político, quando não dos próprios mediadores de movimentos sociais e partidos políticos. Contudo, mesmo neste contexto adverso, os camponeses foram protagonistas de vários movimentos sociais rurais, tais como Ligas Camponesas; Contestado; Trombas e Formoso, entre outros. Dessa forma reivindicam a possibilidade de ser, de fazer-se como sujeito, que tem voz e luta por direitos. Seguindo a tradição desses movimentos, o MST constitui-se como referência de organização e resistência para grande parte dos trabalhadores rurais sem-terra.

No entanto, alguns autores apontam que muitos desses movimentos, em especial o MST, reproduziram e reproduzem as tradicionais relações de tutela existentes no meio rural, sob outras formas. Isso decorrente do fato de que não seriam os camponeses os protagonistas, sujeitos capazes de se auto-organizarem, mas as lideranças, os dirigentes/mediadores que os conduziriam, através do discurso da utopia de uma outra sociedade, enquanto a luta dos camponeses seria apenas pela subsistência imediata.

Entretanto, tendo em vista a secular relação de subordinação e tutela pelas quais são vítimas os camponeses, parece difícil conseguirem romper com essa lógica sem antes serem capazes de pensar, no sentido de imaginarem alternativas, ou seja, de que é possível a construção de novas formas de sociabilidade e de relações sociais, enfim compreenderem que a realidade social não é um dado imutável, mas que é construído e, portanto, passível de mudanças. Mas para isso, fundamental se torna um nível razoável de escolaridade, a fim de entenderem a engrenagem de funcionamento da sociedade, tanto nos aspectos históricos, sociais, econômicos, etc. No entanto, infelizmente, os camponeses carecem dessa formação o que dificulta a possibilidade de

imaginarem alternativas, de se auto-organizarem de forma sustentável. Além disso, existe toda uma lógica na sociedade que não favorece a autonomia, a emancipação, o questionamento, pois predomina o poder econômico dos grandes proprietários, os quais geralmente integram o setor dominante, no sentido de possuírem muito poder no âmbito do Estado, dos meios de comunicação e do mercado. Dessa forma, a autonomia dos camponeses vai se consolidando, através da participação no movimento, pois é neste e através deste que vão entendendo porque são sem-terra, sem trabalho, sem cidadania, entre outros. Assim como, possibilita-os imaginar que a realidade pode ser diferente, seja pela construção de novas relações sociais, da *práxis* do pensar e atuar coletivo, da valorização da identidade rural, enfim fatores que vão constituindo-os como sujeitos. Daí a importância do movimento e de tudo o que o constitui (mediadores, educação, simbologias, tradições, etc).

Nesse sentido cabe destacar, como base para o referido entendimento, a análise de Alain Touraine (1994) quando enfatiza que *“o sujeito somente existe como movimento social, por seu caráter contestatório à lógica da ordem”*. Ou seja, são os movimentos sociais que propiciam com mais vigor o engajamento que protesta contra as exclusões existentes na sociedade e, como consequência, tem mais possibilidade de propiciar a formação de sujeitos, em especial dos excluídos e estigmatizados.

Sendo assim, entende-se que os mediadores não são um problema se integram o movimento na condição de facilitadores e aprendizes, tendo em vista que os camponeses também tem muito a ensinar, seja em função da experiência de vida, do trabalho no campo, da sabedoria popular, entre outros. Entretanto, no caso em que as mediações arrogam-se portadoras do “saber”, seja do passado, presente quanto futuro e se entendem no direito de doutrinar e impor aos demais sua visão de mundo, aí neste caso já não é mais um movimento social, mas uma organização, tal qual a afirmação de Navarro⁴¹, ou até uma seita (muitos movimentos considerados como seitas,

⁴¹ “[...] uma organização, tal como o MST optou por aderir, a partir de 1986, e os riscos maiores, entre tantos outros, são exatamente aqueles de todas as organizações formais não democráticas – e, em especial, aquelas que se julgam portadoras do iluminismo político-ideológico. A referência obrigatória, nesse caso, é certamente a obra clássica de Roberto Michels, cuja ‘lei de ferro da oligarquização das organizações’ é conhecida, uma tese que indica uma tendência poderosa no desenvolvimento organizacional. Este autor

desmembram-se, cessam ou mudam de direção ideológica e/ou doutrinal com o desaparecimento dos seus líderes). Contudo, os indicativos dessa pesquisa apontam que o MST parece ir em outra direção.

Tendo por base os aspectos supracitados, essa pesquisa verificou que os integrantes do MST, no assentamento analisado, vem se constituindo como sujeitos, não de forma absoluta, mas através de um processo aberto caracterizado por vários fatores. Entre estes, a organização em rede, na qual predomina relações descentralizadas e horizontalizadas (WHITAKHER, 2006), ou seja, mesmo existindo coordenadores (atores mais centrais) as decisões, os fluxos de informações não permanecem com estes atores, pois devem ser repassados e discutidos com os demais em assembléia, caso contrário, o coordenador poderá ser deslegitimado ou destituído do cargo. Sendo assim, os eleitos para coordenação do núcleo não têm possibilidade de decidirem por si mesmo, pois são simplesmente executores, uma vez que as linhas de ação são determinadas pelo conjunto dos assentados. Contudo, as lideranças, diferente dos demais membros do assentamento, possuem uma maior influência nas decisões, pela sua própria condição de eleito coordenador, de ser líder.⁴² Isso, todavia não impede que os próprios sem-terra tomem as decisões e que essas não se subordinem às direções, como tradicionalmente ocorrem em partidos políticos, sindicatos, etc.

Nesse processo, as relações igualitárias, assim como novas relações sociais tendem a se fortalecer e ampliar como, por exemplo, o exercício da democracia, tal qual colocado por Demo (1990), ou seja, da participação, de não ficar aquém das decisões como mero expectador, enfim vão aprendendo a se autodeterminar, tanto individualmente como sujeito, quanto no plano social com outros sujeitos. Outro fator significativo é a prática da luta, ou seja, da participação em acampamentos, marchas, protestos, enfim através da vivência da ação coletiva que modifica seus

advertia, já em 1911: 'A democracia é inconcebível sem organização [que é] [...] a arma dos fracos em suas lutas contra os mais fortes [...] de meio, a organização passa a ser um fim [...] quem diz organização, diz oligarquia' (cf. Michels, Roberto. *Political Parties*, passim, citado em Jonathan Fox, 1990) (NAVARRO, 2002, p. 204).

⁴² Conforme Granjeiro & Tarso: "Há muitas definições desse fenômeno social complexo, que é a liderança. A explicação mais simples diz que o indivíduo A é um líder (ou tem liderança) quando consegue conduzir as ações ou influenciar com sucesso o comportamento dos indivíduos B, C, D, etc." (2007, p.36)

comportamentos, assim como da experiência adquirida na resolução de problemas concretos. Dessa forma, o processo de aquisição de autonomia também ocorre por meio da *práxis*, ou seja, o fazer no qual o outro é considerado agente essencial de sua autonomia (CATORIADIS, 1982)

Neste contexto, os trabalhadores se dão conta que a luta não é só pela terra, mas que abrange um leque de questões relacionadas a não ter terra, como por exemplo: infra-estrutura (saneamento básico, moradia, estradas), produção (sementes, adubos, instrumentos de trabalho) e principalmente a educação, pois conforme enfatiza Stedile: “*Você pode dar a um camponês só a terra, mas ele vai continuar sendo ignorante e manipulado*” (STEDILE, 2006). Nesse caso, cabe destacar que educação é vista como algo mais amplo que freqüentar a escola, pois é também uma prática cotidiana, através do exercício de relações solidárias, do respeito às diferenças (gênero, étnicas), etc.

Sendo assim, através do aprendizado da construção do sujeito, os assentados vão adquirindo a capacidade de questionar a situação opressiva e desigual, a qual os excluía do acesso à cidadania. Nesse sentido, a conquista da autonomia faz parte desse processo de organização e luta por direitos. Verificou-se que integrado a essa luta, os mediadores atuam mais na condição de facilitadores e auxiliares, não significando que falam em nome dos camponeses tal qual aponta a crítica, pois são coadjuvantes na luta pela terra, uma vez que os camponeses, devido a uma série de fatores tem dificuldade de se auto-organizarem, conforme mencionado, e principalmente em razão da heteronomia predominante na sociedade, a qual dificulta uma real autodeterminação, devido a inúmeros canais de instâncias mediadoras, tais como meios de comunicação, instituições, aparato jurídico, entre outros (ADORNO, 1995). Dessa forma, imaginar que os próprios trabalhadores rurais, por si mesmos, irão conseguir êxito em suas lutas, nesse contexto, é meio quimérico, tendo em vista a repressão por parte dos aparatos do Estado, dos meios de comunicação que os estigma, entre outros.

Além disso, na sociedade heterônoma, torna-se difícil lutar por direitos, ter voz sem a utopia de uma nova sociedade, com novas relações sociais, de que, por exemplo, um outro mundo é

possível. Contudo, essas idéias não chegam com facilidade ao meio rural, devido a distância, a baixa escolaridade da maioria dos camponeses, entre outros. Sendo assim, os mediadores auxiliam no processo de propagá-las e, com isso, os sem-terra passam a entender que não ter terra não está isolado de não ter educação, de não ter cidadania, de não ter saúde, etc. Ou seja, compreendem que a luta transcende a conquista da terra. Dessa forma, conforme assinala Caldart (2001) é nas ações do movimento que os indivíduos se constituem como sujeitos sociais. Entretanto, segundo a autora, o eixo central de luta do MST é pela terra, mas não dissociada do contexto social, histórico, político, econômico, cultural em que se inserem os trabalhadores rurais. Ou seja, desenvolvem também lutas paralelas, questionando o modelo educacional presente no meio rural, as relações de gênero, o empobrecimento dos camponeses, entre outros.

Outro fator importante, para a constituição do sujeito, verificado no assentamento, foi a autocrítica, pois mesmo sendo, na maioria das vezes, através do intermédio da direção do MST (em seus vários âmbitos) que os assentados têm acesso a negociação com a esfera Governamental (Federal, Estadual, entre outros Órgãos), não faz com que percam sua autonomia e autocrítica em relação ao próprio movimento, no sentido de apontar as falhas, inconveniências, etc. Quiçá isso ocorra pelo entendimento comum de ambas as partes (direção e assentados) da importância do movimento ser forte, articulado, com unidade e compromisso de todos seus integrantes, pois caso contrário não irão muito longe. Ou seja, têm consciência que o movimento não pode constituir-se como um poder acima dos camponeses, a fim de não reproduzir a relação dirigente-dirigido que caracteriza a sociedade atual. Isso fica explícito na fala dos assentados, na visão que possuem do movimento, assim como das suas liderança (coordenadores do assentamento).

Dessa forma, o movimento torna-se referência à medida que enfrenta com determinação e rigor as forças contrárias à reforma agrária, através da busca de alternativas e de novos experimentos. Com isso firma-se como modelo a ser seguido junto às populações mais carentes, principalmente pelo exemplo concreto, ou seja, de ser capaz de mudar a vida das pessoas, as quais tiveram aumento de patrimônio formado por bens individuais, assim como de escolher a forma de trabalho, o tipo de produção e organização de seu lote de terra, entre outros.

Segundo a análise de Scherer-Warren, devido a essas características apontadas, entre outras, vários movimentos sociais na atualidade tendem a atuar em rede, ou seja, de forma horizontalizada, onde predomina a democracia e autonomia. Conforme suas palavras:

O 'espírito democrático' se reacende no seio dos movimentos sociais na nova ordem mundial. Com a queda do Muro de Berlim e a derrocada de muitos regimes ditatoriais dos países periféricos, a democracia desponta como valor universal e é apropriada pelo discurso político dos movimentos sociais (vide Rossiaud & Scherer-Warren, 2000). Porém o 'espírito democrático' incorpora novos significados. Não se trata mais conforme Touraine (1998), do pensamento político das Luzes, que 'tornou-se cada vez mais antidemocrático, elitista e mesmo repressivo quando identifica uma nação, uma classe social, uma idade de vida ou gênero com a razão, justificando assim sua dominação sobre outras categorias' (p.102). Trata-se agora de incorporar na democracia não mais apenas mecanismos universais abstratos de "igualitarismos" (civis, de direitos políticos, etc), mas de reconhecimento aos direitos à diferença (cultural, étnica, de gênero, etária etc.). As lutas identitárias específicas dos denominados novos movimentos sociais, que se reafirmaram através da autonomia dos "grupelhos", nas décadas de 1970/1980, agora se legitimam no interior das redes de movimentos multitemáticos e translocais (vide Castells, 1997; Scherer Warren, 1999). (SCHERER-WARREN, 2002, P. 247).

Face ao exposto, é possível afirmar que existe no assentamento uma "democracia viva", onde seus integrantes podem tomar decisões sobre suas vidas, assim como influir, em parte, nas decisões da sociedade em geral, através da participação, do envolvimento e com isso da compreensão que as coisas (contexto, relações, valores, etc) podem ser diferentes. No entanto, cabe destacar que fundamental e necessário para criar e, principalmente, manter os alicerces desta democracia, é o processo ininterrupto da constituição do sujeito, através do permanente desenvolvimento da auto-estima, da iniciativa, do empoderamento, a fim de que com isso continuem sendo capazes de criar e produzir de acordo com sua realidade e necessidades, não sendo meros consumidores e expectadores. Dessa forma, diferente da abordagem crítica ao movimento, esta pesquisa encontrou outros indicativos, os quais não são suficientes para caracterizar o movimento como um todo, mas que ilustram outras tendências, as quais podem ou não vir a ser corroboradas por outras pesquisas em diferentes assentamentos e acampamentos do MST.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W. *Educação e emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BOBBIO, Norberto y MATTEUCCI, Nicola. *Diccionario de Política*. Espanha: Siglo Veintiuno Editores, 1981.

BOGO, Ademar. *Lições da luta pela terra*. Salvador: Memorial das Letras, 1999.

BOFF, Leonardo. *Lula e a derrota da Casa Grande*. Disponível em: www.leonardoboff.com. Acesso em: 10/12/06.

BRUNO, Lúcia. *O que é autonomia operária*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

_____. *Educação em Movimento: formação de educadoras e educadores no MST*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. *O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo*. Estudos avançados, V.15, N.º 43, São Paulo: 2001.

CARTER, Miguel. *The landless workers movement (MST) and democracy in Brasil*. Centre for Brazilian Studies Working Paper CBS-60-2005. University of Oxford.

CARVALHO, Horácio Martins. *A emancipação do movimento no movimento de emancipação social continuada (resposta a Zander Navarro)*. In: Santos, B.S.S [Org.] *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.2)

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. *Uma sociedad a la deriva: entrevistas y debates (1974-1997)* – la ed. – Buenos Aires: Katz, 2006.

DEMO, Pedro. *Pobreza política*. São Paulo: Cortez, 1990.

DIAS, Leila Christina e SILVEIRA, Rogério Leandro da [org.]. *Redes, sociedades e territórios*. Santa Cruz do Sul:EDUNISC, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

GRANJEIRO & TARSO. *Noções de administração*. Apostila: Central de Concursos, 2007.

INCRA, de Santa Catarina – SR/10/SC, Divisão Técnica – SR/10/SC/T – *Mapa do Estado com plotagem dos assentamentos em 2006*. (Anexo tabela 1) (CELERON/MAPAPAS.DGN. Data: 23/10/00. Atualização:12/03/03)

KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos*. São Paulo: Martin Claret, 2003.

MARTELETO, Regina Maria. *Análise de redes sociais – aplicação nos estudos de transferência da informação*. Ci. Inf., Brasília, v.30, n.1, p. 71-81, jan./abr. 2001.

MARTÍNEZ, J. I. P. (2001): *Policy Network o Red de Políticas Públicas: Una Introducción a su Metodología de Investigación*. Disponível em: www.campus-arschile.cl. Acesso em: agosto de 2005.

MARTINS, J. Souza. *Caminhada no chão da noite. Emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo*. São Paulo: HUCITEC, 1989.

_____. *Os camponeses e a política no Brasil. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1983.

_____. *O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

MEDEIROS, L. Sérvolo. Os trabalhadores rurais na política: o papel da imprensa partidária na constituição de uma linguagem de classe. In: SANTOS, R. (et al). *Política e reforma agrária*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

MITIDIERO, Marco Antônio. *Movimentos sociais continuarão pressionando*. Entrevista: 12/06/06. Disponível em www.mst.org.br. Acesso em 20/12/06.

MITSUE, Morissawa. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOLINA, José Luis. *El Análisis de Redes Sociales: una Introducción*. Barcelona, Bellaterra: 2001.

MOLINA, Mônica. *A legitimidade do conflito pela terra*. Disponível em: <http://www.unb.br/acs/artigos/at0803-03.htm>. Acesso em: 05/11/06.

MST. *Construindo o caminho*. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra, 2001.

_____. *As raízes históricas da luta pela terra no Brasil*. Wikipédia: a enciclopédia livre. <http://pt.wikipedia.org>. Acesso em outubro de 2006.

_____. *Organização e estrutura do MST*. Wikipédia: a enciclopédia livre. <http://pt.wikipedia.org>. Acesso em outubro de 2006.

NAVARRO, Zander [ORG.]. *Política, protestos e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

_____. Dilemas de um protagonista da luta pela terra. In: SANTOS, R. (et al). *Política e reforma agrária*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

_____. “Mobilização sem emancipação” – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: Santos, B.S.S [Org.] *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. O MST e a canonização da ação coletiva (resposta a Horácio Martins Carvalho). In: Santos, B.S.S [Org.] *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

PEREIRA, Cavalcante Ferdinand. *O que é empoderamento (empowerment)*. Disponível em: www.fapepi.pi.gov.br/sapiencia.php. Acesso em: 20/04/07.

QUEIROZ, M. I. Pereira. *O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil*. Petrópolis, Vozes: São Paulo, 1973

QUIROGA, Águeda (2003): *Introducción al Análisis de Datos Reticulares*. Disponível em: <http://revista-redes.rediris.es/webredes/talleres/redes.htm>. Acesso em agosto de 2005.

RECUERO, Raquel da Cunha. *Redes sócias na internet: considerações iniciais*. Disponível em: www.assimcomunicacao.com.br/revista/documentos/abril2005_recuero.pdf. Acesso em 08/06.

ROSA, Ronney Muniz. Subjetividade produzida: poder e disciplina em uma problematização Foucaultiana. In: *Cidadania e subjetividade: novos contornos e múltiplos sujeitos*. Org. Dulce Baptista. São Paulo: Imaginário, 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa Santos [org.]. *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, Maurício Aurélio dos Santos, et al. *Assentamento Rio dos Patos e Segredo II – Lebon Regis (SC): uma história de luta*. IPPT – Instituições, Políticas Públicas e trabalho. UDESC. 25/10/2006.

SCHERER, Vicente. *A questão agrária*. Porto Alegre: [s. n.], 1969.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes sociais na sociedade da informação*. In: MAIA, R. e CERES, M. [org.]. *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: UFMG, (no prelo)

_____. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1993.

_____. *Redes sociais: trajetórias e fronteiras*. In: DIAS, Leila Christina e SILVEIRA, Rogério Leandro da [org.]. *Redes, sociedades e territórios*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

_____. [Org.] *Dossiê: movimentos sociais*. Revista: Sociedade e Estado, Volume:21, número 1, janeiro/abril 2006. Universidade de Brasília – Departamento de Sociologia.

SCHERER-WARREN, I. & FERREIRA, J.M.C. *Transformações sociais e dilemas da globalização: um diálogo Brasil/Portugal*. São Paulo: Cortez, 2002.

STEDILE J. Pedro & FERNANDES B. Mançano. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

STRAPAZZON, J.P. *E o verbo se fez terra.: movimento dos trabalhadores rurais sem terra (SC) 1980-1990*. Chapecó: Grifos, 1997.

TOURAINE, Alain. *Crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

_____. *Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes*. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. *Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

VENDRAMINI, Célia Regina. “Ocupar, resistir e produzir”: um estudo da proposta pedagógica do movimento sem terra. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de São Carlos. Programa de Pós-graduação em Educação. São Paulo: 1992.

VIEIRA, Liszt. *Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

VILLASANTE, Tomás R. *Redes e alternativas. Estratégias e estilos criativos na complexidade social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

WELLMAN, Barry (2005). *El Análisis Estructural: del Método y la Metáfora a la Teoría y la Substancia*. Disponível em : www.campus-arschile.cl. Acesso em 08/05.

WEBER, Max. *Sobre a teoria das ciências sociais*. Editora Moraes: SP, 1991.

WHITAKER, Francisco. *O que são redes? Rede: uma estrutura alternativa de organização*. Disponível em: www.rits.org.br/redes_teste/rd_estrutalternativa.cfm. Acesso em: 03/06.

YIN, Robert K. *Case study research: design and methods*. Tradução e síntese: Prof. Ricardo Lopes Pinto. Adaptação: Prof. Gilberto de Andrade Martins. Disponível em: http://www.focca.com.br/cac/textocac/Estudo_Caso.htm. Acesso em: 09/11/06